



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

ALEXANDRA PINGRET

**A MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES NO CONTEXTO
DOS MOVIMENTOS SOCIAIS
E SUA CONSTRUÇÃO VISUAL (BRASIL, 2000-2010)**

LONDRINA
2012

ALEXANDRA PINGRET

**A MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES NO CONTEXTO
DOS MOVIMENTOS SOCIAIS
E SUA CONSTRUÇÃO VISUAL (BRASIL, 2000-2010)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Estadual de Londrina - UEL, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História, área de concentração História Social, linha: Território do Político

Orientadora: Profa. Dra. Isabel Aparecida Bilhão

LONDRINA
2012

ALEXANDRA PINGRET

**A MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES NO CONTEXTO
DOS MOVIMENTOS SOCIAIS
E SUA CONSTRUÇÃO VISUAL (BRASIL, 2000-2010)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Estadual de Londrina - UEL, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História, área de concentração História Social, linha: Território do Político

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a. Isabel Aparecida Bilhão
UEL – Londrina - PR

Prof.^a Dr.^a. Maria Cristina Cavaleiro
Universidade Estadual do Norte do Paraná
UENP – Jacarezinho - PR

Prof^a Dr^a. Edméia Aparecida Ribeiro
UEL – Londrina - PR

Londrina, 26 de março de 2012.

AGRADECIMENTOS

Cada etapa da nossa vida é única, e algumas pessoas são essenciais para que possamos ultrapassá-las. Em primeiro lugar agradeço imensamente à minha professora, orientadora e amiga Isabel A. Bilhão, que me acolheu e me orientou, tanto para a dissertação quanto para a vida. Minha gratidão será eterna e agradeço profundamente sua dedicação e paciência pedagógica, desde aceitar meu tema como relevante para essa pesquisa, como me proporcionar o primeiro contato com os arquivos. Esses dois anos de convivência foram valiosos, muito obrigada!!!

Ao Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade Estadual de Londrina e, aos demais professores e colegas de turma, agradeço pelo apoio e acolhida, cada pessoa contribui à sua maneira, às vezes sem perceber, para ampliar nossas reflexões, seja sugerindo uma leitura, elaborando uma questão, provocando um debate, e principalmente no diálogo informal.

Agradeço, em especial, à banca de qualificação e defesa, composta pelas Professoras: Edméia A. Ribeiro e Maria Cristina Cavaleiro, pois, através de suas preciosas reflexões, contribuíram imensamente para a realização e conclusão dessa pesquisa.

Quero agradecer às mulheres, tanto da APP-Sindicato, como as da Marcha Mundial das Mulheres que me proporcionaram o contato e o convívio com o seu ideário, bem como com a sua composição visual. Pois, acredito que: conhecendo mais a organização política das mulheres, em cada contexto, podemos intervir, cada uma à sua maneira, para melhorar a sociedade em que vivemos.

Agradeço também à direção, equipe pedagógica aos professores e funcionários dos Colégios “Unidade Polo” e “Emílio de Menezes”, ambos localizados na cidade de Arapongas, Paraná, bem como ao Núcleo Regional de Educação, representado em Arapongas pelo professor Valdenir Perdigão, pelas suas contribuições nesse processo, desde a organização dos horários à compreensão e substituição pelas ausências.

Nessa etapa da minha vida, como em todas as outras, pude contar com pessoas que sempre estiveram perto de mim, sou grata eternamente aos meus familiares, que me proporcionaram o acolhimento, o carinho e toda a infra-estrutura necessária, para que eu pudesse ter êxito nesse grande desafio de passar na seleção e de concluir o mestrado. E, por fim, não menos importante, dedico esse trabalho ao meu filho, que partilhou cada momento difícil e também cada vitória, comigo. Aprendeu a compreender, à sua maneira, meus longos períodos de estudo, e agora, comemora esse resultado final, com muita alegria.

Sinto-me satisfeita e agradecida a todas as pessoas que por amizade, por laços familiares, religiosos ou de trabalho, me apoiaram e me incentivaram em vários momentos: na leitura de textos, na escrita, nas conversas e também durante imprevistos diversos, enfim, nesse processo de aperfeiçoamento tanto individual como coletivo que é um mestrado.

PINGRET, Alexandra. **A marcha mundial das mulheres no contexto dos movimentos sociais e sua construção visual (Brasil, 2000-2010)**. 2012. 114f. Dissertação (Mestrado em Historia Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

RESUMO

Essa pesquisa tem como tema a Composição Visual da Marcha Mundial das Mulheres (MMM). A Marcha é um movimento social contemporâneo, fluído e heterogêneo, com uma ampla plataforma política, que busca legitimidade em meio aos demais movimentos: entidades sindicais e partidárias, movimentos rurais e urbanos, associações e Organizações Não-Governamentais (ONGs). A agenda desses segmentos incorpora partes da agenda da MMM e vice versa, bem como as demandas específicas de cada um. Dessa maneira a MMM interage dinamicamente com os movimentos que a compõe. Busca-se, nessa dissertação, apresentar a MMM no contexto dos movimentos sociais contemporâneos, que possui como principal característica a organização a partir do formato de redes. Busca-se ainda, refletir sobre a construção visual da MMM e suas funções, apresentando e analisando cinco séries de imagens da composição visual da Marcha, usadas em sua segunda e terceira edições. Para isso foram utilizados como fontes: a entrevista com a coordenadora nacional da MMM: Nalu Farias e a Composição Visual, veiculadas nos meios de comunicação, no jornal comercial *Folha de São Paulo* e nos jornais, cadernos e o site da MMM.

Palavras-Chaves: Marcha Mundial das Mulheres. Movimento social contemporâneo. Composição visual.

PINGRET, Alexandra. **A marcha mundial das mulheres no contexto dos movimentos sociais e sua construção visual (Brasil, 2000-2010)**. 2012. 114f. Dissertação (Mestrado em Historia Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

ABSTRACT

This research has as its theme the Visual Composition of the World March of Women (WMW). The March is a contemporary social movement, fluid and heterogeneous, with a broad political platform, which seeks legitimacy among the other movements, unions and political party, rural and urban movements, associations and nongovernmental organizations (NGOs). The agenda incorporates these segments share the agenda of the MMM and vice versa, as well as the specific demands of each. Thus the MMM interacts dynamically with the movements that compose it. Seeks, in this thesis, presenting the MMM in the context of contemporary social movements, which has as main characteristic the organization from the form of networks. The aim is also to reflect on the visual construction of DSS and its functions, presenting and analyzing five sets of images from the visual composition of the march, used in his second and third editions. To this were used as sources: interviews with the national coordinator of MMM: Visual Composition and Nalu Farias, aired in the media, the trade newspaper *Folha de São Paulo* and in newspapers, books and the site of MMM.

Keywords: World March of Women. Contemporary social movement. Visual composition.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
CAPÍTULO 1 – BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DAS MANIFESTAÇÕES FEMINISTAS NO BRASIL E A MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES.....	23
CAPÍTULO 2 – A MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES NO CONTEXTO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS	44
CAPÍTULO 3 – A COMPOSIÇÃO VISUAL DA MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES.....	73
3.1 BREVE ANÁLISE DOS ARTEFATOS E MATERIAIS DA COMPOSIÇÃO VISUAL DA MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
REFERÊNCIAS	108
ANEXOS	112

INTRODUÇÃO

A idéia desta pesquisa começou a criar forma a partir do contato que tive com a composição visual da Marcha Mundial das Mulheres, em 2008, em um evento denominado “2º seminário de organização e formação da MMM”, em Curitiba, Paraná. Esse Evento foi promovido pelo comitê estadual da Marcha, em parceria com a APP-Sindicato¹, no qual sou sindicalizada como professora de arte na rede Estadual de Educação Básica do Paraná.

No local onde foi realizado esse evento, haviam alguns artefatos da MMM expostos, compondo o ambiente: estandartes e faixas bordadas. No decorrer do evento, foram vistas fotografias da segunda edição da Marcha, em 2005, nas quais observamos tanto as mulheres em marcha, nos diferentes países, bem como a composição visual produzida por elas. A partir desse evento desenvolvi duas atividades que tiveram como objetivo ampliar as minhas reflexões sobre os artefatos da MMM e sobre as fotografias da segunda edição da marcha.

A primeira atividade desenvolvida foi um projeto, em dois estabelecimentos de ensino, na cidade de Araçongas, em 2008: no Colégio Estadual “Emílio de Menezes”, com uma turma de 8ª série do Ensino Fundamental, e no Colégio Estadual “Ivanilde de Noronha”, em uma turma do 2º ano do Ensino Médio. Aproveitando o mês do Dia Internacional das Mulheres, em março e, com o objetivo de promover o acesso desses estudantes às lutas e conquistas feministas através da história, o projeto foi composto de algumas etapas: leituras de alguns textos da historiadora Michele Perrot, observação de fotos da MMM, da 2ª edição, com reflexões sobre os artefatos utilizados pelas mulheres durante o evento, como os painéis, bandeiras, a colcha de retalhos da solidariedade global, os estandartes e a Carta das Mulheres para a Humanidade construída coletivamente pela Marcha Mundial das Mulheres.

A avaliação desse projeto foi feito em duas partes: primeiro os estudantes confeccionaram artefatos semelhantes àqueles observados nas fotografias, e também elaboraram uma redação sobre o que representou esse projeto na vida deles. Com as redações foi composto um boletim informativo contendo as reflexões desses estudantes sobre a temática. E também realizamos uma exposição dos painéis e bandeiras que foram confeccionados. A divulgação do boletim informativo ocorreu durante a exposição. Ao trazer esta experiência para o debate, meu intuito foi o de pensar a arte como instrumento

¹ Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná.

pedagógico que permite a reflexão coletiva das questões sociais.²

A segunda atividade foi um Festival de Artes, promovido, também, pela APP-Sindicato, em parceria com o Assentamento do Movimento dos trabalhadores Sem-Terra (MST), que leva o nome de “Dorcelina Folador”, na cidade de Arapongas, em 2009. Nesse festival ocorreram várias oficinas, e uma delas foi de estandartes, na qual participaram mulheres e homens, que produziram estandartes semelhantes aos da MMM, utilizando a técnica de costura de aplique e bordado. Ao final do festival os estandartes foram expostos na entrada do barracão, onde foram feitas as demais exposições e apresentações artísticas, que fizeram parte do festival.

Certamente a minha formação em arte-educação contribuiu meu interesse nesses artefatos e essa vivência, me proporcionou o encontro com as minhas futuras fontes, instigaram-me a estudar o contexto em que elas foram produzidas e buscar referenciais teórico-metodológicos, para analisá-las. Nesse aspecto, concordo com Maria Izilda de Matos quando ela ressalta:

A politização do cotidiano pressupõe uma conquista entre o pesquisador e os testemunhos, que provém de um questionamento a partir da inserção do historiador no mundo contemporâneo. [...] Ao lado do engajamento do historiador com o presente e a transitoriedade do conhecimento, há a diversidade de interpretações possíveis, a multiplicidade de perspectivas analíticas, que são constantemente refeitas junto com os parâmetros e categorias (1997, p. 105-106)

Nesse sentido, esse processo serviu para que eu pudesse escolher alguns desses artefatos: a colcha de retalhos da solidariedade global, os estandartes, as caminhanças e as faixas, como fontes, para essa pesquisa, levando em consideração que, conforme observam Carla Pinsky e Tania Regina de Luca, “a mutabilidade do documento tem relação com o sentido que o presente confere a tais personagens ou fatos”. (2009, p.13)

Assim, os materiais que serviram de base empírica para a realização desse estudo foram: a entrevista com a coordenadora nacional da MMM: Nalu Farias e a Composição Visual, veiculadas nos meios de comunicação, principalmente no jornal comercial a *Folha de São Paulo*, durante a semana das marchas, entre o quarto e o décimo dia do mês de março dos anos de 2000, 2005 e 2010; e nos jornais, cadernos e o site da MMM. Procuramos nos veículos de imprensa informações como artigos, matérias e imagens que fizessem referência à MMM, esses conteúdos subsidiaram a análise de como foram

² Essa experiência foi sistematizada em um texto, cujo título foi “Artes e pedagogias de gênero” publicado no Simpósio Temático n.43, do 8º Seminário Internacional Fazendo Gênero, em 2008.

divulgadas as marchas por essas mídias. E, tendo como suporte as fotografias, foram analisados os artefatos (faixas, estandartes, caminhantes, etc.) produzidos pela MMM.

O objetivo dessa pesquisa é conhecer a Marcha Mundial das Mulheres (MMM) e sua construção visual, a partir do contexto dos movimentos sociais. Nesse sentido, as questões apresentadas são: o que é a Marcha Mundial das Mulheres e como ela se situa dentro dos movimentos sociais? Qual é o contexto de construção da composição visual da MMM, e quais as funções dessa composição visual? Como essa composição visual vem se transformando ao longo das edições da MMM e quais são as leituras possíveis dessa transformação?

Cabe aqui, uma consideração sobre a História do presente, temporalidade na qual se insere a discussão realizada neste trabalho. Agnès Chauveau e Philippe Tétart ressaltam: “a força da história passadista, factual e histórica se esfumaça diante de uma demanda social insistente, resolutamente ancorada no presente e no modo ‘interpretativo’”, dessa forma o trabalho do historiador “é cada vez mais parte integrante do contemporâneo” (1999, p. 35). O desafio de estudar e analisar a composição visual de um movimento social contemporâneo é imenso. René Rémond nesse sentido escreve: “o historiador é um ser impregnado de paixões, compartilha os preconceitos próprios do seu tempo, da corrente de pensamento a que pertence. Todavia, segundo o mesmo autor “está comprovado que não é impossível para os historiadores distanciarem-se de seus preconceitos. Em consequência, o passado, mesmo aquele mais próximo, encontra-se reintegrado, incorporado ao domínio da história” (1994, p. 2-3).

A MMM é um movimento social em forma de rede, contemporâneo e político³, que busca legitimidade em meio aos demais movimentos: entidades sindicais e partidárias, movimentos rurais e urbanos, associações e Organizações Não-Governamentais (ONGs), pois, a agenda desses segmentos, incorpora partes da agenda da MMM e vice versa, bem como as demandas específicas de cada segmento. Dessa maneira a MMM interage dinamicamente com os segmentos que a compõe. Se propondo a apresentar à sociedade as diversas interlocuções presente nos demais movimentos, principalmente os de mulheres.

Para isso, a composição das lideranças baseia-se na organização do Secretariado Internacional, que é itinerante e, desde 2006, está sediado no Brasil, onde a SOF⁴

³ No sentido conferido por Melucci: “exprime um conflito por meio da ruptura dos limites do sistema político. Luta pela ampliação nas decisões e contra o desequilíbrio do jogo político que privilegia sempre certos interesses sobre outros”, tendendo a melhorar a posição dos atores coletivos nos processos decisórios ou ainda garantir-lhes “acesso e quer abrir novos canais para a expressão das questões exclusas, impulsionando a participação além dos limites previstos pelo sistema político.” (2001, p.41)

⁴ www.sof.org.br

(Sempreviva Organização Feminista), uma ONG de abrangência nacional, com sede em São Paulo, é sua referência. Também está organizada nos Comitês Nacionais e Estaduais, no Brasil está presente em 17 estados⁵.

Uma manifestação pública feminista ocorrida em Québec, Canadá, em 1999, que teve como lema “pão e rosas”, aderindo à luta de resistência contra a pobreza e a violência, inspirou a formação da MMM; sendo em Quebec o palco dos três primeiros Encontros Internacionais da Marcha, e podemos encontrar no Canadá o maior número de grupos/instituições participantes: seiscentos e cinquenta e quatro. No Brasil, encontra-se sua segunda maior organização quantitativa, com trezentos e quatro instituições, conforme as informações consultadas no site do movimento⁶. Em 2011, foi realizado o 8ª encontro internacional, em Quezon City, nas Filipinas. E para 2013, está prevista a realização do 9º encontro, no Brasil, quando ocorrerá a transferência do secretariado internacional para outro país, encerrando-se, dessa forma, um ciclo de cinco anos: 2006-2011, para o secretariado internacional da MMM, no Brasil.

Alguns aspectos contribuíram para a expansão da MMM no Brasil e internacionalmente, como, por exemplo: a massificação das tecnologias, da primeira década do século XXI e, as primeiras edições do Fórum Social Mundial (FSM), em 2001, 2002 e 2003.

A ampliação das tecnologias contribuiu para o desenvolvimento de novas tendências nos movimentos sociais, que, segundo Ilse Scherer-Werren “começaram a se organizar e negociar ações políticas, cada vez mais sob a forma de rede, que ora se contraía em suas especificidades, ora se ampliava na busca de poder político” (2008, p. 508). A MMM, enquanto movimento social contemporâneo, em forma de rede, se desenvolveu rapidamente, segundo Nadia De Mond:

[...] em dois anos aquilo que era uma idéia se transformou em realidade. A partir dos contatos, (...) com a ajuda da Internet e com o apoio organizativo decisivo da FFQ [Federação das Mulheres de Québec], criou-se uma rede diversificada de mais de seis mil coletivos de mulheres de 161 países reunidas em torno de uma plataforma mundial. (2003, p. 637-638)

Essas redes de movimentos sociais são constituídas, a partir de amplas demandas e instituições, e, por seu intermédio, a comunicação cotidiana é aparentemente

⁵ Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Amazonas, Piauí, Pernambuco, Bahia, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Minas Gerais, Alagoas, Amapá, Ceará, Distrito Federal e Pará.

⁶ Disponível em < www.marchamundialdasmulheres.org.br > acesso em 21/03/2011.

garantida, através dos meios virtuais, para um público muito diversificado. Sobre os meios virtuais Jorge Alberto S. Machado escreve:

A possibilidade de comunicação rápida, barata e de grande alcance faz atualmente da Internet o principal instrumento de articulação e comunicação das organizações da sociedade civil, movimentos sociais e grupos de cidadãos. A rede se converteu em um espaço público fundamental para o fortalecimento das demandas dos atores sociais para ampliar o alcance de suas ações e desenvolver estratégias de luta mais eficazes. (2007, p. 265)

Contudo, além das tecnologias, ressaltamos como determinante um evento que proporcionou um grande impulso para a expansão da MMM: o Fórum Social Mundial - FSM⁷, que segundo Gonh é “uma rede de redes”, e continua:

O FSM, ao protestar contra a atual globalização econômica, fortaleceu a rede de um outro tipo de globalização: a sociocultural, tecida por alguns valores universais, como a solidariedade e a justiça social e pela troca de experiências culturais nacionais gerando novas articulações no plano da cultura, de caráter transnacional. (2010, p. 55)

Sobre esse evento, Mirian Nobre e Nalu Farias, coordenadoras da MMM: escreveram:

No primeiro FSM, em 2001, nossa intervenção, com uma delegação de mulheres de 20 países, foi centrada em nos apresentar: quem éramos, no que acreditávamos, o que estávamos empenhadas em construir. Pensamos o Fórum como um lugar de construção de reflexão e demos os primeiros passos na articulação dos movimentos sociais. (2003, p. 625)

Diante da ampla diversidade de movimentos que compuseram o FSM, a música, através da batucada ou “Fuzarca feminista”, como é chamada, também contribuiu para apresentar aos participantes e à sociedade em geral os princípios e ideário da MMM. Para isso foram contratados profissionais (percussionistas e artista plástica) para ensinar, produzir e organizar a visualidade e a música. Conforme Nobre e Farias:

⁷ Michel Denning propõe uma reflexão sobre a historicidade do FSM, propondo um retorno à organização da sociedade civil, décadas antes desse evento, ressaltando o valor da compreensão histórica de um evento, que não acontece do zero; mas de acúmulos históricos. Ele (2002, p. 77) conclui: “finalmente, a análise desses novos cerceamentos gerou uma maneira nova de imaginar os bens públicos: não apenas como uma luta por terra, o que trouxe para a frente de batalha a luta dos povos indígenas, mas também como uma luta contra a mercantilização e a privatização de aspectos da vida social [...] e do pensamento ou, como se vê hoje em dia, a mercantilização do material genético e da informação.”

Na passeata de abertura do FSM em 2003 nós da Marcha conseguimos expressar o processo de preparação que desencadeamos. Os estandartes de abertura foram concebidos e costurados em oficinas onde refletimos sobre nossas vidas, nossas visões para o futuro e o significado do Fórum para isso. A batucada trazia um longo trabalho de reutilização de latas e mulheres aprendendo a dar o ritmo e o tom. A composição da ala era uma aliança construída com a juventude presente no Acampamento e com o movimento de lésbicas, gays e travestis. (2003, p. 628)

Se, por um lado, esse encontro da diversidade dos movimentos representa também a possibilidade de fragilidade das lutas, devido à sua fragmentação e efemeridade, por outro lado, segundo Ilse Scherer-Warren: “representa um avanço no plano do reconhecimento inter- sujeitos e interorganizacional, criando um potencial de democratização no âmbito das relações sociais e políticas.” (2008, p.509). Dessa forma, as possibilidades políticas e reflexivas dos movimentos sociais no século XXI estão associadas, conforme Scherer-Warren, às articulações em rede, como, por exemplo:

O FSM, ocorrido por quatro vezes em Porto Alegre, tem se constituído em um momento central de mobilizações para as redes de movimentos na América Latina. O FSM, enquanto espaço de articulação da sociedade civil, tem servido de inspiração à criação de vários outros fóruns [...], além de estimular o crescimento e o fortalecimento de outras redes, tais como a Via Campesina e a Marcha Mundial das Mulheres. (2006, p. 117)

Inúmeros movimentos e segmentos encontraram solo fértil para se desenvolver nesse evento, principalmente pelo seu formato, que busca contemplar a diversidade e promover o diálogo regional e global entre as organizações da sociedade civil. Nesse sentido, outras oportunidades políticas e reflexivas para as articulações em rede se encontram em fóruns transnacionais como o FSM e a Cúpula dos Povos da América⁸.

A MMM privilegia em sua agenda o Fórum Social das Américas (FSA) participando ativamente com oficinas que contribuem para a expansão de seu ideário, em 2010, em Assunção, Paraguai promoveu a oficina “Batucada Feminista” ou “Fuzarca Feminista”, na qual são construídos instrumentos de percussão com latas e baldes grafitados e são cantadas músicas com temas da plataforma política do movimento.

A MMM, que se conceitua como um movimento anti-globalização, está inserida nessa dinâmica dos movimentos sociais contemporâneos, em vários aspectos,

⁸ Que em Madri, no dia 16 de maio de 2010 oficializou mais uma “Declaração final da cúpula dos povos, enlaçando alternativas IV, nesse documento (p. 1) consta: “As redes, plataformas e organizações da Europa, América Latina e Caribe, reunidas em Madri entre os dias 14 e 18 de maio, durante a Cúpula dos Povos ‘Enlazando Alternativas IV’, reivindicamos nossos direitos a estabelecer alternativas ao modelo neoliberal e aos tratados de livre comércio. E acreditamos em nossa capacidade para construir um diálogo político e social entre os povos.”

começando pela pauta de reivindicações por liberdade reprodutiva, pelo direito à contracepção e ao aborto e contra o assédio sexual e a violência. Segundo Ilse Scherer-Warren: “a MMM, como muitos movimentos sociais que se constituíram a luz dos movimentos alterglobalização, é uma rede interorganizacional” (2006, p. 116) E, conforme Mirian Nobre e Nalu Faria,

Nós da Marcha mundial das Mulheres desde o início nos constituímos como parte do movimento antiglobalização e nos colocávamos o desafio de como fortalecer a presença e a agenda feminista neste movimento de movimentos. O Fórum Social Mundial e a Rede dos Movimentos Sociais que nele se criou têm sido nosso terreno privilegiado para construir análises e agendas e para exercitar novas abordagens e formas de organização (2003, p. 625).

Entre as principais estratégias da MMM estão aquelas que buscam provocar grande visibilidade, pois, de acordo com o formato em rede dos movimentos sociais contemporâneos, os encontros presenciais podem ser mais circunstanciais e espaçados, no caso da Marcha esses encontros ocorrem a cada cinco anos (2000, 2005 e 2010) e são marchas de grandes proporções, em locais públicos. Ilse Scherer-Warren se refere a esse tipo de manifestação como:

[...] fruto da articulação de atores dos movimentos sociais localizados, das ONGs, dos fóruns e redes de redes, mas buscam transcendê-los por meio de grandes manifestações na praça pública, incluindo a participação de simpatizantes, com a finalidade de produzir visibilidade através da mídia e efeitos simbólicos para os próprios manifestantes (no sentido político-pedagógico) e para a sociedade em geral, como uma forma de pressão política [...] no espaço público contemporâneo. (2006, p. 112)

Nessas marchas são levados os artefatos que aqui denominamos de composição visual, produzidas previamente (por artistas e por mulheres do próprio movimento). Como por exemplo: faixas, painéis, estandartes (geralmente bordados, representando mulheres de diversas etnias, juntamente com uma palavra que compõe seus princípios: liberdade, justiça, paz, solidariedade,...), a “colcha de retalhos da solidariedade global”, que foi montada com retalhos bordados ou pintados, produzidos pelas mulheres dos países onde existem movimentos ligados à MMM, e a “Carta das Mulheres para a humanidade”, que foi ampliada para fazer parte da marcha, enriquecendo ainda mais essa composição visual.

Todo esse material foi fotografado e divulgado tanto nos materiais internos do movimento como nos diversos veículos da mídia. Para analisarmos a composição visual da

MMM utilizaremos imagens fotográficas, enquanto suporte de apresentação desses materiais presentes nas marchas de 2000, 2005 e 2010. Buscamos realizar uma análise formal e histórica a partir do contexto sócio-cultural desses artefatos, pois, segundo Ulpiano B. de Meneses:

As imagens não tem sentido em si, imanentes. Elas contam apenas – já que não passam de artefatos, coisas materiais ou empíricas – com atributos físico-químicos intrínsecos. É a interação social que produz sentidos, mobilizando diferencialmente (no tempo, no espaço, nos lugares e circunstâncias sociais, nos agentes que intervém) determinados atributos para dar existência social (sensorial) a sentidos e valores e fazê-los atuar. É necessário tomar a imagem como um *enunciado*, que só se apreende na fala, em situação. (2003, p.28)

Assim, nessa pesquisa nos propomos a estudar e analisar a Marcha Mundial das Mulheres no contexto dos movimentos sociais e sua construção visual. Na seqüência, faremos menção a alguns autores que tratam da discussão política na perspectiva que iremos desenvolver, na seqüência apresentaremos parte da historiografia das mulheres e dos movimentos sociais que serviram como referenciais teóricos para este trabalho.

A política não é homogênea, pois sofre transformações temporais e espaciais. Os estudos de gênero vão ao encontro dessas tendências contemporâneas, que questionam a concepção da história como evolução linear e progressista e a do tempo vinculada às mudanças e prognósticos do futuro, buscando, no entendimento de Maria Izilda Matos (1998, p. 69):

[...] acabar com a segmentação entre passado e presente, os estudos de gênero contribuíram para a ampliação do objeto de conhecimento histórico, levando à descoberta de temporalidades heterogêneas, ritmos desconexos, tempos fragmentados e descontinuidades, descortinando o tempo imutável e repetitivo ligado aos hábitos, mas também o tempo criador, dinâmico e das inovações, focalizando o relativo, a multiplicidade de durações que convivem entre si urdidas na trama histórica.

O político constitui um dos pontos de condensação da sociedade nos países democráticos, como por exemplo: as políticas públicas para a educação, para as mulheres, etc., ou seja, segundo René Remond, praticamente não existe outra atividade (que não seja a política) que atinja um maior número de homens e mulheres, sendo que, hoje em dia, poucos domínios escapam da política. Todavia, para os historiadores tradicionais, que estavam preocupados em encontrar as verdadeiras realidades, ignoravam e “desvalorizavam um bom

número de aspectos da vida coletiva tais como instituições, as relações de direito e a vida política.” (REMOND, 1996, P. 05)

A concepção de Pierre Rosanvallon, também contribui para a reflexão aqui realizada, no sentido de considerar o político como “o lugar onde se articulam o social e sua representação, a matriz simbólica onde a experiência coletiva se enraíza e se reflete ao mesmo tempo” (1995, p.12). E também o posicionamento de Joan Scott de que “não há como evitar a política e as relações de poder, os sistemas de convicção e prática – do conhecimento e dos processos que o produzem” (1991, p. 95).

Os estudos de gênero vinculam-se às transformações teóricas e metodológicas da historiografia que, segundo Gomes: “pode ser identificada com a chamada renovação da história política e a sua articulação com a história cultural, que floresceu e chegou ao Brasil, com mais intensidade, a partir da década de 1970” (2005, p. 22). Amplia-se, nesse sentido, o conceito de política, como “uma instância autônoma e estratégica para a compreensão da realidade social, até porque a idéia é que as relações de poder são intrínsecas às relações sociais” (GOMES, 2005, p. 31). Assim sendo, as questões culturais e políticas passam a ser vistas de maneira indissociável, nessa concepção, os elementos culturais compõem a política e vice-versa.

Para Joan Scott, a definição de gênero tem duas acepções a primeira de que “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” e a segunda de que “gênero é uma forma primária de dar significação às relações de poder” (1995, p. 86), para ela “é preciso substituir a noção de que o poder social é unificado, coerente e centralizado”, por algo como o conceito de poder de Michel Foucault, entendido como constelações dispersas de relações desiguais, discursivamente constituídas em ‘campos de força’ sociais” (1995, p. 86).

A contribuição de Scott é de extrema relevância nos estudos de gênero, propondo inovações teóricas nesse campo, em formação. Ela se refere a um poder articulado que contemple a negação e a resistência diante do poder instituído. Para ela:

O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político tem sido concebido, legitimado e criticado. [...] Se as relações de gênero e de poder se constroem reciprocamente, como as coisas mudam? De um ponto de vista geral, a resposta é que a mudança pode ser iniciada em muitos lugares. As revoltas políticas de massa que lançam velhas ordens no caos e fazem surgir novas formas de legitimação. Mas elas podem não o fazer; noções antigas de gênero têm servido também para validar novos regimes. (1995, p.92)

Nessa acepção, a política é apenas uma das áreas no qual o gênero pode ser pensado na análise histórica. Louise Tilly, no artigo intitulado: “Gênero, História das Mulheres e História Social” faz críticas a algumas questões colocadas por Scott, em seus textos, principalmente: “Gênero, uma categoria útil de análise histórica”, no entanto, exalta:

Scott lançou um apelo audacioso para uma nova história crítica e intelectual. Este apelo é importante para as feministas por chamar a atenção diretamente para as relações de poder inscritas na linguagem, no comportamento e nos dispositivos institucionais. (TILLY, 1994, p. 29-62)

Nesse aspecto, os estudos realizados por Scott, relacionam-se com essa pesquisa no que se refere às relações de poder inscritos na linguagem e no comportamento, pois, analisamos a linguagem visual e o comportamento da Marcha Mundial das Mulheres, que se insere tanto no movimento de mulheres, como no movimento feminista. Conforme Scott:

o feminismo tem sido, nas últimas décadas, um movimento internacional, mas possui características particulares, regionais e nacionais.[...] O feminismo assumiu e criou uma identidade coletiva de mulheres, indivíduos do sexo feminino com um interesse compartilhado no fim da subordinação, da invisibilidade e da impotência, criando igualdade e ganhando um controle sobre seus corpos e suas vidas. (1991, p. 67-68)

Michele Perrot e Joan Scott tornaram-se referência para os trabalhos realizados por pesquisadoras brasileiras relativos à história das mulheres e ao movimento de mulheres. Na seqüência observaremos uma parcela da discussão que vem sendo travada ao longo das últimas décadas por parte dos estudos acadêmicos.

Perrot é tributária de uma vertente histórica na qual as mulheres, operários e transgressores da lei burguesa são tratados de forma a ganharem a dimensão de sujeitos da história. Em suas palavras, a história das mulheres:

ao colocar a questão das relações entre os sexos, revisitava o conjunto dos problemas do tempo: o trabalho, o valor, o sofrimento, a violência, o amor, a sedução, o poder, as imagens e o real, o social e o político, a criação, o pensamento simbólico. A diferença dos sexos se revelava de grande fecundidade. (2005, p. 25)

Conforme Perrot, a história das mulheres se inscreve no campo mais vasto das ciências humanas, interrogando “a linguagem e as estruturas do relato, as relações de sujeito e do objeto, da cultura e da natureza, do público e do privado” (2005, p. 26). Já Scott

considera que grande parte da atual história das mulheres, “mesmo quando opera com conceitos de gênero está voltada para as preocupações da política feminista” (1991, p. 66). E acrescenta mais que postular uma simples correlação entre história das mulheres, feminismo e gênero, “precisamos pensar esse campo como um estudo dinâmico na política da produção do conhecimento”. Scott discute sobre o percurso dos estudos de gênero, classificando-o enquanto uma categoria de análise. Nessa perspectiva:

O termo “gênero” faz parte da tentativa empreendida pelas feministas contemporâneas para indicar um certo terreno de definição, para sublimar a incapacidade das teorias existentes para explicar as persistentes desigualdades entre as mulheres e os homens. (1990, p.85)

A expansão dos estudos de gênero localiza-se no quadro de transformações por que vem passando a história nas últimas décadas. Considerando que, conforme Scott: “a preocupação teórica com o gênero como uma categoria analítica só emergiu no fim do século XX. Ela está ausente das principais abordagens de teoria social formuladas desde o século XVIII até o começo do século XX.” (1995, p. 85)

E, como uma nova categoria, gênero vem procurando dialogar com outras categorias históricas já existentes. Segundo Scott “a emergência da história das mulheres como um campo de estudo envolve (...) uma evolução do feminismo para as mulheres e daí para o gênero; ou seja, da política para a história especializada e daí para a análise” (1991, p. 65). Assim,

No espaço aberto por esse debate, posicionadas ao lado da crítica da ciência desenvolvida pelas humanidades e da crítica do empirismo e do humanismo desenvolvido pelos/as pós-estruturalistas, as feministas não somente começaram a encontrar uma voz teórica própria; elas também encontram aliados/as acadêmicos/as e políticos/as. É dentro desse espaço que nós devemos articular o gênero como uma categoria analítica. (1995, p. 85)

É importante ressaltar que a produção historiográfica sobre movimento de mulheres, feminismo e gênero, a partir das décadas de 1980 e 1990, alcançou uma variedade enorme de trabalhos nos quais as questões de gênero, em diferentes graus de complexidade e diante das mais variadas abordagens, foram sendo introduzidas a partir de uma pluralidade teórica, considerando o seu conjunto de temas, problemas, abordagens e análises metodológicas. Assim, da história das mulheres passamos a falar na categoria gênero, sendo que nesse período uma imensa literatura estava começando a ser realizada no Brasil. Nas palavras de Rago, as estudiosas optaram por diferentes abordagens:

[...] as pós-estruturalistas, com Derrida e Foucault à frente, dissolvendo os sujeitos e apontando para a dimensão relacional da nova categoria; as marxistas, procurando integrar rapidamente a nova categoria em seu sistema de pensamento, sempre muito preocupadas em garantir o lugar outrora hegemônico e agora compartilhado do conceito de classe. E, finalmente, acenavam as psicólogas, com suas propostas e interpretações, mais ligadas às questões da maternidade e da crítica ao patriarcado. (1998, p. 90)

Os estudos de gênero advêm de contextos marcados pelo conflito entre as feministas e as historiadoras da história mulheres, tanto no Brasil como em outros países. Nesse sentido, gênero, enquanto categoria de análise, esteve presente no interior do movimento de mulheres, perpassado e algumas vezes incorporado pelo feminismo, propondo uma história das mulheres, sendo confrontada ou estimulada, conforme diferentes autores.

Por isso, pode-se inicialmente confundir essas denominações: movimento de mulheres, feminismo, e gênero. Realmente elas se relacionam, todavia, em cada momento observam-se diferentes conceituações acerca de cada uma delas; e ainda, muitos autores as classificam ora como complementares ora como em disputa. No entanto, conforme Margareth Rago (1998, p. 9), “a categoria gênero não vem substituir nenhuma outra, mas atende à necessidade de ampliação de nosso vocabulário para darmos conta da multiplicidade das dimensões constitutivas das práticas sociais e individuais”. O uso da palavra *gênero* tem uma história que é tributária de movimentos sociais, de mulheres e feministas, tem uma trajetória que acompanha a luta por direitos civis.

Todavia, nos interessa estabelecer, brevemente, algumas distinções entre movimento de mulheres e movimentos feministas. O movimento de mulheres refere-se a movimentos com composição de mulheres e suas demandas baseiam-se em objetivos específicos, como, por exemplo: contra a carestia, pela anistia, por creches, pela paz, dentre outros. Nessa perspectiva, buscam transformar as relações sociais, econômicas e políticas das mulheres.

Os movimentos feministas também são compostos, em sua maioria por mulheres, e têm como princípio questionar os mecanismos sociais, que contemplam determinada parcela da sociedade, em detrimento de outra, baseados na divisão social dos sexos: feminino e masculino. São movimentos que lutam por relações democráticas entre homens e mulheres, por entenderem que os papéis atribuídos tanto aos homens como às mulheres não são naturais, mas construídos historicamente.

Nesta distinção, os movimentos feministas são parte importante e dinâmica dos movimentos de mulheres. Todavia, o feminismo multiplicou os espaços e lugares nos

quais atua e as fronteiras entre o movimento de mulheres e o feminismo têm diminuído gradativamente, um exemplo disso é a Marcha Mundial das Mulheres, que é constituída por ambos. Essa tendência é observada nos movimentos sociais contemporâneos, que, a partir de uma organização em redes, consegue dialogar com os diversos movimentos e segmentos da sociedade.

Conforme Ilse Scherer-Warren (2008), a partir do século XX as contestações populares assumem um caráter cada vez mais politizado, com relativa crítica e autonomia em relação ao Estado. No Brasil, segunda metade do século, durante o regime cívico-militar⁹, acirram-se os dois principais tipos de manifestações de resistência: por um lado, as organizações clandestinas (guerrilhas e partidos de viés comunista ou socialista); por outro, manifestações cívicas públicas, contra o poder autoritário e as restrições aos direitos civis e políticos e, com o processo de redemocratização, desenvolve-se um movimento de ampliação da cidadania que reivindica a regulamentação ou a criação de novos direitos: civis, políticos, sociais, culturais, étnicos, de gênero e ambientais, em consequência, os movimentos sociais existentes tendem a remodelar suas práticas e valores para atender essas demandas.

A MMM é um movimento social de mulheres e será estudada dentro do contexto dos movimentos sociais contemporâneos. Para isso, optamos por analisar algumas obras de autores que embasam nossas reflexões.

Alberto Melucci analisa os movimentos sociais a partir das suas condutas, podendo esses encaminharem-se para um movimento reivindicatório, ou um movimento político ou ainda para um movimento antagônico, sendo esse último o mais explorado pelo autor, que o considera como a ação coletiva, que é uma de suas grandes contribuições nesse campo. Para ele a ação coletiva vai de encontro à atual sociedade, visto que: “As sociedades complexas exigem participação e necessitam de elevada identificação, isto é, exigem um investimento adequado de recursos motivacionais e simbólicos por parte dos indivíduos que a compõe.” (2001, p. 72)

Maria da Glória Gohn propõe uma análise das principais formas de associativismo civil no Brasil, expressas em movimentos sociais e redes de associações civis e fóruns, considerando a multiplicidade de possibilidades que a internet propicia, a autora afirma serem necessárias metodologias específicas para se compreender as redes de mobilizações contemporâneas. Para ela:

⁹ Visto que segmentos civis apoiaram e colaboraram com o golpe ocupando inclusive funções importantes e até estratégicas nesse período da ditadura.

O novo milênio [século XXI] apresenta uma conjuntura social e política extremamente contraditória na América Latina. Ao mesmo tempo em que vários movimentos sociais tiveram, em diversos países mais condições de organização tanto interna como externa, dado o ambiente político reinante, em outros, eles perderam muito a sua força política junto à população, em virtude da decepção e da não credibilidade em geral da sociedade civil para com os políticos, da composição da arena político-partidária e dos processos morosos da participação social. (2009, p. 59)

Ilse Scherer-Warren ao formular a noção de redes movimentalistas, define-as como “são redes sociais complexas, que transcendem organizações empiricamente delimitadas, e que conectam simbólica e solidaristicamente, sujeitos individuais e atores coletivos, cujas identidades vão se constituindo num processo dialógico” (2005, p.36). A autora pretende discutir “como e através de que elementos materiais e simbólicos, referenciais normativos, circuitos identitários e formas de inserção nas redes se constroem nexos politicamente significativos e emancipatórios.” (2008, p. 506)

Éder Sader propõe a reflexão a partir de um sujeito novo, criado no contexto dos movimentos sociais populares, em São Paulo, das décadas de 1970 e 1980; sujeitos coletivos que são estudados a partir do seu cotidiano, na luta por seus direitos. A nova configuração desses movimentos apoiam-se, segundo Sader:

Nos valores da justiça contra as desigualdades imperantes na sociedade; da solidariedade entre os dominados, os trabalhadores, os pobres; da dignidade constituída na própria luta em que fazem reconhecer seu valor; fizeram da afirmação da própria identidade um valor que antecede cálculos racionais para a obtenção de objetivos concretos. (1998, p.312)

Na seqüência, apresentaremos os três capítulos que compõe essa dissertação. No Primeiro Capítulo, intitulado: Breve contextualização histórica das manifestações feministas¹⁰ no Brasil e a Marcha Mundial das Mulheres detêm-se na realização de uma análise, realizada a partir de estudos bibliográficos. Para refletir sobre a participação e a organização política das mulheres no Brasil. As principais obras que compõe essa parte são as de Ana Maria Colling: *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil* (1997), de Judith Hahner: *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937* (1981); e de Céli Regina Jardim Pinto: *Uma história do feminismo no Brasil* (2003). Nesse Capítulo também analisamos algumas imagens e realizamos comentários sobre a Marcha Mundial das Mulheres.

¹⁰ Utilizamos esse termo de Celi Regina Pinto, 2003.

O Segundo Capítulo, intitulado: A Marcha Mundial das Mulheres no contexto dos movimentos sociais contemporâneos busca situar a MMM nos estudos sobre movimentos sociais contemporâneos. Nesse capítulo, também consideramos importantes duas publicações na mídia comercial, o jornal a *Folha de São Paulo*, que apresentou imagens da primeira e segunda edições da MMM, em 2000 e 2005, ampliando, dessa forma, nossas possibilidades de análises. Alguns autores e obras embasaram essas reflexões: Alberto Melucci: *A invenção do presente* (2001). Maria das Graças Gohn: *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos* (2002) e *Novas teorias dos Movimentos Sociais* (2008). Ilse Scherer-Warren, livro: *Redes de Movimentos sociais* (1993), e dois textos: *Redes de movimentos sociais na América Latina-caminhos para uma política emancipatória?* (2008) e *Das mobilizações às redes de movimentos sociais* (2006). Eder Sader: *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980)*, de 1988.

O Terceiro Capítulo, intitulado “A composição visual da Marcha Mundial das Mulheres”, é composto de duas partes. Na primeira, foram feitas considerações acerca do contexto da construção visual da MMM, bem como algumas ressalvas acerca da historicidade do uso de materiais simbólicos dentro dos movimentos sociais. Na segunda, será realizada a análise interpretativa dos materiais encontrados na composição visual da MMM. Para efetuar a interpretação da trajetória desses materiais me valerei dos estudos dos seguintes autores e obras: Ulpiano Bezerra de Meneses: “*Fontes Visuais, cultura visual, História Visual. Balanço Provisório, propostas cautelares*” (2003); Martine Joly: *Introdução da análise das imagens* (1996); Peter Burke: *Testemunha ocular* (2004); Bronislaw Baczko: *Imaginação social* (1985) e Michel Pastoureau: *Dicionário das cores do nosso tempo: simbólica e sociedade* (1997).

CAPÍTULO 1

BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DAS MANIFESTAÇÕES FEMINISTAS NO BRASIL E A MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES

Nas últimas décadas, a produção acadêmica em relação aos estudos das mulheres expandiu-se consideravelmente, nos anos de 1980 essa produção era pautada ainda pelas biografias, mas se propagou para além delas, referindo-se às atividades exercidas pelas mulheres e suas formas de organização, a partir das experiências vividas, percepções e problemas em comum; e, o mais importante, numa perspectiva feminina.

Na década de 1990, as preocupações se voltaram para os estudos realizados a partir das relações de gênero e, nesse início de século XXI, estamos vivenciando uma produção cada vez mais especializada em várias frentes, basta observar a grande variedade de temáticas e abordagens presentes nos eventos realizados em diversas áreas.¹¹

A história das mulheres tem suas origens no movimento social e se distingue particularmente das outras, segundo Louise Tilly, pelo fato de ter sido uma história surgida a partir do movimento social, conforme essa autora:

[...] por um longo período, ela foi escrita a partir de convicções feministas. Certamente toda história é herdeira de um contexto político, mas relativamente poucas histórias têm uma ligação tão forte com um programa de transformação e de ação como a história das mulheres. Quer as historiadoras tenham sido ou não membros de organizações feministas ou de grupos de conscientização, quer elas se definissem ou não como feministas, seus trabalhos não foram menos marcados pelo movimento feminista de 1970 e 1980. (2004, p. 31)

Em concordância com Tilly, Joana Pedro, ressalta que, o uso da palavra gênero “tem uma história que é tributária de movimentos sociais de mulheres, feministas, gays e lésbicas; tendo uma trajetória que acompanha a luta por direitos civis, direitos humanos, enfim, igualdade e respeito” (2008, p.78). E, segundo a mesma autora, os historiadores não poderiam ficar alheios “aos movimentos sociais das mulheres em suas múltiplas configurações, nos múltiplos feminismos que, desde meados do século XIX, reivindicavam direitos e o fim das hierarquias baseadas no sexo” (2008, p. 85).

Assim, no final da década de 1980, estavam se constituindo diversos

¹¹ Um dos eventos importantes, no Brasil, é o Seminário Internacional Fazendo Gênero, que ocorre a cada dois anos, na cidade de Florianópolis, capital de Santa Catarina, promovido por vários setores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), nesse evento se observa uma amostra da gigantesca diversidade de discussões acerca das questões de gênero e da História das Mulheres, refletindo parte da produção nacional e internacional nesse campo em consolidação.

espaços nos quais as mulheres atuavam e se organizavam politicamente, como por exemplo: o político institucional (partidos políticos, sindicatos, governos, etc.), os movimentos feministas independentes, as organizações prestadoras de serviços (geralmente Organizações Não-Governamentais – ONGs), e o feminismo acadêmico que, na década de 1990, passou a dividir espaço com as discussões de gênero. Esses *locus* diferenciados ainda dialogam muito pouco, entretanto, são estudados nas suas diversas formas pela produção acadêmica que, desde as últimas décadas do século XX, alcançou a formação de aproximadamente quarenta núcleos de estudos sobre as mulheres e de gênero em universidades brasileiras, com uma produção especializada, destacando-se os *Cadernos PAGU*¹, do Núcleo de Estudos de Gênero da UNICAMP, a *Revista de Estudos Feministas* (REF), produzida atualmente pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC¹ e a *Revista Gênero*¹, da Universidade Federal Fluminense. Outro espaço organizativo importante, nesse contexto, é o Grupo de Trabalho (GT) *Estudos de Gênero*, da Associação Nacional de História – ANPUH, constituído em 2001, durante o XXI Simpósio Nacional da ANPUH, realizado em Niterói, Rio de Janeiro; ampliando-se posteriormente em GTs Regionais. Todavia, a pujança dos dias atuais contrasta com a difícil trajetória que a categoria de análise ‘gênero’ enfrentou no campo historiográfico.

Pode-se postular então, que os estudos de gênero e a História das Mulheres, estão se formando enquanto campo historiográfico, passando a ter reconhecimento acadêmico e estabelecendo diálogos com a história política, uma vez que, como lembra Scott “a política constrói o gênero e o gênero constrói a política” (1995, p. 89).

A MMM é um movimento social contemporâneo fluido e heterogêneo. Com uma plataforma de ação ampla¹², em 2010, privilegiou cinco eixos: contra a tirania do patriarcado e do livre mercado, pela autonomia econômica das mulheres, por um mundo sem violência contra as mulheres, contra a privatização da natureza e dos serviços públicos, paz e desmilitarização; a MMM pretende abarcar demandas de diferentes classes sociais e pessoas das variadas faixas-etárias.

As estratégias utilizadas pela marcha são historicamente construídas. Alguns dos exemplos dessa construção são os jornais produzidos pela MMM: o Jornal da Ação Internacional de 2010, que tem em seu conteúdo: o que é a MMM e suas as ações nacionais e internacionais, o chamamento para 2010, a importância do dia 8 de março de 2010 e alguns itens da plataforma de ação. As imagens abaixo apresentam fotografias da primeira e segunda edição da MMM, em 2000 e 2005, respectivamente

¹² Disponível em < http://www.sof.org.br/publica/plataforma_acao.pdf> acesso em 09/03/2011.

Turi Cotas



Juliana Bruce



Imagem 1

Fonte: fragmento do Jornal da Marcha Mundial das Mulheres –
ação 2010, agosto de 2009, 3p.

A imagem I corresponde à terceira página do jornal e tem-se uma dimensão visual do contraste entre a primeira e a segunda marcha, o diferencial foi a composição visual que as lideranças da MMM, no Brasil, construíram para se destacarem na passeata de abertura do FSM, em 2001, na cidade de Porto Alegre, Rio grande do Sul, que foram utilizadas nessa ação.

Podemos observar que na imagem da primeira edição da marcha, em 2000, cuja fotografia é de Iuri Codas, a composição visual ainda era mínima, conforme retratada no fragmento do Jornal de chamamento para a Ação Internacional de 2010, publicado em agosto de 2009; no qual podemos observar as cores e a composição visual da segunda edição (2005). Todavia, em ambas existem materiais de apoio: bandeiras e faixas, principalmente, que são utilizados para ampliar a visibilidade e o volume das marchas, bem como identificar os vários movimentos sociais presentes.

Essa edição do jornal foi publicada em agosto/2009 e foi distribuído nos meses de setembro a novembro por todo o país, para as entidades que compõe a MMM e as que pretendiam compor. Podemos observar as duas imagens colocadas juntas, edição 2000 e edição 2005, possivelmente com a pretensão de demonstrar que a MMM em 2000 provocava menos efeitos visuais, por não utilizarem tanto as cores, como na segunda edição, inclusive com muitos homens participando, pois os movimentos sociais mistos do período estavam também buscando visibilidade e aproveitaram a oportunidade.

Já a imagem de 2005, cuja fotógrafa foi Juliana Bruce, demonstra mais visibilidade através dos materiais que destacavam as cores lilás, roxa, laranja, vermelho e verde. A Marcha foi composta pela grande maioria de mulheres juntamente com a faixa frontal que apresentou uma representação de mulheres com as mãos dadas, e, na qual lê-se: 8 de março de 2005, e o chamado da ação “Mulheres em Movimento mudam o mundo”, ao fundo vêem-se muitas bandeiras, estandartes e vários “pirulitos”¹³. Os estandartes ao fundo bordados correspondem culturalmente a uma forma de ação feminina.

Dessa maneira, as imagens desse jornal pretendem construir um imaginário evolutivo do movimento, buscando convocar as mulheres das diversas entidades a participarem da terceira edição, em 2010, convocando-as, no texto ao lado dessas imagens, para participarem de “uma grande ação de denúncia, reivindicação e formação, que pretende dar visibilidade à luta feminista contra o capitalismo e a favor da solidariedade internacional, além de buscar transformações reais para a vida das mulheres brasileiras.”

Na seqüência apresentaremos alguns estudos que demonstram a

¹³ É o nome que recebe os cartazes fixados em filetes de madeira, para facilitar o manuseio e a visibilidade do público.

historicidade da organização das mulheres brasileiras em vários períodos. O que amplia nossos conhecimentos para compreendermos a MMM, nas suas formas de organização, seus objetivos e a sua composição visual. Conforme Hahner¹⁴(1981), em meados do século XIX, no Brasil, como em outras partes do mundo, as mulheres ainda estavam ausentes da política e dos espaços públicos, pois esses espaços eram historicamente atribuídos aos homens. Havendo algumas diferenças, dependendo das classes sociais, como, por exemplo, as mulheres, das classes inferiores eram relegadas a trabalhos físicos exaustivos e permaneciam mais tempo fora de casa, já na elite, uma grande parte das mulheres era confinada à esfera privada, com algumas exceções, no caso de algumas viúvas que dirigiam fazendas e, nas cidades, algumas mulheres que administravam grandes estabelecimentos, cheios de servidores e escravos. Contudo, a autoridade do marido e do pai permanecia suprema sobre todas as mulheres.

No entanto, em outros países as mulheres já estavam se organizando politicamente e buscavam sua emancipação, e, aos poucos, algumas mulheres brasileiras das classes média e alta, se sentindo insatisfeitas com as suas condições e papéis, iniciaram as primeiras atividades políticas. O advento da República também foi determinante para fortalecer o desejo de algumas mulheres por direitos políticos, que tem como um dos momentos culminantes a instauração da Assembléia Constituinte de 1890.

Cabe ressaltar que tanto as mulheres brasileiras como as estrangeiras, que lutavam pela conquista de seus direitos, bem como pelo acesso à cidadania, por meio do sufrágio, tiveram que atrelar as suas causas a questões sociais mais amplas, e para isso precisaram se articular, principalmente com políticos, mas também com as mulheres de classes sociais distintas. A Marcha Mundial das Mulheres utiliza essa mesma estratégia, ampliando sua pauta de reivindicação, com o intuito de conquistar aliados, dialogando com o maior número de segmentos, buscando respaldo em suas lutas e ações.

Hahner (1981) expõe seus estudos, acerca de um primeiro feminismo brasileiro, liderado por mulheres da classe média, na sua maioria professoras, que faziam algumas manifestações por meio da elaboração de jornais artesanais, buscando despertar outras mulheres para o seu potencial e aumentar o nível de suas aspirações. Essas mulheres também organizaram associações filantrópicas e algumas abolicionistas. E ainda, peças de teatro que foram produzidas para dar maior visibilidade a suas reivindicações, como, por

¹⁴ Historiadora estadunidense, brasilianista, que teve contato com uma rica documentação sobre as mulheres do século XIX, encontrado na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. A partir desse material, desenvolveu sua pesquisa sobre as lutas políticas e sociais das mulheres no Brasil do século XIX; que resultou no livro: “A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937”. Além da Biblioteca Nacional, ela também pesquisou no Arquivo Nacional, especialmente no arquivo da Federação Brasileira do Progresso Feminino e no Arquivo do Estado de São Paulo, dentre outros.

exemplo, na campanha do sufrágio feminino, a peça “O voto feminino”. De forma sutil e, ao mesmo tempo ousada, essas mulheres deram seus primeiros passos para fora do lar.

A autora cita, no decorrer do livro, vários dos jornais produzidos por mulheres da época. Nesses jornais observa-se uma ampliação gradativa das reivindicações feitas pelas mulheres aos homens e aos poderes instituídos, como, por exemplo, a ampliação da educação para as mulheres, com conteúdos iguais aos dos homens e ensino superior; respeito; liberdade física e moral; emancipação feminina (jurídica e econômica); profissão; participação nos concursos para cargos públicos e principalmente a igualdade política. E ainda, uma das evoluções observadas, comparando dois jornais, é a autoria dos textos escritos por mulheres: no “O jornal das mulheres” (Rio de Janeiro, 1852), eram aceitos textos em anonimato, para não expor as mulheres que quisessem se pronunciar. Em contraste, no “Bello Sexo” (Rio de Janeiro, 1862) as mulheres já escreviam textos assumindo sua autoria.

Muitos homens, diante de tantas reivindicações estavam se sentindo cada vez mais desconfortáveis e a igualdade política foi considerada uma afronta, pois, na concepção vigente, conforme Hahner “a mulher deveria ser um anjo confortador, companheira amorosa de seu homem e deusa do lar, mas nunca a sua adversária ou rival na luta cotidiana da vida” (1981, p. 85), e ainda, “não apenas a idéia incômoda de mulheres eleitoras, mas também o espectro de mulheres políticas” (1981, p.78). Uma das formas encontradas por alguns homens para ridicularizar as ações dessas mulheres que tinham “idéias inconvenientes” era dramatizá-las, então produziram também uma peça teatral “As doutoras” que mostrava a vida de uma advogada bem sucedida que se candidatou a deputada federal para legislar a causa da emancipação feminina, mas por fim acabou sucumbindo ao casamento e à maternidade, desistindo satisfeita de sua carreira.

A partir dessa escrita da história, que considera de forma relacional, tanto o universo feminino como o masculino em cada contexto, Hahner observa as interfaces de gênero, antecipando essa discussão no Brasil.

Na seqüência, Hahner apresenta o jornal “O Sexo Feminino” (Campanha, MG: 1873-1876), cuja editora foi Francisca Senhorinha da Motta Diniz, que alcançou uma tiragem de oitocentos exemplares, numa população de 1.458 mulheres alfabetizadas, esse jornal sobreviveu por quase três anos “sem diluir sua mensagem ou comprometer seu padrão, num Brasil repleto de jornais efêmeros, que não resistiam a um ou dois números” (HAHNER, 1981, p. 81).

Na agitação republicana do final da década de 1880, Francisca Diniz

reeditou seu jornal¹⁵ em 1889, com o título “O Quinze de novembro do sexo Feminino”. O público alvo desse jornal eram as mulheres, pois, segundo Francisca Diniz, elas precisavam se emancipar, não deixando subjugar-se como um cordeiro humilde, e, precisam abrir os olhos para as injustiças, o domínio e a postergação de direitos “(...) com a instrução conseguiremos tudo, e quebraremos ainda as rédeas que desde séculos de remoto obscurantismo nos rodeiam.” (HAHNER, 1981, p. 54)

Outro jornal também citado por Hahner é “A Família” (Rio de Janeiro, 1889¹⁶) que tem um perfil um pouco diferente, mas com o mesmo ímpeto. Sua editora, Josephina de Azevedo, era favorável às leis do divórcio, pois, em sua concepção, as mulheres não precisavam ficar a vida inteira atendendo um capricho da autoridade paterna, que escolhera seu marido. Josefina de Azevedo acreditava no progresso da nação por meio da educação das mulheres, defendendo que elas não eram escravas dos homens e poderiam emancipar-se por meio da profissão e da política, para uma vida que deveria ser de liberdade e igualdade.

Josephina de Oliveira também publicou, em 1897, um livro de biografias¹⁷ das mulheres eminentes e um livro¹⁸ no qual foram incluídos muitos de seus artigos para jornais, discursos e peças teatrais, dentre eles “O voto feminino”, já citado. Como lembra Hahner, nesse momento algumas mulheres já não queriam só respeito dentro da família ou direito à educação universitária, mas sim o “desenvolvimento pleno de todas as suas faculdades, dentro e fora do lar. (...) em pé de igualdade com os homens em todas as esferas, a ocupar todos os cargos, desempenhar todas as funções (...) [tanto] no governo da família, como na direção do Estado” (1981, p. 45).

Durante a Assembléia Constituinte, de 1891, Josephina de Azevedo, juntamente com outras feministas, travou debates com os homens, buscando seu apoio ao sufrágio feminino. Porém, na concepção desses homens, a mulher já era a rainha do lar e seu papel era exclusivamente a maternidade e os cuidados com o marido e os filhos. Certamente foi um avanço, essas mulheres terem conseguido, pelo menos, fazer com que alguns homens colocassem em pauta o sufrágio feminino, durante a Assembléia, juntamente com outros temas políticos. Todavia, os comentários dos deputados foram dos mais variados, conforme Hahner (1981), demonstrando o que a concepção dominante da época, pensava sobre as mulheres, esses comentários variavam entre: considerá-las com cérebros infantis e incapazes

¹⁵ Essa reedição, segundo Pinto, foi no Rio de Janeiro, p. 31

¹⁶ A publicação do jornal “A Família”, segundo Pinto, foi entre 1888 e 1897, na cidade de São Paulo.

¹⁷ AZEVEDO, Josefina Alvarez de. *Galleria illustre: Mulheres célebres*. Rio de Janeiro, Typ. A Vapor, 1897.

¹⁸ AZEVEDO, Josefina Alvarez de. *A mulher moderna*. Trabalhos de propaganda. Rio de Janeiro. Tpy. Montenegro, 1891.

para entender os conflitos da política, defendendo ainda que, a natureza da mulher já era determinada pelo seu sexo, por isso, seu destino, desde o nascimento, era ser mãe e esposa, em tempo integral. E, após tais discussões, o sufrágio feminino não foi aprovado naquela Constituição.

Adentrando ao século XX observa-se, segundo Hahner, um feminismo mais moderado, feito por mulheres da elite, que, “ao contrário das primeiras e mais ardorosas feministas, [...] não eram obrigadas a sustentarem-se e as suas famílias, o que sem dúvida influenciava seus pontos de vista sobre seu lugar e atividades de direito”(1981, p. 81). Suas questões eram diferentes das mulheres de classe média, e, portanto ofereciam menos perigos, do que as advindas de correntes do anarquismo e do socialismo, que influenciavam o movimento sindical e eram mais temíveis.

Nesse contexto, também os jornais contribuía, junto com alguns eventos, para a causa do sufrágio feminino. Todavia, eram jornais mais elaborados, como o “*O Nosso Jornal*”, muito parecido com as elegantes revistas da época, em suas páginas encontravam-se pontos de vistas acerca de como as mulheres poderiam conciliar suas obrigações sociais com seus papéis de mães e esposas defendendo que o voto da mulher era um avanço para o progresso, expressando o orgulho do movimento feminista brasileiro em buscar seus objetivos de forma pacífica, portanto aceitável e muito próxima da concepção idealizada das atitudes femininas.

Várias associações de mulheres surgiram nesse período, como a Legião da Mulher Brasileira (Rio de Janeiro, 1919) e a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher (1920), liderado por Bertha Lutz e Maria Lacerda de Moura¹⁹, professora e autora mineira. Essas associações transformaram-se posteriormente na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), e esta teve ramificações em vários estados como as Ligas Paulista e Mineira pelo Progresso Feminino.

A FBPF promoveu congressos e conferências, além de diversas táticas para influenciar líderes políticos e a opinião pública a favor de sua causa: publicidade, entrevistas, telegramas aos políticos, mensagens apoiando feitos estaduais que se mostravam favoráveis ao voto feminino e a elaboração de um manifesto, em 1928, intitulado “Declaração dos Direitos da Mulher”, enviado ao Senado com assinaturas de várias mulheres da elite²⁰. Nesse manifesto, as mulheres defendiam o voto feminino como base fundamental dos direitos

¹⁹ Celi Regina Pinto situa Maria Lacerda de Moura como uma ativista anarquista e feminista radical que, na década de 1920, colocou-se frontalmente contra as sufragistas, contrapondo à luta pelo voto a proposta anarquista. Informações encontradas, segundo a autora, na biografia de Maria Lacerda de Moura, escrita por Mirian Moreira Leite. P. 37.

²⁰ Sobre os eventos desse período Pinto cita um abaixo-assinado levado ao Senado pela FBPF, em 1927, com 2.000 assinaturas de mulheres de todo o Brasil; pode ser o mesmo evento, com duas formas diferentes de informações, p. 25

humanos de igualdade e liberdade.

No contexto do regime provisório de Getúlio Vargas, a partir de 1930, juntamente com o seu empenho em criar um novo código eleitoral, as sufragistas redobram suas táticas com o apoio político dos funcionários públicos e da publicidade. As líderes do movimento se encontraram com Getúlio, que se mostrou favorável ao voto das mulheres. Então, em 1932, o novo Código Eleitoral incluiu os direitos políticos, facultativos, às mulheres. Esse resultado legitimou toda a organização das mulheres de classe média e da elite, entretanto, a conquista do voto beneficiou um pequeno segmento da população feminina nacional, uma vez que, por exemplo, o voto continuaria vetado aos analfabetos. As questões familiares e de trabalho ainda estavam postas para toda uma parcela de mulheres das classes inferiores.

Cabe aqui ressaltar que são muitas as aproximações encontradas entre a obra de Hahner e o Primeiro Capítulo da obra de Celi Regina Pinto²¹, no qual são analisadas²² as movimentações feministas, como prefere chamar Pinto, datadas a partir do final do século XIX a 1932, quando algumas mulheres brasileiras votaram pela primeira vez.

Celi Regina Pinto conceitua feminismo como “a luta pela transformação da condição da mulher na sociedade” (2003, p. 11), e classifica em duas fases as manifestações feministas do período: a “bem comportada”, que é a mesma que Hahner chama de “mais moderada”, abrangendo as manifestações do início do século XX, na maioria das vezes ligadas ao nome de Bertha Lutz e ao sufrágio feminino; e a fase “mal comportada”, que é a “menos moderada”, em Hahner, se referindo principalmente à imprensa feminista²³ ou feminismo difuso, do final do século XIX. E, nessa esteira, Pinto acrescenta o feminismo anarquista.

O feminismo anarquista estava ligado ao operariado do período, em sua maioria, imigrantes, que trouxeram consigo os ideários anarquistas e comunistas, influenciando ativamente na organização do movimento operário brasileiro. As inquietações feministas giravam em torno do excesso de trabalho, essas mulheres ressaltavam a importância de diminuir a jornada de trabalho para poderem cuidar de seus afazeres e encontrar tempo para os estudos, pois sem instrução não poderiam se organizar. Elas

²¹ Seu livro: “Uma história do feminismo no Brasil”, faz parte da coleção História do Povo Brasileiro, da Editora Fundação Perseu Abramo. A temática é o feminismo brasileiro expresso por tendências. A pesquisa foi bibliográfica, contendo algumas imagens (fotografias), cujos créditos são do Acervo Iconographia do Centro Sérgio Buarque de Holanda, e do livro *Mulher Brasileira: anos 20* de Rosanita Monteiro de Campos (São Paulo, Copyjet Indústria gráfica, 1988), entre outros.

²² De uma maneira bem mais simplificada, por não ser esse o recorte temporal de Pinto.

²³ Celi Regina Pinto cita um jornal do Rio Grande do Sul “*Pela Mulher*”, fundado na cidade de Bagé, em 1898, por Andradina de Oliveira. O jornal teve uma duração de nove anos e transformou-se depois em uma revista ilustrada, já então publicada em Porto Alegre. Andradina publicou sete livros abordando a temática feminina. P. 32.

promoviam manifestos e publicavam textos em jornais anarquistas como “Terra Livre” e “A Plebe”.

Mais adiante Pinto ressalta dois grupos de feministas que se articularam, durante o período cívico-militar, no interior das classes média e alta. O primeiro se organizava em residências, em reuniões pequenas de mulheres, nas quais eram discutidas as suas particularidades, como: sexualidade e literatura feminina, todavia, essas mulheres se sentiam culpadas por não fazerem discussões “mais políticas” sobre como enfrentar a ditadura; e, outro grupo, de exiladas, principalmente na Europa, que ampliaram seus conhecimentos acerca das organizações feministas e das suas formas de lutas, e, conforme podiam, mandavam cartas e materiais para o Brasil, informando o que estavam descobrindo de novo naquele continente, no que dizia respeito ao feminismo.

No período da redemocratização, ao final do século XX, fervilhavam transformações sociais e políticas nacionais e internacionais como, por exemplo: a difusão da pílula anticoncepcional; as revisões comportamentais das mais variadas, desde o vestuário à concepção de casamento, os jornais feministas que começaram a ser editados, como o “Brasil Mulher”, “Nós Mulheres” e “Mulherio”; as campanhas contra a violência doméstica “Quem ama não mata”, que chegou a ser transformado em até seriado na TV e a criação do Movimento Feminista pela Anistia. Tudo isso acontecendo juntamente com a influência dos feminismos europeu e estadunidense. Nesse sentido, as discussões ampliaram-se para temas como a sexualidade, contracepção, e aborto, e outras foram retomadas, como a dupla jornada de trabalho e as discriminações que as mulheres continuavam sofrendo de ordem econômica, social e política.

Nesse cenário, a ONU (Organização das Nações Unidas), definiu que o ano de 1975, seria o Ano Internacional da Mulher e o primeiro ano da década da mulher. A partir daí, esse tema começou a ser visto com outros olhos pelo recém empossado governo Geisel. O Centro de Informação da ONU organizou um evento no Rio de Janeiro, e, nele foi fundado o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira. Todavia, o Centro de Desenvolvimento da Mulher era refém de uma dupla dificuldade, primeiro a censura imposta pelo do regime cívico-militar e, segundo, a posição dos grupos de esquerda que primavam pela discussão da luta de classes. Abrigando diversas tendências feministas (PINTO, 2003, P. 59), o Centro administrou a oposição à ditadura e, a difusão das lutas feministas combinadas com as de classe, por apenas cinco anos.

Conforme Celi Pinto (2003) as questões feministas, nesse período, eram discutidas em vários espaços, como, por exemplo: nos sindicatos, que promoviam eventos: I

Congresso da Mulher Metalúrgica de São Bernardo e Diadema, em São Paulo, no ano de 1978; e também nos encontros nacionais das feministas brasileiras acadêmicas, entre 1975 a 1985, durante as reuniões anuais da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência). Eram as possíveis brechas encontradas naquele período histórico marcado, e, segundo Colling: “por perseguições, torturas, mortes e desaparecimentos; onde o regime militar estava destinado a conservar a ordem, entendendo como desordem qualquer manifestação de opinião contrária à sua”. (1997, p. 22)

Pode-se então postular que esses feminismos ou essas manifestações feministas, foram construindo a História das Mulheres, durante o período da ditadura cívico-militar, em uma composição heterogênea de várias frentes: das classes inferiores às elitizadas, ou seja, as mulheres operárias e as mulheres universitárias; todas buscando reconhecimento enquanto sujeitos políticos.

Em consenso, tanto Pinto, como Ana Maria Colling²⁴, consideraram esse momento histórico propício para as mulheres se desenvolverem em torno de problemas específicos de sua condição, tentando derrubar as barreiras da discriminação, tentando administrar o duplo desafio de lutar contra os militares, mas também travando verdadeiras lutas com os homens das organizações de esquerda, que as julgavam inoportunas, inconvenientes e divisionistas.

O recorte temporal estabelecido por Colling, foi de 1964 a 1979, quando foi instaurada a anistia. Dentre os vários problemas de pesquisa, a autora destaca algumas questões: como a repressão constrói o sujeito “mulher subversiva”, por meio de seus discursos? O discurso da repressão em relação à “mulher subversiva” é somente dela ou atinge as demais camadas sociais? E a questão de gênero²⁵ perpassa a repressão?

Os estudos de Colling foram feitos a partir da categoria gênero e são construídos com base em várias fontes, inclusive dos depoimentos de pessoas presas pela ditadura, o que nos remete à história do tempo presente, pois, segundo Robert Frank há muita complexidade no diálogo entre historiador e testemunha:

²⁴ Historiadora, autora do livro *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*, que é o resultado da sua pesquisa de mestrado: *Choram Marias e Clarices – uma questão de gênero no regime militar brasileiro*, concluída em 1994. Seu tema foi “a construção do sujeito ‘mulher subversiva’ durante o regime militar brasileiro”, buscando compreender a construção do discurso da repressão sobre a mulher militante. As fontes utilizadas foram: documentos do DOPS (Departamento Estadual de Ordem Política e Social), encontrados no Arquivo Público Estadual – RS) e nove entrevistas com pessoas que foram presas pela polícia da repressão, seis mulheres e três homens.

²⁵ Colling destaca que para tratar de mulheres, as relações de gênero são as que explicam com mais clareza, tendo em vista o aspecto relacional entre masculino e feminino. p. 15.

O historiador do presente dialoga com sua própria fonte e trabalha, portanto, “sob vigilância”. Desse diálogo, dessa cumplicidade conflitual (...). Deve, de uma maneira ou outra, levar em conta essa emoção que pode perceber na testemunha, mesmo continuando seu ofício de historiador que consiste em selecionar, hierarquizar e criticar. Ele deve estabelecer menos uma distância entre a testemunha e ele do que um distanciamento entre o depoimento e seu trabalho historiográfico. (1999, p. 116-117)

Colling, em seu livro: *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*, de 1996, considera como determinantes as concepções sociais vigentes, referentes ao lugar da mulher na família e na sociedade, a partir daí, a repressão construiu um discurso para tratar essas mulheres militantes, considerando-as como mulheres subversivas com comportamentos desviantes, de “prostituta” e “comunista”, vulgarmente chamadas de “putas-comunistas”, e por isso, não mereciam ser respeitadas, o que justificava a tortura psicológica e física pela repressão.

Nessa perspectiva, aqueles homens estavam cumprindo a sua função de: eliminar qualquer manifestação de oposição, buscando desconstruir a pretensão da mulher em se considerar um sujeito político autônomo, nesse espaço determinado pelo e para o masculino, ao longo das relações culturais e históricas.

No Primeiro Capítulo do seu livro, intitulado uma *fotografia do Brasil em quatro poses*, seleciona quatro discursos que, segundo ela, dão sentido ao Brasil da época (1964-1979): o discurso oficial da ditadura militar, cujos objetivos eram controlar os “comunistas”, conter a inflação e executar as reformas políticas e econômicas, para o possível retorno do governo civil. Os discursos das organizações de esquerda, que eram múltiplos, coexistindo mais de quarenta siglas que divergiam basicamente no tripé estratégia, tática e programa, sendo a estratégia a diferença mais discutida, uns optavam pela transição pacífica e outros pela luta armada. O discurso do tetraedro imaginário²⁶ no qual se destacam as atividades culturais - teatro, cinema e música – que, para parcela da juventude, eram instrumento de transformação política, refletindo uma aspiração internacional de contracultura. E o discurso feminista que trata de uma ruptura radical, do cotidiano de homens e mulheres da década de 1960.

Colling entrevistou seis mulheres militantes de organizações de esquerda (cinco universitárias e uma operária) e três homens, todos eles presos pela ditadura cívico-militar e consultou também alguns documentos do DOPS; buscando compreender como foi esse duplo desafio no dia-a-dia dessas mulheres e, principalmente, como a repressão construiu

²⁶ A autora se refere aos movimentos de 1968 e seus reflexos no Brasil: as Barricadas de Paris, a Primavera de Praga e os Panteras Negras nos EUA.

o discurso “mulher subversiva”. A autora destacou as dificuldades encontradas por eles, homens do seu tempo, na forma de tratar essas mulheres, companheiras de militância: “muitas vezes o problema de relacionamento e como fazer era maior que a própria revolução (1997, p. 106)”. Segundo a autora, o constrangimento que eles sentiam derivava de suas concepções socialmente construídas, nas quais as mulheres não eram constituídas como sujeitos políticos.

O período de abertura, “lenta, gradual e segura”, do regime cívico-militar, que põe em relevo o movimento feminista, segundo Pinto (2003), é marcado fortemente por dois acontecimentos: a anistia aos presos políticos, que trouxe experiências e conteúdos diferenciados para as discussões feministas no Brasil e a reforma partidária, que dividiu o MDB e algumas feministas em dois partidos: PT e PMDB. No início da década de 1980, foram formados os primeiros Conselhos da Condição da Mulher e Delegacias da Mulher. Também naquele período surgiram grupos temáticos de feministas independentes, que começaram a tratar da saúde e da violência contra a mulher, e ainda muitas mulheres foram eleitas para o parlamento. Também o feminismo acadêmico ampliou-se, por meio da formação dos primeiros Núcleos de Pesquisa em Estudos da Mulher, nas universidades brasileiras.

Destacam-se assim, três espaços onde estão organizadas as mulheres do início da década de 1980 ao final da década de 1990: o político institucional (principalmente o parlamentar, partidário, sindical), o movimento feminista independente e o feminismo acadêmico. Entretanto, esses espaços ainda dialogam muito pouco, principalmente a partir da formação e proliferação das Organizações Não-Governamentais – ONGs, que desenvolvem vários papéis:

[...] algumas são mobilizadoras, outras prestam assessoria especializada, outras ainda são prestadoras de serviço. Atuam tanto junto da sociedade quanto junto ao Estado, algumas delas com assento em conselhos, outras sendo interlocutoras de ministros e parlamentares. (PINTO, 2003, p. 106)

E, ainda, dentre os pesquisadores dos movimentos sociais, Gohn observa que:

as ONGs saíram da sombra, deixaram de ser meros suportes técnicos em orientações tidas como “pedagógicas” e financeiras às lideranças populares, e passaram, elas próprias, a desempenhar os papéis centrais nas ações coletivas (2002, p. 315).

No final da década de 1990, muitos estudos acadêmicos foram realizados na

tentativa de compreender esse fenômeno. Vera Soares (1998), por exemplo, considera que o feminismo se especializou, quando alguns grupos de mulheres feministas, criaram Organizações não-governamentais (ONGs), que passaram a ser “morada” para o movimento de mulheres, feministas ou não. Todavia, percebe-se que o feminismo multiplicou os espaços e lugares nos quais atua

[...] e as fronteiras entre o movimento de mulheres e o feminismo têm sido sistematicamente ofuscadas, com um número crescente de mulheres pobres, trabalhadoras, negras, lésbicas, sindicalistas, ativistas católicas progressistas e de outros setores [...] Assim, muitos feminismos são construídos. (SOARES, 1998, p. 45-46)

A MMM tem como referência, no Brasil, uma ONG: a SOF (Sempreviva Organização Feminista), criada em 1963. Conforme as informações do seu site²⁷, ela tem como objetivo:

[...] contribuir na construção de uma política feminista articulada ao projeto democrático-popular, que esteja presente na formulação de propostas e nos processos organizativos e de luta dos movimentos sociais. Esta política deve transformar as relações de gênero e favorecer a autodeterminação das mulheres.

Nesse sentido, conhecer historicamente os múltiplos formatos da atuação política das mulheres exige estudos específicos, na busca de compreender suas particularidades. É também, uma tarefa de grandes proporções, no que se refere às possibilidades de fontes, abordagens e períodos pesquisar as formas de participação e organização das mulheres na História do Brasil.

Segundo Gohn (2008), outro fator importante para entender o contexto do final do século XX, entre as décadas de 1980 e 2000, é o fortalecimento de redes e estruturas nacionais de movimentos sociais como, por exemplo: a Central Única dos Trabalhadores – CUT; criada 1983, e a Central de Movimentos Populares – CMP, criada em 1993, bem como o surgimento de movimentos internacionais e o crescimento das Organizações Não-Governamentais – ONGs, sendo inclusive, nesse período, criada a Associação Brasileira de ONGs – ABONG, em 1991.

A partir desse estudo pudemos observar as formas de organização das mulheres em diferentes períodos, o que reivindicavam e como realizavam suas lutas.

²⁷ Disponível em <www.sof.org.br> acesso em 09/03/2011.

Conhecer essa história possibilita-nos ampliar nossa compreensão sobre a Marcha Mundial das Mulheres e sua construção visual. Entendendo, por exemplo, que as suas ações possuem uma historicidade, que são tributárias de várias décadas de enfrentamentos e ações em prol da emancipação e da igualdade de direitos das mulheres.

A MMM, enquanto movimento social contemporâneo, é conceituada por Scherer-Werrer como um

caso emblemático de luta universal de direitos da América Latina e para a sociedade global. A MMM (...) caracteriza-se por um projeto de mobilização social no qual participam ONGs feministas, mas também Comitês e organismos mistos de mulheres e homens que se identificam com a causa do projeto. (2006, p. 116)

Tal projeto político tem como princípio o combate à pobreza e às injustiças; para isso propõe demandas por terra, trabalho e direitos sociais, ações de combate às violências em todas as esferas, conforme o texto de Nobre e Farias:

[...] nos primeiros debates que fizemos formulávamos a idéia de estarmos bem firmes sobre duas pernas: a afirmação de nossa agenda feminista no contexto das lutas antiglobalização e nossa relação com os movimentos mistos. (...) falando e propiciando vivências não só de como é a vida das mulheres hoje, mas de como o feminismo tece alternativas para o presente e o futuro de todas e todos. (2003, p. 629)

Nessa perspectiva, a MMM promove a cada cinco anos uma ação/marcha de grande proporção, no espaço público. Essas edições ocorreram em 2000, 2005 e a última em 2010. Nesses anos a agenda da MMM foi diferenciada, pois foram organizadas sistematicamente atividades que aconteceram durante os meses de março a outubro, como: seminários, conferências, cursos de formação feminista, dentre outras. Em conjunto com os movimentos sociais nos níveis estaduais, nacionais e internacionais.

A cada edição, são criados slogans específicos, intitulados de *chamado da marcha*, e imagens que constroem a base da composição visual do MMM, como: estandartes, faixas, cartazes, colcha de retalhos da solidariedade global, painéis, bonecas,... Também foi composta a “Batucada” ou “Fuzarca Feminista”, como já mencionamos, nas quais as jovens que compõe o movimento construíram instrumentos de percussão com latas e baldes grafitados, com os quais produzem o ritmo das músicas cantadas que abordam os temas da plataforma política do movimento, como, por exemplo, esse trecho da música da MMM: “...Mulheres querem um mundo mais justo, pros filhos crescer sem susto, mulheres querem

um mundo de paz, sem elite e sem capataz. Amigas, vamos marchar, chega de fome, pobreza e violência...” (Guia da caminhante, 2010, p. 31), e também palavras de ordem: “A nossa luta, é todo dia, somos mulheres e não mercadoria”, “A nossa luta é por respeito, mulher não é só bunda e peito”, “a violência, contra a mulher, não é o mundo que gente quer”, “direito ao nosso corpo, legalizar o aborto”.

Como mencionado, a primeira edição ocorreu no ano 2000, iniciando seu percurso no Brasil, no dia 08 de março, tendo como chamado “2000 razões para marchar contra a pobreza e a violência sexista”, passou por 159 países e territórios, contando com a participação de aproximadamente 6000 entidades. Naquela ocasião foi entregue à ONU um abaixo-assinado, no qual constavam 17 itens da pauta de reivindicações do movimento, com cerca de 5 milhões de assinaturas. Também foi escrita, naquele momento, uma “Carta das Mulheres Brasileiras”, cujas reivindicações eram terra, trabalho, direitos sociais, auto-determinação e soberania. Sobre essa ação, Diane Matte, uma das coordenadoras da MMM, declara:

Ao propor, no ano 2000, a milhares de grupos de mulheres de todo o mundo a agir em comum a partir de reivindicações mundiais, queríamos também reafirmar que o movimento feminista é um movimento social que tem sua própria agenda. Nós queríamos demonstrar a força desse movimento e sua capacidade de transformação. A experiência da Marcha nos fez consolidar essa espécie de rede mundial e destacar que o momento atual é muito rico para a relação entre o movimento feminista e o movimento por uma outra globalização, aí inscrevendo nossas prioridades e fortalecendo as possibilidades de uma verdadeira transformação social. (2003, p. 633)

A segunda edição ocorreu em 2005, tendo como chamado “mulheres em movimento mudam o mundo”, também seu percurso iniciou no Brasil, no dia 08 de março e passou por 50 países de todos os continentes. A composição visual dessa ação foi a mais elaborada das três. Por meio da produção e da utilização de várias bandeiras e faixas da MMM, a “Carta das mulheres para a humanidade”, que foi ampliada para fazer parte da marcha, recolocando alguns princípios, já conhecidos historicamente, do movimento: igualdade, liberdade, solidariedade, justiça e paz; os estandartes, que também contemplavam esses princípios, e ainda a representavam mulheres de várias etnias; e a “colcha de retalhos da solidariedade global”, que foi montada com retalhos bordados ou pintados, produzidos pelas mulheres dos países onde existem movimentos ligados à MMM.

No site da MMM, encontra-se o histórico do movimento, no qual se lê um texto, que pretende expressar as ações, perspectivas e princípios da marcha, e remete-nos

também à pretensão referente à marca do movimento:

A MMM construiu sua força e legitimidade organizando as mulheres em torno a uma agenda radical anti-capitalista e anti-patriarcal. Neste trajeto, utilizou como estratégia fortalecer a auto-organização das mulheres, concomitante com a presença nos movimentos sociais, dentro de uma perspectiva de construção de um projeto que incorpore o feminismo e as mulheres como sujeitos políticos. A marca deste movimento que estamos construindo também a partir do Brasil, são ações políticas em espaço público, em que se criaram formas irreverentes e alegres de crítica à sociedade capitalista, machista e patriarcal.²⁸

A terceira edição ocorreu em 2010, partiu também do Brasil, no dia 08 de março; tendo como chamado “seguiremos em marcha até que todas sejamos livres” o diferencial dessa ação foi o seu formato: uma marcha, durante dez dias, passando por cidades e rodovias do Estado de São Paulo, composta por aproximadamente três mil mulheres, conforme o site do movimento, iniciando com um ato público de lançamento da 3ª ação na cidade de Campinas – SP, no dia 08 de março, o qual culminou com shows de diversas bandas, e já no outro dia a marcha iniciou o seu percurso rumo a capital, terminando com um ato na Praça Charles Miller – Pacaembu, no dia 18 de março. Esse ato final contou com o discurso de várias líderes da MMM, bem como das representantes dos demais movimentos sociais que estavam participando da 3ª ação. Ao término do ato cada delegação partiu para seus respectivos Estados.

A organização dessa terceira edição foi diferenciada das outras, pois precisou acontecer primeiramente nos estados, que determinaram o resultado da ação, organizando o maior número possível de mulheres dispostas a marchar; realizando cursos de formação sobre a plataforma política da MMM, para essas mulheres que advinham dos mais variados movimentos sociais; e ainda arrecadar recursos para o transporte desse grupo até a cidade de Campinas. Aos comitês nacional e internacional coube organizar o percurso e a infra-estrutura (segurança, alojamentos, formação, alimentação,...). No contexto da dessa edição, a composição visual da MMM foi pensada, predominantemente, a partir da confecção industrial das camisetas e de mochilas personalizadas para as caminhantes. E também foram feitas mais bandeiras da MMM. Não foram produzidos mais artefatos como estandartes e faixas, pois utilizaram os remanescentes da segunda ação, de 2005.

Apresentamos na seqüência, as imagens II e III que nos remete ao cartaz que divulgou a terceira ação, e a uma fotografia da mesma edição:

²⁸ Disponível em <www.marchamundialdasmulheres.org.br> acesso em 29/08/2011.

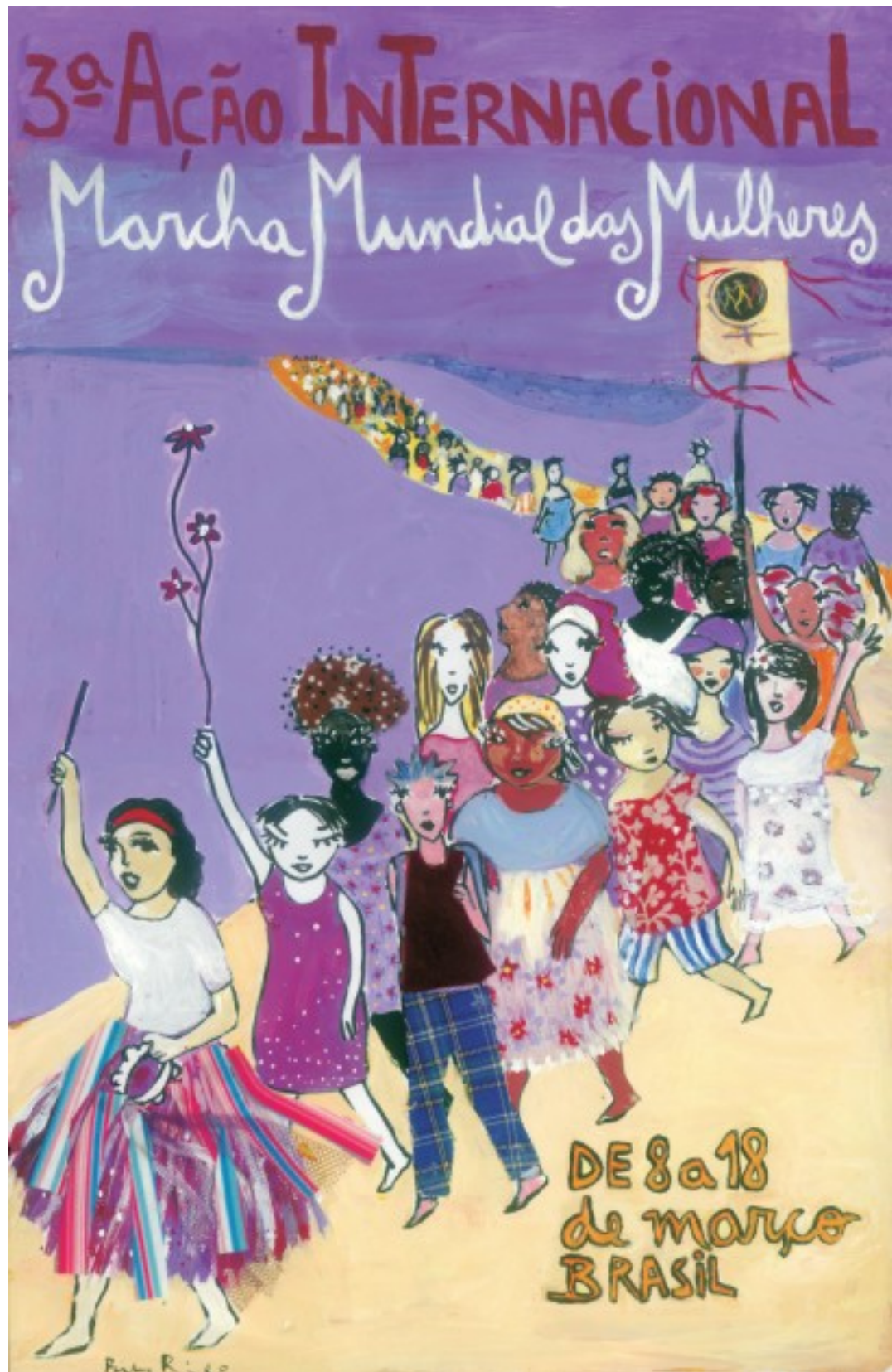


Imagem II

Fonte: Cartaz da 2ª edição da MMM, 2010



Imagem III

Fonte: www.sof.org.br²⁹ – foto: João Zinclar

Na Imagem II, observamos o cartaz de divulgação, que é composto pela escrita, que nomina a edição e a MMM, e, ao final do cartaz encontramos as datas. Também há uma imagem pintada e assinada pela artista paulista Biba Rigo, na qual vemos muitas mulheres caminhando/marchando, a primeira está com um instrumento de percussão nas mãos (pandeiro e baqueta) e outras duas seguram flores e um “pirulito” com o logo da MMM³⁰. São mulheres representando várias etnias e descalças. Observamos, nessas duas imagens, as mulheres marchando um longo percurso, são imagens que representam a intenção: imagem II, e a execução: imagem III, dessa terceira edição da MMM.

A imagem III é uma fotografia³¹ que apresenta o objetivo do cartaz, muitas mulheres caminhando/marchando, por um longo percurso, a frente duas mulheres seguram uma faixa, produzida também pela artista Biba Rigo (pintura) e bandeiras da Marcha e das entidades: CUT e MST. Mas estavam presentes várias outras, como, por exemplo:

²⁹ Acesso em 09/07/2011.

³⁰ A logo é composta do símbolo feminino, que, na Marcha o círculo representa o globo terrestre e as cinco mulheres de mãos dadas representam a união dos cinco continentes.

³¹ Fotógrafo: João Zinclar

Confederação Nacional dos trabalhadores na agricultura (CONTAG), União Nacional dos Estudantes (UNE), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Liga Brasileira de Lésbicas, entre outras.³²

As mulheres que participaram dessa marcha contemplaram e vivenciaram uma imensa diversidade: de geração, étnica, orientações sexuais. Eram mulheres oriundas de vários estados do Brasil e algumas de outros países e continentes, e das mais diversas instituições/grupos: sindicais, ONGs, associações, centrais sindicais, partidos políticos e dos diversos níveis de escolaridade. Nessa convivência puderam identificar-se ou não, entre si ou entre seus movimentos, bem como conhecer de forma mais próxima as lideranças nacionais e internacionais da MMM.

Ao mesmo tempo, foi um espaço de disputas, principalmente em relação à visualidade. Dois casos nos chamaram a atenção, além de renderem vários momentos de diálogos entre líderes, para tentar solucionar as divergências: as mulheres do Movimento Sem-Terra (MST) reivindicavam portar suas bandeiras durante a marcha, em contraponto a coordenação foi resistente, pois as bandeiras de cor vermelha, do MST, apareciam mais do que as bandeiras de cor lilás, da MMM, nesse impasse muitas mulheres do MST abandonaram a marcha, outras continuaram. O outro caso foi o das homossexuais que, segundo a coordenação do evento, tentavam “roubar a cena” se beijando durante o percurso, principalmente quando viam os fotógrafos das mídias comerciais. Nesse caso, as coordenações dos movimentos aos quais elas pertenciam entenderam que poderiam recuar na estratégia.

Ao propor a análise dos artefatos produzidos pelas mulheres da MMM essa pesquisa objetiva, em concordância com Gohn, observar “outras dimensões da realidade social, igualmente produtora de saberes, tais como, as que advém do mundo das artes, do ‘mundo feminino’ das mulheres.” (2009, p. 131)

As mulheres que participaram dessa marcha contemplaram e vivenciaram uma imensa diversidade: de geração, étnica, orientações sexuais. Eram mulheres oriundas de vários estados do Brasil e algumas de outros países e continentes, e das mais diversas instituições/grupos: sindicais, ONGs, associações, centrais sindicais, partidos políticos e dos diversos níveis de escolaridade. Nessa convivência puderam identificar-se ou não, entre si ou entre seus movimentos, bem como conhecer de forma mais próxima as lideranças nacionais e internacionais da MMM.

Conhecer e analisar a composição visual construída pela MMM implica em

³² Fonte: boletim da Marcha, maio/2010, n. 52, p.01

conhecer também a historicidade dessa construção, pois esse movimento re-elabora uma forma de apresentação pública das mulheres, visto que, a presença feminina nos movimentos sociais suscitou, em vários períodos, muita visibilidade. Conforme Isabel Bilhão (2008), no Brasil, ao longo da Primeira República, durante as manifestações públicas do operariado, as mulheres muitas vezes “apareciam cantando, distribuindo flores, portando laços e fitas, levando consigo bandeiras e estandartes (bordados previamente por mãos femininas)” (2008, p. 155).

Nessa perspectiva, podemos constatar que as imagens e cenários produzidos pelas mulheres, em vários momentos da história e em diversos espaços geográficos, alternam-se de maneira criativa e estratégica, conforme o contexto. Melucci quando analisa os “novos movimentos sociais”, argumenta: “torna-se verdadeiramente difícil decidir, por exemplo, o quanto há de novo no ‘movimento de mulheres contemporâneo, entendido como objeto empírico global, comparando com as primeiras mobilizações feministas do século XIX” (2001, p. 25) As mulheres constroem-se, nessa perspectiva, através da produção a transmissão de culturas.

Sendo assim, defendemos que a MMM é herdeira dessa tradição de luta por direitos e pela ampliação dos espaços de poder para as mulheres, todavia é preciso conhecer e refletir sobre o seu contexto, dentro dos movimentos sociais contemporâneos. Nesse sentido, conforme Melucci

Os mesmos conceitos de “movimento” nascido para indicar atores históricos que interferem sobre aspectos políticos-estatais, revela-se inadequado para descrever a realidade dos fenômenos coletivos, organizados em redes e difuso. Os movimentos contemporâneos se apresentam como redes de solidariedade com fortes conotações culturais e, precisamente estas características, os diferenciam sempre mais claramente dos atores políticos ou das organizações formais. (2001, p. 23)

CAPÍTULO 2

A MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES NO CONTEXTO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS

A MMM é um movimento social contemporâneo, fluido e heterogêneo, que dialoga com os demais movimentos sociais, bem como com vários outros segmentos da sociedade. O objetivo desse capítulo é conhecer parte do contexto social do século XXI, buscando uma maior compreensão da MMM nesse contexto.

Nessa parte da dissertação, a ênfase será dada ao estudo do contexto sociopolítico atual, bem como das novas características dos movimentos sociais nesse início do século XXI, buscando ampliar nossa compreensão sobre a MMM. Para isso, essa análise será pautada pela leitura dos seguintes autores e suas respectivas obras: Alberto Melucci: *A invenção do presente*, de 2001; Eder Sader: *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980)*, de 1988; Ilse Scherer-Warren: *Redes de Movimentos sociais*, de 1993, *Das mobilizações às redes de movimentos sociais*, de 2006 e *Redes de movimentos sociais na América Latina - caminhos para uma política emancipatória?* de 2008; Maria das Graças Gohn: *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*, de 2002, *Movimentos Sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*, de 2003, *Novas teorias dos Movimentos Sociais*, de 2008 e *Movimentos Sociais e redes de mobilizações civis no Brasil Contemporâneo*, de 2010.

É importante dialogar com essas obras para que possamos refletir sobre o conhecimento acumulado acerca da temática dos movimentos sociais na contemporaneidade. As abordagens desse capítulo permitem reflexões buscando estabelecer relações entre o contexto atual, a historicidade dos movimentos sociais e a MMM.

Para ampliar nossas reflexões, optamos ainda por analisar o que foi divulgado na mídia impressa, sobre as três edições da MMM. Essas informações subsidiarão a análise de como essas edições da Marcha foram percebidas e divulgadas por esse setor. Para isso, escolhemos o jornal *Folha de S. Paulo*, de São Paulo. Consultamos o seu acervo, disponível pela internet. A consulta realizada, para essa análise, deu-se nas edições dos meses de março, dos anos 2000, 2001 e 2010, por serem as datas da primeira, segunda e terceira edições da MMM.

Conhecer parte do que foi e do que não foi divulgado na mídia sobre as três edições da MMM, contribuiu para que possamos entender percepções diferentes, porém não

neutras, sobre o mesmo evento.

Todavia, antes de adentrarmos na contextualização dos movimentos sociais no século XXI, optamos por considerar alguns estudos que contribuem para que possamos compreender o associativismo civil no Brasil. Assim, optamos por retornar brevemente à segunda metade do século XX, considerando sua conjuntura específica, mas que não pode ser ignorada, pois as diversas manifestações sociais daquele período constituíram parte da “gestação” dos movimentos sociais contemporâneos. Michael Denning (2002) propõe primeiramente uma reflexão sobre os movimentos de 1968, que devem ser compreendidos, segundo o autor, como movimentos de liberação, pois esses movimentos foram desenvolvidos em um momento histórico particular e “lutavam contra o Estado: o Estado de bem-estar social, o Estado de guerra, o Estado intervencionista.” (2002, p.69). Denning cita alguns exemplos:

A luta das mulheres por liberdade social e reprodutiva, e pelo direito ao divórcio, contracepção e aborto, e contra o assédio sexual e a violência; a resistência à escalada de armas nucleares; as greves espontâneas e a auto-organização de jovens trabalhadores do setor público, a ação direta por direitos civis e direitos de bem-estar organizada por minorias étnicas. (2002, p. 70).

Ainda sobre os movimentos de 1968, cabe ressaltar alguns exemplos de manifestações destacados por Ana Maria Colling,

O Maio Francês que começou como contestação cultural. Os estudantes parisienses, ao montarem suas barricadas, contrapunham-se à reforma universitária proposta pelo presidente De Gaulle. As ruas de Paris se transformaram em palco de uma verdadeira guerra civil, quando mais de 10 milhões de trabalhadores, entraram em greves. As fábricas foram ocupadas, como as universidades e tudo parou. [...] Fatos semelhantes aconteciam na Itália, Inglaterra, Alemanha, Espanha. (1997, p. 37-39)

Ainda no cenário internacional, podemos lembrar que, no mês de agosto, em Praga, tanques russos desfilavam pelas ruas, ocupando prédios estratégicos do país como a sede do governo, a Assembléia Nacional, e a sede do Partido Comunista. Nos Estados Unidos, a luta dos negros contra a discriminação racial atingiu seu auge com os *Panteras Negras*, passando para a luta armada. Naquele país também ocorria a resistência pacifista dos *hippies*, pedindo o fim da guerra do Vietnã, com frases como “faça amor, não faça guerra”.

Para o caso nacional um exemplo é a “Passeata dos 100 mil”, realizada no Rio de Janeiro, no mês de junho de 1968, na qual estudantes, artistas, intelectuais e religiosos

reivindicavam a liberdade de expressão, com palavras de ordem como: “abaixo a ditadura” e “o povo unido jamais será vencido”. Essa manifestação correu poucos meses antes da decretação do Ato Constitucional – AI 5, que levou ao fechamento e a radicalização da ditadura no país.

Nas décadas finais do século XX, foram desenvolvidas várias manifestações cívicas públicas contra o poder autoritário e as restrições aos direitos civis e políticos e, com o processo de redemocratização, desenvolveram-se movimentos de ampliação da cidadania que reivindicavam a regulamentação ou a criação de novos direitos: civis, políticos, sociais, culturais, étnicos, de gênero e ambientais. Nesse sentido, os movimentos sociais existentes remodelaram suas práticas e valores para atenderem a essas demandas. Gohn exemplifica essas adequações em relação aos movimentos no Brasil:

No campo existem movimentos de mulheres que identificam a luta camponesa com a emancipação da mulher. [...] Na área urbana, movimentos sociais que lutam por moradia, transporte, água, saneamento e outros direitos sociais tipicamente urbanos também já incorporam a perspectiva dos direitos das mulheres em suas grandes reivindicações. (2009, p.134)

Essas manifestações demonstram uma insatisfação com o modelo de sociedade vigente. Nesse sentido, Denning (2002) se refere a alguns momentos, nos quais o movimento antiglobalização se notabilizou: o primeiro momento foi quando uma série de revoltas urbanas, por comida, ocorreram em vários países: Peru, Polônia, Egito, onde houveram aumentos abusivos nos preços dos itens de subsistência e do combustível; na Jamaica ocorreram saques em lojas; essas revoltas são consideradas pelo autor como: “revoltas contra o FMI”, tendo em vista as rigorosas exigências impostas pelo Fundo Monetário aos governos. Elas ocorreram no fim da década de 1970 e começo dos 1980.

O segundo momento, citado pelo autor, deu-se em 1989, período do colapso do Leste Europeu comunista, a transição para a democracia das ditaduras militares e estados de partido único, na América Latina e na África, dentre muitos outros acontecimentos que provocaram quebras de contratos sociais anteriores. Em inícios dos anos de 1990, uma nova onda de protestos voltou a acontecer na Venezuela, no Marrocos, na Índia e nos Estados Unidos. Um terceiro momento, este mais visível, inaugurado pela revolta dos Zapatistas em Chiapas, em 1994, por meio do qual, lançando mão da revolta rural contra o cerceamento das terras comunitárias, os zapatistas pediram o apoio da sociedade civil, reformulando o discurso das esquerdas, pois, segundo Denning, naquele contexto, foram visibilizados e estabelecidos seus inimigos em comum. Nas palavras do autor:

[...] o estabelecimento da OMC [Organização Mundial do Comércio], do FMI e do Banco Mundial como alvos permitiu um notável entendimento entre as duas metades da esquerda que estavam divididas desde a guerra do Vietnã, ou seja, a esquerda relativamente nacionalista, social-democrata e trabalhista com a esquerda solidária anti-imperialista. (2002, p. 76)

Ainda segundo Denning, o movimento antiglobalização teve suas primeiras manifestações desde o final da década de 1970. Entre os exemplos posteriores, o autor destaca a de Seattle, em 1999, que “marcou manifestação nos EUA dos vinte anos de insurreições populares contra os cerceamentos [...] globais dos bens públicos.” (2002, p. 62). Todavia, o autor considera outros eventos ocorridos antes do Fórum Social Mundial, lembrando que ele advém de muitas lutas e manifestações em dimensão global, citando alguns exemplos de manifestações anti-globalização, o autor escreve:

[...] em 16 de maio de 1998, contra o segundo Encontro da cúpula da OMC [Organização Mundial do Comércio] em Gênova com grande repercussão no Brasil e na Índia, do 18 de junho (18 de junho de 1999 contra o encontro do G8 com grandes manifestações em Londres), do 30 de novembro (30 de novembro de 1999, em Seattle), do 16 de abril (16 de abril de 2000, manifestação em Washington contra o FMI e o Banco Mundial). (2002, p. 66)

No final dos anos de 1970 e durante toda a década de 1980, segundo Gohn, surgiram novas formas de estudos sobre os movimentos sociais populares urbanos, nos chamados países de terceiro mundo, especialmente na América Latina. Para a autora, no Brasil, essa discussão tem passado pelos “novos atores, novas problemáticas e novos cenários políticos, mulheres, crianças, índios, negros, pobres em geral se articulam com cléricos, intelectuais e políticos de esquerda, gerando ações coletivas.” (2009, p. 32)

A organização dos movimentos sociais no Brasil, pós-ditadura cívico-militar, se desenvolveu na tensão entre os pressupostos ideológicos e políticos e os vínculos sociais comunitários organizados por critérios étnicos, de gênero, questões ecológicas, religiosas, entre outras. Dessa forma, os interesses eram mais particularizados do que os dos grupos que reivindicavam seus direitos dentro dos partidos e sindicatos. Nesse sentido, Éder Sader se refere a um novo sujeito, criado no contexto dos movimentos sociais populares em São Paulo, nas décadas de 1970 e 1980; sujeitos coletivos que são estudados a partir do seu cotidiano, na luta por seus direitos.

Para esse autor, esse novo sujeito está impregnado dos significados das ações sociais que o constituíram, por isso é considerado como produto social, que, de acordo

com sua conjuntura, se desenvolve a partir da profunda desconfiança do povo em relação às instituições que escapam do “controle direto das pessoas implicadas e uma igualmente profunda valorização da autonomia de cada indivíduo”, o que propicia a “diversidade de movimentos, produzida pela diversidade das condições que envolvem cada um”. (2002, p. 311).

A categoria de atores sociais é também utilizada por Gohn (2002), tendo em vista que estes, muitas vezes, se envolvem em frentes de luta que não dizem respeito, prioritariamente, a problemáticas da classe social, mas sim a eixos temáticos básicos como os já citados. Os conflitos de classe parecem ser igualados pelos conflitos entre atores da sociedade. Historicamente, sempre foram os setores subordinados os que mais produziram lutas sociais; mas encontramos também lutas e movimentos nos setores dominantes, um exemplo, que cabe ressaltar, foi a luta, já referida no Primeiro Capítulo, das mulheres, pertencentes à elite, pelo direito ao sufrágio universal, no início do século XX.

Nesse contexto, a descrença nas instituições e nas práticas políticas vigentes, que possuíam como principais características a manipulação e a cooptação das instituições, fez com que as pessoas buscassem um novo espaço na sociedade e na política, a de “sujeitos de sua própria história”, conforme Sader. Todavia, os movimentos sociais não substituem os partidos e nem podem cancelar as formas de representação política. Eles se desenvolveram “através de suas formas de organização e de luta, [assim] eles alargaram as fronteiras da política” (2002, p. 314). Dessa maneira, ainda segundo esse autor os movimentos sociais apontaram:

no sentido de uma política constituída a partir das questões da vida cotidiana. Apontaram para uma nova concepção da política, a partir da intervenção direta dos interessados. Colocaram a reivindicação da democracia referida às esferas da vida social, em que a população trabalhadora está diretamente implicada: nas fábricas, nos sindicatos, nos serviços públicos e nas administrações dos bairros. (2002, p. 315)

Especialmente a partir dos anos 1990, altera-se o cenário das lutas e o quadro de análises dos movimentos sociais. Segundo Gohn (2009), alguns autores passaram a considerar os novos sujeitos como sinônimo de movimentos, outros observaram a proliferação das Organizações Não Governamentais (ONGs) para desqualificar os movimentos e outros ainda consideraram essa dinâmica dos movimentos como sinalizador de uma nova conjuntura sócio-econômica, política e cultural da sociedade civil.

Em relação aos movimentos de mulheres, conforme a mesma autora, nesse

período a tendência foi o:

fortalecimento de grupos institucionalizados e certa desativação de movimentos sociais independentes de organizações ou políticas públicas. Apesar da conquista de inúmeros espaços na vida cotidiana e nas políticas estatais, o movimento de mulheres, assim como outros movimentos sociais, refluíram enquanto mobilização. Em compensação, ONGs criadas e coordenadas por mulheres se multiplicaram em todas as classes e camadas sociais e foram se tornando a forma de representação predominante das mulheres no Brasil. (2009, p. 142)

São muitas as discussões referentes às ONGs, todavia não é nosso propósito mapear essa produção, cabe aqui apenas ressaltar que elas são entendidas como elementos que caracterizam esse período. O terceiro setor, como também são denominadas, atuam em diversos segmentos, elaborando projetos e programas sociais que, geralmente, são apoiados por órgãos públicos e/ou organismos internacionais. Para Ilse Scherer-Warren: “o termo ‘terceiro setor’ tem sido empregado também para denominar as organizações formais sem fins lucrativos e não-governamentais, com interesse público” (2006, p. 110). E, segundo ela, a sociedade civil também pode ser incluída nesse setor.

Na análise de Gohn (2009) o período da globalização econômica e o novo cenário que se apresentava no mundo, no final do século XX, devem ser vistos como o pano de fundo para a análise das demandas dos movimentos sociais, ela afirma que vários estudos registram o início dos movimentos antiglobalização nos anos de 1990, citando as seguintes ações:

na cidade de Seattle/EUA como um de seus marcos, durante a conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio, iniciando uma nova forma de protesto onde o FMI e o Bird eram os grandes vilões; seguiram-se em Davos/Suíça, durante o Encontro Anual do Fórum Econômico Mundial; em Washington, na reunião da primavera de 1999 do FMI/Bird; [...] Acrescenta-se a estas manifestações o protesto liderado por José Bové, na França, contra a rede do McDonald’s, entre outros. Paralelamente, criaram-se organizações que foram fundamentais para a organização dos protestos do movimento tais como o Attac – Associação pela Taxação de Transações para a ajuda aos cidadãos (criada na França em 1998). (2010, p. 155)

Nesse contexto, outras categorias explicativas foram criadas, como mundialização e planetarização e, na literatura internacional, o tema dos movimentos sociais foi explorada imensamente. No final da década de 1990, os movimentos sociais foram, aos poucos, sendo ampliados por estudos das redes sociais de um mundo globalizado. Essas transformações da sociedade e dos movimentos sociais decorrentes da globalização afetaram

os padrões das relações sociais, juntamente com o avanço das novas tecnologias.

Em relação ao Brasil, consideramos parte importante desse contexto a luta da sociedade civil organizada no processo de redemocratização do país, com a campanha “Diretas já” e pela aprovação de uma Constituição que representasse os anseios da classe trabalhadora no Brasil. Nessa linha, cabe citar também o fortalecimento de redes e estruturas nacionais de movimentos sociais, como, por exemplo, a Central de Movimentos Populares – CMP e a Central Única dos Trabalhadores – CUT; o surgimento de movimentos internacionais e o crescimento das ONGs (sendo inclusive nesse período criada a Associação Brasileira de ONGs – ABONG) que se desenvolveram como redes de redes, que pretenderam unificar as lutas das entidades da sociedade civil, entre as décadas de 1980 e 2000.

Na seqüência, trataremos das questões relativas ao século XXI, no qual se vive um novo momento do associativismo civil, a partir do contexto já mencionado. Antes, porém destacamos a concepção referente à sociedade civil, de Scherer-Warren, na qual nos embasamos:

Parte-se aqui de uma noção genérica e contemporânea de sociedade civil. De fato, trata-se de um conceito clássico da sociologia política, mas, na atualidade, ele tende a ser utilizado num modelo de divisão tripartite da realidade: Estado, mercado e sociedade civil. Nesta perspectiva teórica, a sociedade civil, embora configure um campo composto por forças sociais heterogêneas, representando a multiplicidade e diversidade de segmentos sociais que compõem a sociedade, está preferencialmente relacionada à esfera da defesa da cidadania e suas respectivas formas de organização em torno de interesses públicos e valores, [...] distinguindo-se assim dos dois primeiros setores acima que estão orientados, também preferencialmente, pelas racionalidades do poder, da regulação e da economia. (2006, p. 110)

Nesse sentido, é importante enfatizar que a sociedade civil nunca será isenta de relações e conflitos de poder, de disputas por hegemonia e de representações sociais e políticas diversificadas e antagônicas. Esse contexto é propício para a expansão da democracia e muitas organizações ocupam esse espaço na busca de um controle social pela cidadania. Nesse processo, a construção das pautas dos movimentos se voltam para as políticas emancipatórias, que, segundo Scherer-Warren, “conectam as várias particularidades dos indivíduos em redes normativas mais abrangentes, contribuindo para a transformação dos indivíduos participantes em sujeitos de direito”. (2008, p. 508)

O estudo do contexto sociopolítico atual e as novas formas e características dos movimentos sociais nesse período serão ressaltados, no limite das nossas possibilidades, tendo em vista a conjuntura dinâmica e complexa que se apresenta no século XXI. Os

aspectos elencados foram os que nos auxiliam a compreender a MMM nesse contexto, todavia, são estudos que certamente poderão ser ampliados posteriormente.

Assim, valorizando as mudanças no contexto da sociedade contemporânea, podemos considerar alguns aspectos como o desenvolvimento e aperfeiçoamento de sistemas complexos de informação, estimulados pelo desenvolvimento das tecnologias. Setores da sociedade civil começam a despertar para a necessidade de organizações ao redor da temática meios de comunicação. Conforme Gohn: a internet tem sido

o grande meio/veículo articulador de ações coletivas e movimentos sociais, ela possibilitou a criação de redes virtuais que viabilizam conexões de grupos que nunca se encontraram fisicamente de fato. A internet e outros meios das novas tecnologias informacionais possibilitam, não apenas a conexão e estruturação das ações, mas eles têm sido os grandes agentes divulgadores das informações, alimentadores das ações e reações em cadeia, em tempos recordes. (2010, p. 150)

Esse aspecto da sociedade contemporânea é um dos desafios que os movimentos sociais encontram, mas que também está contribuindo para o desenvolvimento de suas novas tendências, que, segundo Scherer-Warren “começaram a se organizar e negociar ações políticas, cada vez mais sob a forma de rede, que ora se contraía em suas especificidades, ora se ampliava na busca de poder político.” (2008, p. 508) Sem deixar de lado, obviamente, os encontros presenciais. Conforme a mesma autora,

[as] reuniões, seminários, assembléias, etc.) continuam sendo muito valorizados, pois neles é onde ocorre o debate mais profundo, a experiência da prática na política, os vínculos mais duradouros no interior da rede. A forma virtual e a presencial de comunicação se complementam, na medida em que a primeira é mais ágil, mais ampla e, às vezes, com menos custos individuais; a segunda é mais intensa, ainda que de mais difícil realização. (2008, p. 514)

Nesse contexto, a MMM possui um site, no qual estão contidas as mais diversas informações institucionais, como por exemplo: quem somos, organização, campos de ação, memória, fotos, notícias, entre outras³³. Pela dimensão e construção desse site pode-se imaginar que ela tenha a sua disposição uma grande estrutura. Mas, na realidade, a MMM utiliza a ONG - SOF (Sempreviva Organização Feminista) como sede, a qual tem uma estrutura enxuta de funcionamento. Também produz um boletim eletrônico, sem periodicidade estabelecida, que é transmitido via internet e poucos exemplares impressos são

³³ Disponível em www.marchmundialdasmulheres.org.br acesso em 20/03/2011.

mandados para as entidades que pertencem à Marcha. Também há uma socialização, via internet, das sínteses das reuniões e encontros presenciais, esporádicos, tanto nos níveis nacionais como estaduais. Nesse sentido, a MMM utiliza as tecnologias a seu favor, assim como ocorre com outros movimentos.

Outro aspecto determinante para o crescimento da MMM foi o Fórum Social Mundial, que possui uma carta de Princípios, na qual, define-se como: “um espaço internacional para a reflexão e organização de todos os que se contrapõem à globalização neoliberal e estão construindo alternativas para favorecer o desenvolvimento humano e buscar a superação da dominação dos mercados em cada país e nas relações internacionais.” conforme o histórico, encontrado no site³⁴. No mesmo histórico lemos, que

O Comitê Organizador do FSM 2001 foi formado por oito entidades brasileiras: Abong, Attac, CBJP, Cives, CUT, Ibase, MST e Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. Foi criado também um escritório, em São Paulo (Brasil), que, desde 2000 até os dias de hoje, apóia e dá suporte ao processo FSM, ao Conselho Internacional (CI) do FSM e suas comissões e aos comitês organizadores dos eventos anuais do FSM. Além de integrarem o CI e suas comissões, as oito entidades conformam atualmente o chamado Coletivo Responsável pelo Escritório do FSM no Brasil.³⁵

O FSM iniciou suas atividades juntamente com o milênio, em 2001, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, durante a gestão do governador Olívio Dutra, do Partido dos Trabalhadores (PT). O Fórum continuou a ocorrer nessa cidade até a terceira edição, em 2003. Em 2004 foi realizado em Mumbai, na Índia, e no ano de 2005 foi novamente realizado em Porto Alegre, quando foi constituído um comitê Organizador Brasileiro formado por 23 organizações, subdivididas em oito Grupos de Trabalho (GTs) abertos: Espaços, Economia Popular Solidária, Meio Ambiente e Sustentabilidade, Cultura, Tradução, Comunicação, Mobilização e Software Livre (articulado com o GT de Comunicação). Mais tarde, um nono GT, intitulado Programa, foi criado³⁶.

Em 2006 a edição do FSM foi “policêntrica”, realizada em três cidades: Bamako (Mali - África), entre 19 e 23 de janeiro de 2006, Caracas (Venezuela – América do Sul) e Karachi (Paquistão – Ásia). Em 2007 foi realizado no continente Africano, em Nairóbi, Quênia. No ano de 2008 modificou-se o formato, realizando-se uma semana de mobilização e ação global, com diversos atos parciais em diversos países. E, em 2009, ocorreu em Bélem, no Pará. A partir de 2010 o FSM iniciou uma lista de atividades, em várias regiões do Brasil e

³⁴ Disponível em < <http://www.forumsocialmundial.org.br/>> acesso em 02/01/2012.

³⁵ Disponível em < <http://www.forumsocialmundial.org.br/>> acesso em 02/01/2012.

³⁶ Disponível em < <http://www.forumsocialmundial.org.br/>> acesso em 02/01/2012.

do Mundo, como, por exemplo: Fórum Social Temático da Bahia em Salvador. No estado do Rio Grande do Sul, foram realizados vários fóruns: Social de Economia Solidária e I Feira Mundial de Economia Solidária, em Santa Maria e Canoas; 6º Fórum Mundial de Juízes, em Porto Alegre; Fórum Social Mundial da Serra Gaúcha, em Bento Gonçalves; Acampamento Intercontinental da Juventude 10 anos, em Lomba Grande (Novo Hamburgo). E, em outros países - Fórum Social Mundial Madri 2010, em Madri, Espanha; o Fórum Social Tóquio, em Tokyo, Korean YMCA³⁷.

Em 2011, o FSM foi realizado em Dakar, Senegal. E, em 2012 voltará a ocorrer em Porto Alegre. A prática dos Fóruns Sociais Mundiais criou redes de redes e estimulou o desenvolvimento de inúmeros encontros e eixos temáticos, como por exemplo: Fórum Social das Américas (FSA), o Fórum Mundial da Educação (FME), Fórum Lixo e Cidadania, Fórum Municipal de Saúde, entre vários outros. Nesse sentido, Gohn observa que

Os fóruns têm criado redes que ultrapassam as fronteiras nacionais e tem alterado a linguagem e a cultura do mundo associativo. De certa forma, tem pautado as ações das redes de movimentos e ONGS. Todos juntos são os novos agentes estruturantes das redes movimentistas e mobilizatórias, construindo e definindo os espaços e os vínculos de sociabilidade e cultura política do país (2010, p. 172-173).

Sobre a dimensão do FSM, Isabel Loureiro, José Correia Leite e Maria Elisa Cevasco, organizadores do livro “O espírito de Porto Alegre”: escreveram que ele foi algo:

muito maior do que seus proponentes poderiam imaginar. De um evento que combina debates, articulações, iniciativas simbólicas e atividades festivas, ao multiplicar-se em fóruns regionais e continentais ele está se transmutando no foco de um amplo processo de recomposição e desenvolvimento do campo anti-neoliberal no plano internacional. O método do Fórum é adequado para isso: define-se como um espaço e não uma organização [...] é um método muito útil em uma conjuntura histórica de fragmentação, desorganização programática e ausência de horizonte estratégico comum, mas também de revalorização do internacionalismo, busca do diálogo entre os distintos movimentos. (2002, p. 11-12)

Cabe aqui a apresentação de dois quadros, sistematizados por Gohn (2010,), que apresentam o número de entidades participantes do primeiro e do segundo FSM. O objetivo dessa apresentação é observarmos a quantidade representativa de 42 entidades do

³⁷ Disponível em < <http://www.forumsocialmundial.org.br/>> acesso em 02/01/2012

primeiro Fórum (2001) e a quantidade representativa de 113 entidades³⁸, no segundo Fórum (2002), um aumento significativo, que demonstra a visibilidade e a repercussão do FSM, pelo Brasil e pelo mundo. Também podemos observar as áreas de atuação³⁹ que compunham essas entidades:

Quadro 1 – Perfil de 42 entidades brasileiras

**Perfil de 42 Entidades Brasileiras
(em um universo de 184)**

ATORES	ÁREAS DE ATUAÇÃO	
12 MOVIMENTOS	DIREITOS HUMANOS	2
	MULHERES	3
	ASSOCIAÇÕES DE MORADORES	2
	CONSELHOS POPULARES	3
	TRABALHADORES RURAIS	1
	CENTRAL DE MOVIMENTOS POPULARES	1
11 ONGs	JOVENS	3
	MULHERES	3
	AMBIENTALISTAS	2
	DIREITOS HUMANOS	1
	CULTURA	1
	CENTROS DE ESTUDOS	1
18 SINDICATOS	CENTRAL SINDICAL	3
	ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL	2
	SINDICATOS – CATEGORIAS ESPECÍFICAS	13

Fonte: Gohn (2010, p. 63)

³⁸ A autora faz a seguinte observação, em nota de rodapé: “nenhuma entidade foi classificada mais que uma vez, ainda que algumas tenham dupla face: são movimentos e ONGs simultaneamente. O critério para a escolha para a sua localização no mapeamento foi a face que mais se destaca em seu perfil de atuação na sociedade. (p.66)

³⁹ A autora, na sequência do segundo quadro, especifica as entidades, fazendo um detalhamento nominal, conforme sua área de atuação.

Quadro 2 – Perfil das entidades participantes das conferências do II FSM/2002

**Perfil das Entidades Participantes
das Conferências do II FSM/2002**

ATORES	ÁREAS DE ATUAÇÃO	
35 MOVIMENTOS	DIREITOS HUMANOS	6
	MULHERES	6
	ASSOCIAÇÕES DE MORADIA	3
	AMBIENTALISTAS	3
	TRABALHADORES RURAIS	2
	DESCENDENTES AFRO	2
	INDÍGENAS	5
	RELIGIOSOS	1
	OPÇÃO SEXUAL	1
	ANTIGLOBALIZAÇÃO	3
	DEMOCRACIA PARTICIPATIVA	3
83 ONGs	JOVENS	1
	IMIGRANTES	4
	AMBIENTALISTAS	11
	COMÉRCIO E DÍVIDA EXTERNA	36
	EDUCAÇÃO	6
	SAÚDE	6
	PRODUÇÃO CULTURAL	2
	OBSERVATÓRIO INTERNACIONAL	5
	REDES SOLIDÁRIAS	4
	MÍDIA	5
	ALIMENTAÇÃO	2
POVOS INDÍGENAS	1	
16 CENTROS DE ESTUDOS	UNIVERSITÁRIOS	13
	INDEPENDENTES	3
5 SINDICATOS	CENTRAL SINDICAL	3
	SINDICATOS	2

Fonte: Gohn (2010, p.66-67)

Segundo a autora, a dificuldade de mapear essas entidades foi imensa, tendo em vista as simultâneas *faces*, dos movimentos, que atuam como ONGs e como movimentos sociais. Essa característica dos movimentos sociais contemporâneos é identificada por vários autores, como, por exemplo, parte de uma citação que encontraremos ainda no trabalho de Gohn: “um movimento social é sempre expressão de uma ação coletiva” (2009, p.14), já Melucci (2001) considera a ação coletiva uma das formas de movimentos sociais que, segundo ele, podem ser reivindicatórios ou políticos. Após essas definições, consideramos que a MMM, é constituída de todos esses elementos reivindicatórios, políticos e promovem ações coletivas, assim como várias outras entidades.

Nesses quadros observamos ainda que o número de movimentos e/ou ONGs de mulheres permaneceu o mesmo nos dois Fóruns, Gohn apresentou somente as entidades participantes no segundo FSM e entre os movimentos de mulheres estavam: a Marcha Mundial das Mulheres (representada por participantes de outros países, como as Filipinas, a Índia, entre outros). Também estiveram presentes, conforme Gohn, outras cinco entidades:

Red Latinoamericana Mujeres Transformando la Economía (Peru),
Articulación de Mujeres Marco-Sur (Uruguai), Rawa (Associação de
mulheres do Afeganistão), Mulheres de negro (Israel), The Association for
the advancement of senegalese womem (Aprofes) (Senegal) (2010, p.70).

A MMM, que se conceitua como um movimento anti-globalização, está inserida nessa dinâmica dos movimentos sociais contemporâneos, em vários aspectos, começando pela pauta de reivindicações por liberdade reprodutiva, pelo direito à contracepção e ao aborto e contra o assédio sexual e a violência. Segundo Ilse Scherer-Warren: “a MMM, como muitos movimentos sociais que se constituíram a luz dos movimentos alterglobalização, é uma rede interorganizacional” (2006, p.116). E, segundo Mirian Nobre e Nalu Faria, coordenadoras da MMM:

Nós da Marcha mundial das Mulheres desde o início nos constituímos como parte do movimento antiglobalização e nos colocávamos o desafio de como fortalecer a presença e a agenda feminista neste movimento de movimentos. O Fórum Social Mundial e a Rede dos Movimentos Sociais que nele se criou têm sido nosso terreno privilegiado para construir análises e agendas e para exercitar novas abordagens e formas de organização (2003, p. 625).

Nesse contexto, a organização das forças sociais de esquerda e a conjuntura política e econômica do Brasil, em 2002, foram determinantes para a eleição de mais um político proveniente da classe trabalhadora na América Latina: Luis Inácio Lula da Silva, pelo

PT. A relação desse governo com os movimentos sociais foi de maior abertura ao diálogo do que nos governos anteriores. Sobretudo, Lula reconheceu formalmente as centrais sindicais de trabalhadores e promoveu um diálogo permanente com as organizações do movimento sindical e popular, tornando-os protagonistas das políticas públicas por meio de centenas de conferências setoriais, nos âmbitos federal, estadual e municipal.

No primeiro mandato de Lula, houve uma eclosão de mobilizações sociais, e, em 2005, vários foram os movimentos que buscavam o reconhecimento de suas reivindicações e/ou princípios, e, em formato de marchas, buscaram visibilidade, tanto dos governos como de toda a sociedade civil, como, por exemplo: a Marcha Mundial das Mulheres, a Marcha Zumbi + 10⁴⁰, Marcha das Margaridas⁴¹, entre outras. Cabe aqui ressaltar que essas organizações de redes se abrem para a diversidade e se mobilizam também pela visibilidade gerada pela internet. Segundo Gohn:

A maioria dos movimentos identitários e culturais atua em conjunto com ONGs e tem sido bastante noticiado pela mídia. Muitas vezes lhes são atribuídos muito mais poder e força do que de fato possam deter. Isso ocorre por dois motivos: de um lado como resultado de suas lutas que criaram uma nova gramática no imaginário social e lhes conferiu legitimidade. Por outro lado, este superdimensionamento resulta também da forma como a mídia apaga o conflito, a diferença. (2010, p. 150)

Um terceiro fator explicativo desse fenômeno pode ser a rearticulação de lutas e movimentos sociais que se observa na América Latina, que se opõe ao modelo econômico vigente e à situação de desemprego e miséria que as políticas de globalização têm gerado nas últimas décadas. Conforme esta autora:

Estamos vivendo um novo momento na trajetória do associativismo brasileiro. Os movimentos sociais voltaram a ter visibilidade e centralidade, mas há uma pluralidade de movimentos que se diferenciam não apenas por suas causas, demandas e anos de existência, mas também por seus projetos e sua visão de mundo, por seus objetivos e suas articulações – internas e externas. (2009, p. 70)

⁴⁰ É um movimento negro que busca discutir e propor ações para o combate aos impasses nacionais a serem solucionados para a construção de um Brasil sem racismo, justo e igualitário. A II Marcha contra o Racismo, em 2008, pela Igualdade e pela Vida, teve como objetivo exigir do Governo Lula e do Congresso Nacional, a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial e do Projeto de Cotas nas Universidades, agilização da titulação e regularização das terras quilombolas. <http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=771>

⁴¹ É um movimento de mulheres trabalhadoras na agricultura, coordenado pela Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura – Contag. Conta com 27 federações e mais de 4 mil sindicatos filiados. Também conta com uma ampla rede de parceiras. Grande parte dessas reivindicações voltou a integrar a pauta das marchas seguintes, realizadas nos anos de 2003 e 2007, sob o governo Lula, período em que foram obtidas as maiores conquistas. http://www.contag.org.br/hotsites/arquivos%20marcha%202011/Conte%C3%BAdos%20para%20o%20hotsite/Material%20de%20Divulga%C3%A7%C3%A3o/folder_margaridas.pdf

Como mencionado, a categoria de atores sociais é utilizada por Gohn, tendo em vista que eles muitas vezes se envolvem em frentes de luta que não dizem respeito, prioritariamente, a problemáticas da classe social, como, por exemplo, as questões de gênero, étnicas e ecológicas. Em um período turbulento e caótico, a possibilidade da construção de sujeitos e da transformação desses sujeitos em atores politicamente ativos passa, segundo Scherer-Warren, pela transformação “das carências em demandas, destas demandas em pautas políticas e das pautas políticas em ações de protestos” (2008, p. 508).

Mas, para isso, os movimentos precisam “ter a capacidade de provocar a identificação coletiva em torno do conflito, de adversários principais a serem enfrentados e da construção de projetos e utopias de mudanças”. Isso acontece num contínuo processo em construção e resulta das múltiplas articulações, internas e externas dos movimentos sociais. Assim, conforme Scherer-Warren:

É a partir de uma nova lógica associativa que a diversidade dos movimentos sociais latino-americanos vem se articulando em redes políticas. [...] Se, por um lado, esse encontro da diversidade dos movimentos representa também a possibilidade de fragilidade das lutas, devido à sua fragmentação e efemeridade, por outro lado, representa um avanço no plano do reconhecimento intersujeitos e inter organizacional, criando um potencial de democratização no âmbito das relações sociais e políticas. (2008, p. 509)

As redes de movimentos sociais encontram-se abertas para o diálogo intercultural e as possibilidades de superação dos conflitos, tanto interna como externamente se ampliam. Dessa maneira, buscam enfrentar as formas híbridas de desigualdade e exclusão, assim, nas palavras de Scherer-Warren, as redes de movimentos sociais, na atualidade:

caracterizam-se por articular a heterogeneidade de múltiplos atores coletivos em torno de unidades de referências normativas, relativamente abertas e plurais. Compreendem vários níveis organizacionais – dos agrupamentos de base às organizações de mediação, aos fóruns e redes políticas de articulação (2008, p. 515).

Sobre as formas dos movimentos sociais contemporâneos elaborarem suas ações, Sader escreve: “depende, sobretudo, das experiências vividas e que ficam plasmadas em certas representações que aí emergiram e se tornaram formas de o grupo se identificar, reconhecer seus objetos, seu inimigos, o mundo que os envolve” (2001, p. 44). Nesse sentido, a MMM está inserida num contexto, no qual a historicidade da luta por direitos e contra a exclusão se acirra no século XXI. Especialmente, vimos que na travessia do século XX para o

século XXI, segundo Scherer-Warren os movimentos sociais:

passaram a ser catalizadores das tensões e conflitos sociais. [...], [adquirindo] um papel chave como ator político em um Estado democrático, pela importância reconhecida como portador legítimo e representante *dinâmico* de reivindicações de diferentes setores da sociedade civil. (2006, p. 259)

Para Melucci (2001) os movimentos sociais podem ser classificados conforme suas condutas, podendo se encaminhar para um movimento reivindicatório, ou um movimento político ou ainda para um movimento antagônico, sendo esse último o mais explorado pelo autor, que o considera como a ação coletiva que se baseia na solidariedade compartilhada, através da qual os atores coletivos se reconhecem e são reconhecidos como parte da mesma unidade social. Nesse sentido, para ele:

a ação coletiva é um sistema de ação multipolar que combina orientações diversas, envolvendo atores múltiplos e implica um sistema de oportunidades e de vínculos que dá forma às suas relações. Os atores produzem a ação coletiva porque são capazes de definirem-se e de definir a sua relação com o ambiente (outros atores, recursos disponíveis, possibilidades e obstáculos). (2001, p. 46)

Dos autores que elencamos como pilares para essa discussão, todos desenvolvem concepções referentes aos movimentos sociais, bem como buscam classificá-los e analisá-los, considerando aspectos em comum do atual contexto social e político. Assim, um conceito complementa o outro e podemos considerá-los convergentes, como, por exemplo, a denominação dos sujeitos: Melucci usa o termo *atores coletivos* e Sader utiliza *sujeito coletivo*; Gohn refere-se a eles como *atores sociais*, *atores sociais coletivos* e também como *ativistas*; Scherer-Warren utiliza *atores politicamente ativos*. Assim, apesar de denominações diferentes, guardam entre si profundas semelhanças. Outro aspecto comum entre esses autores é a rejeição aos determinismos de classe para a transformação das esferas sociais e culturais. Para eles, um movimento social não é mera resposta a uma crise, mas a expressão de um conflito. Por exemplo, para Melucci

Nos sistemas contemporâneos, os sinais se tornam intercambiáveis e o poder se situa nas linguagens e códigos que organizam o fluxo das informações. A ação coletiva, pelo fato de existir com a própria forma e os próprios modelos de organização, representa uma mensagem enviada para o resto da sociedade. (2001, p. 27)

Gohn propõe uma análise das principais formas de associativismo civil no Brasil, expressas em movimentos sociais e redes de associações civis e fóruns, considerando a multiplicidade de possibilidades em decorrência do uso da internet, a autora afirma serem necessárias metodologias específicas para se compreender as redes de mobilizações contemporâneas. Segundo Gohn (2002), os movimentos sociais podem ser explicados como ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. Ela esclarece que:

Um movimento social é sempre expressão de uma ação coletiva e decorre de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural. Usualmente ele tem os seguintes elementos constitutivos: demandas que configuram sua identidade; adversários e aliados; bases; lideranças e assessorias – que se organizam em articuladores e articulações e formam redes de mobilização; práticas comunicativas diversas que vão da oralidade direta aos modernos recursos tecnológicos; projetos ou visões de mundo que dão suporte a suas demandas; e culturas próprias nas formas como sustentam e encaminham suas reivindicações. (2009, p.14)

Nessa perspectiva, Gohn (2002) fundamenta sua conceituação em categorias que emergem de processos sociopolíticos e culturais da sociedade civil, num universo de forças sociais em conflito. Assim, os movimentos sociais são expressões do poder da sociedade civil, que buscam provocar uma correlação de forças. Todavia, a força social de um movimento depende do lugar e do grau do conflito que ele ocupa no cenário mais amplo da luta social. Segundo a autora, “o conjunto de fatores – carências, legitimidade da demanda, poder político das bases, cenário conjuntural e cultura política do grupo – resultará na força social do movimento, gerando um campo de forças do movimento social”. (2002, p.250).

Segundo Scherer-Warren (2008) um movimento social é uma ação coletiva que é composta de solidariedades, manifesta conflitos e implica na ruptura dos limites. Esses elementos juntos compõem um processo articulado que é construído e denominado pela autora como rede de movimento social, que pressupõe: “a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, os quais definem os atores ou situações sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas”. (2006, p.113)

A mesma autora analisa a capacidade ou potencial de redes de movimentos sociais na construção de referenciais emancipatórios, ela parte do pressuposto de que as demandas devem ser traduzidas em representações simbólicas, “a fim de aproximar os atores das redes, permitir a construção de identidades coletivas e criar elos simbólicos de referência

no interior das redes, que possibilitem a convergência de suas pautas políticas” (1993, p. 10), complementando que a análise das redes de movimentos devem compreender:

as formas de articulação entre o local e o global, entre o particular e o universal, entre o uno e o diverso, nas interconexões das identidades dos atores com o pluralismo. Enfim, trata-se de buscar significados dos movimentos sociais num mundo cada vez maior de movimento de caráter transnacional, como os de direitos humanos, pela paz, ecologistas, feministas, étnicos e outros. (SCHERER-WARREN, 1993, p. 10)

Nesse início de século, lidamos com vários formatos de movimentos sociais, que coexistem. Nessa perspectiva, as contribuições de Gohn esclarecem que:

Os novos ativistas são mobilizados para participar de ações sociais estruturadas por agentes do chamado Terceiro Setor, ou por agências governamentais, vias políticas públicas indutoras da organização popular, como nos conselhos gestores, ou mobilizados pelos fóruns temáticos nacionais, regionais ou internacionais, onde a presença de antigos e novos movimentos sociais é corrente. Temos que reconhecer que as duas formas existem na atualidade e, muitas vezes, se entrecruzam nos movimentos e nas organizações cívicas de ativistas, mobilizados em função de projetos sociais pontuais. (2008, p. 450)

A MMM está inserida nesse contexto, no qual os aspectos sociais e o desenvolvimento das ações coletivas estão em constantes transformações nesse início de século, o que possibilita a emergência cada vez mais de movimentos que lutam por causas e demandas diversas. Contudo, segundo Scherer-Warren o encontro em torno de demandas materiais mais específicas contribui:

para a construção de identidades coletivas mais restritas, frequentemente na luta por direitos humanos setorizados. Já o encontro em torno das plataformas mais gerais contribui para a emergência de movimentos de resistência antissistêmica na América Latina. No último caso, trata-se de redes de redes de movimentos sociais, multi-identitárias e multissetoriais, translocais e transnacionais. (2008, p. 515)

Nesse contexto, a construção visual da Marcha Mundial das Mulheres se relaciona com os inúmeros movimentos contemporâneos, cada qual com suas particularidades, no que se refere à visualidade. Por isso, pretendemos, nessa parte do texto, ressaltar a importância atribuída à cultura e aos elementos materiais e simbólicos dos movimentos, enquanto critérios, para que sejam “construídos os nexos politicamente significativos e emancipatórios.” (Scherer-Warren, 2006, p. 113). Nessa mesma intenção,

Gohn (2010) resalta o desenvolvimento de culturas próprias dos movimentos na forma de encaminhar suas reivindicações. Sader (2001) também menciona esses elementos que constituem as diferentes formas de elaborarem as ações dos movimentos, atribuindo importância aos diferentes bens e materiais simbólicos e Melucci (2001) se refere à elevada identificação dos sujeitos coletivos com os recursos motivacionais e simbólicos.

Nessa perspectiva, a MMM desenvolveu uma composição visual a partir de vários artefatos e materiais que fazem parte das manifestações de grande porte, que realiza a cada cinco anos, e também os utiliza quando participa das manifestações de outros movimentos e eventos. Para exemplificar a importância desses materiais simbólicos, em 2005, a MMM, em sua segunda edição, apresentou a “Carta Mundial das Mulheres para a humanidade”⁴², em grande formato, sendo carregada pelas mulheres que faziam parte do evento, como podemos observar na seguinte fotografia:



Imagem IV

Fonte: www.sof.org.br⁴³

⁴² Que havia sido construída coletivamente no ano anterior.

⁴³ Acesso em 25/06/ 2011.

No conteúdo da carta⁴⁴ foram destacados alguns princípios, já conhecidos historicamente, como: igualdade, liberdade, solidariedade, justiça e paz. Numa parte do texto consta:

Nós construímos um mundo onde a diversidade é uma virtude e onde tanto a individualidade quanto a coletividade são fontes de riqueza; onde as trocas fluem sem barreiras; onde as palavras, os cantos e os sonhos florescem. Este mundo considera a pessoa humana como uma das riquezas mais preciosas. Neste mundo reina a igualdade, a liberdade, a solidariedade, a justiça e a paz. Nós temos a força para criar este mundo. (2005, p. 1)

Scherer-Warren (2008) estudou o conteúdo da “Carta Mundial das Mulheres para a humanidade” e construiu uma síntese das reivindicações nela contidas. O quadro abaixo demonstra suas análises:

Quadro 3 - Carta mundial das mulheres para a humanidade

DIREITOS HUMANOS	EXEMPLOS DA PLATAFORMA
CIVIS	INTEGRIDADE FÍSICA E MORAL: Contra tortura, tráfico sexual e de seres humanos, mutilações, escravidão, a paz, etc.
POLÍTICOS	LIBERDADE COLETIVA E INDIVIDUAL: Pensamento, opinião, participação na vida pública, escolha, etc.
ECONÔMICOS	REDISTRIBUIÇÃO EQÜITATIVA DE RIQUEZAS: Controle à pobreza, satisfação de necessidades especiais e qualidade de vida e acesso a TICs...
SOCIAIS	PROTEÇÃO SOCIAL NECESSÁRIA: À alimentação, saúde, cuidado, educação, habitação, segurança na velhice. Etc.
CULTURAIS E DIAS MINORIAS	LIBERDADE E RESPEITO À DIVERSIDADE: À alimentação, saúde, cuidado, educação, habitação, segurança na velhice, etc.
AMBIENTAIS E MINORIAS	PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE: Aos recursos naturais, patrimônio histórico, com controle às manipulações genéticas.

Figura 3 – Síntese das reivindicações contidas na Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade

Compilação: Ilse Scherer-Warren, (2006, p. 120)

⁴⁴ Encontrado integralmente no site do movimento: www.marchamundialdasmulheres.org.br

Observamos nessa síntese que a MMM busca representar de forma abrangente as reivindicações que contemplam tanto as mulheres como as suas famílias. Ainda conforme Scherer-Warren:

É em torno dessa plataforma ampla que a MMM não só consegue se comunicar com o conjunto das tendências do feminismo, dos movimentos de mulheres de base local, mas também com os mais globais, com movimentos sociais de outras especificidades, com simpatizantes de suas causas, formando redes de redes de movimentos, identidades plurais, radicalizando a democracia a partir dos níveis locais, regionais, nacionais até os transnacionais, na direção de uma cidadania planetária. (2008, p. 119)

Após essas considerações embasadas na bibliografia sobre a temática, optamos, para ampliar nossas reflexões, por analisar o que foi divulgado na mídia sobre as três edições da MMM. Esses conteúdos subsidiarão a análise sobre como essas edições foram apresentadas, por esse setor que contribui para a formação da opinião em parcela importante da população. Para isso, escolhemos o jornal *Folha de S. Paulo* (SP), no qual consultamos os acervos, disponíveis pela internet, a consulta realizada para essa análise foram: os jornais dos meses de março, dos anos 2000, 2001 e 2010, por serem as datas da primeira, segunda e terceiras edições da MMM.

A utilização da imprensa como fonte, pode permitir um melhor dimensionamento da abrangência social do fato ocorrido, pois, segundo Maria Helena Capelato, ela é um

Manancial dos mais férteis para o conhecimento do passado, a imprensa possibilita ao historiador acompanhar o percurso dos homens através dos tempos. O periódico, antes considerado fonte suspeita e de pouca importância, já é reconhecido como material de pesquisa valioso para o estudo de uma época. (1988, p. 13)

A Nova História Política também vê nos periódicos uma importante ferramenta de pesquisa. Nas palavras de Tânia Regina de Luca, “as renovações no estudo da História política, por sua vez, não poderiam dispensar a imprensa, que cotidianamente registra cada lance dos embates na arena do poder”. (2008, p. 128)

Entretanto, ao tomar o jornal como uma fonte de pesquisa histórica, deve-se ter o cuidado ao analisá-lo, pois este, apesar de ocupar uma função de transmissor de informação e de utilidade pública, pertence a setores privados e, portanto, expressa a opinião e o interesse de seus proprietários, pois “a imprensa constitui um instrumento de manipulação

de interesses e intervenção na vida social”. (CAPELATO, 1988, p. 21)

Antes de adentrarmos no tema propriamente dito cabe a realização de uma breve contextualização de ambos os veículos: a *Folha de S. Paulo* é um jornal diário, editado na cidade de São Paulo, desde 19 de fevereiro de 1921, com o nome original de *Folha da Noite*. Em 1930, apoiou a eleição de Júlio Prestes, a presidência da República, sendo por isto depredado e fechado (na época se dizia *empastelado*) em 24 de outubro de 1930, quando o movimento conhecido como Revolução de 1930 saiu vitorioso. A *Folha* voltou a funcionar em 1931 com novos donos e nova linha editorial, com o nome de *Folha da Manhã*. Segundo Luiz Marine José do Nascimento:

Com uma nova diretoria, constituída por Alves de Lima, Diógenes de Lemos Azevedo, Guilherme de Almeida e Rubens do Amaral, que permaneceu até 1945, a *Folha* passará a se portar com uma nova concepção de jornalismo, segundo a qual os temas urbanos e populares serão substituídos por questões relacionadas à vida no campo e defenderá uma lógica capitalista para o desenvolvimento das questões agrárias que terá na divisão internacional do trabalho seu fundamento maior. A *Folha* assume a posição contrária a qualquer tipo de proteção ou de regulação por parte do Estado das questões econômicas. (2003, p. 19)

Atualmente a *Folha* é considerada um dos maiores jornais de circulação nacional, segundo o Instituto Verificador de Circulação (IVC). Sendo pioneira, no Brasil, na instalação de computadores e informatização da redação. Em 2009 começou a publicar na internet o jornal digital.

Na primeira consulta ao acervo online do jornal *Folha de S. Paulo*, utilizamos a palavra Marcha Mundial das Mulheres, e a encontramos na edição de 09 de março de 2000, na Folha Vale, página três. Esta imagem que apresentamos em seguida nos remete à Imagem I, do Primeiro Capítulo, na qual pudemos observar que a preocupação das lideranças da Marcha em provocar efeitos visuais foi menor, porém, na imagem a seguir, constata-se que houve pelo menos uma preocupação, observável na utilização de bexigas (balões) na cor roxa:



Imagem V

Fonte: Banco de imagens – Folha imagem / Folhapress– fotografia: Claudio Capricho, 09/03/2000

Nessa imagem, observamos várias pessoas em um espaço público, na parte superior da fotografia vemos algumas bexigas na cor roxa, que é a cor escolhida para simbolizar esse movimento e para vários outros movimentos de mulheres.

Duas mulheres estão sentadas recolhendo as assinaturas das pessoas que estão em volta da mesa, dentre as pessoas que foram enquadradas na foto observamos adultos, jovens e crianças, mulheres e homens de diferentes etnias. O que pode apontar para a grande diversidade do público pertencente, apoiador ou simpatizante do movimento.

Essa imagem é secundada por um pequeno texto, no qual se lê:

MULHER – A campanha Marcha Mundial das Mulheres foi lançada ontem em São José dos Campos em Homenagem ao Dia Internacional da Mulher e contra a pobreza e violência. Cerca de 830 assinaturas foram recolhidas. O abaixo-assinado prossegue até outubro e será entregue à ONU (*Folha de S. Paulo*, 9/3/2000, p.3)

Em relação ao baixo-assinado entregue à Organização das Nações Unidas, a coordenação da Marcha realizou plenárias de debates para elencar as principais reivindicações das mulheres à ONU, por fim foram priorizadas dezessete reivindicações, dentre as quais citamos algumas, seguindo a ordem numérica:

1 - Que todos os países adotem leis e estratégias direcionadas para a eliminação da pobreza. 2- Os países devem ratificar e obedecer aos padrões da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Devem impor o respeito às normas nacionais de trabalho nas áreas de livre comércio (zonas francas). [...] 7- Que os governos que se considerem defensores dos direitos humanos condenem todo poder político, religioso, econômico e cultural que exerça um controle sobre a vida das mulheres e das meninas e denunciem qualquer regime que viole os seus direitos fundamentais. [...] Que os países implementem políticas, planos de ação, programas e projetos eficientes, com recursos financeiros e medidas adequadas, para combater a violência contra as mulheres. [...] 16- Que a ONU e os países da comunidade internacional, com base na igualdade entre as pessoas, reconheçam formalmente que a orientação sexual de uma pessoa não deverá impedi-la do pleno exercício dos direitos.⁴⁵

Dentre essas reivindicações observamos a ampla plataforma política da MMM, que buscou contemplar, naquele momento, os aspectos econômicos, sociais, culturais, daquele contexto, enfatizando o reconhecimento e garantia dos direitos humanos para mulheres, crianças e homossexuais. A reivindicação dirigia-se aos governos dos vários países e à ONU.

Os outros textos que aparecem na mesma página do jornal não têm relação com essa imagem, o que gerou algumas questões: faltava-lhes conteúdo para preencher essa parte do jornal? Ou, a imagem, publicada em tamanho grande, foi considerada suficiente, com um texto pequeno para ilustrá-la? O impacto estilístico, de apresentação do veículo, foi considerado mais importante do que o conteúdo/informação sobre o movimento?

Todavia, não pretendemos aqui aprofundar ou responder tais especulações, o que nos interessa é que já existe um registro nesse jornal, da primeira ação da MMM, em 2000, o que demonstra, em nosso entender, que a grande imprensa do país não conseguiu ficar alheia a ela desde seu surgimento.

O mesmo caminho percorrido na primeira consulta ocorreu nas outras seguintes, e encontramos no jornal de 9 de março de 2005, no caderno diário cotidiano, uma matéria intitulada *Rosa Choque*, com o sub-título em negrito e em letras em tamanho maior “15 mil mulheres vão às ruas por direitos”, acima desse título uma frase com letras menores,

⁴⁵ Disponível em <www.marchamundialdasmulheres.org> acesso em 29/07/2011.

onde lê-se “Marcha teve como uma de suas bandeiras a legalização do aborto e complicou o trânsito na cidade de São Paulo”, analisando os conteúdos presentes no título e nessas duas frases. Pelo título principal percebemos que o motivo de tantas mulheres irem às ruas foi compreendido como uma tentativa de “chocar” a sociedade, e, em seguida, foi enfatizada a questão da legalização do aborto. Entretanto, como já nos referimos, a MMM tem uma pauta de reivindicações ampla, e reduzi-la à legalização do aborto pode significar uma minimização da plataforma política do movimento; ainda associado à frase final ... “e complicou o trânsito da cidade de São Paulo”, ou seja, além do caráter restritivo essa frase também pode conter uma sentença pejorativa em relação ao movimento que “complica” a vida cotidiana da cidade.

A matéria está dividida em três colunas e contém dois textos, com autorias diferentes: o primeiro é de Luciana Coelho, de Nova York, cujo subtítulo é “Especialista vê pouca ação política das brasileiras”, o conteúdo abrange os baixos índices de representatividade política das mulheres brasileiras, nos parlamentos, mas avalia como positiva a participação da sociedade nos processos de mudança, bem como a conquista dos direitos femininos.

O segundo texto é de autoria Afra Balazina, da reportagem local. Ela descreve o percurso da manifestação: “foram do Masp (Museu de Arte de São Paulo, na Paulista, até a praça da República – ocupando duas pistas – e causaram congestionamento em algumas das principais vias da cidade, como a Rebouças, a Consolação e a Paulista.”

Na seqüência, cita uma entrevista feita com Nalu Farias, da SOF, sobre a questão da legalização do aborto e cita ao final do parágrafo: “as outras reivindicações eram aumento do salário mínimo, acesso da mulher à terra e liberdade sexual”, também há menção ao público que participou da manifestação, citando os ônibus que vieram de outros estados, como, por exemplo: Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas, Rondônia, Ceará e Paraná. Novamente se refere ao tema polêmico sobre o aborto, esclarecendo que, dentre as marchantes havia quem não concordasse com a reivindicação da legalização do aborto, mas que respeitavam quem apoiava essa reivindicação. Assim, dos seis parágrafos, quatro se referiam à questão da legalização do aborto, que foi mostrada como não consensual entre as participantes.

Por fim há um pequeno texto com o subtítulo “Trânsito”, o qual se referia ao tempo de concentração da manifestação que iniciou às catorze horas e finalizou o trajeto por volta das dezoito horas, o que ocasionou noventa e três quilômetros de congestionamento, sendo que a média era de sessenta e cinco quilômetros, para o mesmo horário.

Entre a primeira e a segunda coluna da matéria, há uma grande imagem, na

da manifestação: “Mulheres percorrem a Rua da Consolação, em comemoração do Dia Internacional das Mulheres”, e somente no início do texto de Afra Balazina é que é feita a referência à MMM: “A Marcha Mundial das Mulheres, que teve como uma das principais bandeiras a legalização do aborto no Brasil, reuniu cerca de 15 mil pessoas [visto que na manifestação podemos observar a presença de alguns homens] ontem à tarde em São Paulo”.

Entretanto na imagem I do *Jornal da Marcha Mundial das Mulheres* vemos a faixa verde, em evidência, na abertura da manifestação. Assim, percebemos a importância que a MMM dá para sua faixa, pois, ela faz parte do patrimônio cultural do movimento, fazendo parte de sua história, por isso é necessário apresentá-la, em evidência, contendo o ano de realização, 2005, e o slogan da edição: “Mulheres em Movimento mudam o mundo”.

Conforme o texto dessa matéria, de autoria Afra Balazina, a visibilidade da mobilização girou em torno da legalização do aborto, invisibilizando as demais reivindicações da MMM. No canto direito inferior da fotografia observamos um cartaz impresso, que reforça um dos conteúdos reivindicatório desse movimento, a legalização do aborto.

Na edição *online* da *Folha de S. Paulo* não encontramos nem matérias e nem imagens sobre a primeira e segunda edição da Marcha, em 2010, com data de 08/03/2010, no horário das 14h40, foi encontrada uma matéria com o título “Mulheres da Via Campesina⁴⁷ realizam protestos contra agronegócio”, a qual faz um apanhado sobre os protestos da Via Campesina pelo país; encontramos um pequeno parágrafo que se refere à MMM: “Em São Paulo, as 250 mulheres da Via Campesina participam da 3ª Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres. Elas iniciam hoje a caminhada de Campinas a São Paulo.”

Sobre a visibilidade que o Jornal de São Paulo deu à MMM, nesses três anos estudados (2000, 2005 e 2010), optamos por compará-lo à forma como o próprio movimento se divulgou, através do seu periódico, partindo da Imagem I⁴⁸ que demonstra, a partir do próprio movimento, as fotografias das marchas de 2000 e 2005.⁴⁹ Esse jornal da Marcha pretende apresentar uma evolução do movimento, entre os anos de 2000 e 2005, através de duas fotografias que forma publicadas nesse jornal.

A primeira fotografia, da Imagem I, mostra, a partir do ângulo frontal, a

⁴⁷ A *Via Campesina* é uma articulação de movimentos camponeses, e está presente em quatro continentes. No Brasil, o MST compõe a Via com o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), PJR (Pastoral da Juventude Rural), CPT (Comissão Pastoral da Terra), Abra (Associação Brasileira de Reforma Agrária), Feab (Federação dos Estudantes de Agronomia), PJR (Pastoral da Juventude Rural), indígenas e quilombolas.

⁴⁸ apresentada no Primeiro Capítulo, p. 25

⁴⁹ Jornal de chamamento para a da Ação Internacional de 2010, publicado em agosto de 2009, em São Paulo e distribuído para todo o Brasil.

Marcha, buscando sua amplitude, registrando uma aglomeração de pessoas durante o percurso, do qual participavam homens e mulheres, alguns portando bandeiras diversas. Em contrapartida, a imagem VI, apresentada no jornal *Folha de S. Paulo* pretende registrar, de maneira focada, a atitude da MMM em promover a coleta de assinaturas do abaixo-assinado que foi mandado para a ONU, visibilizando o ato em si, tanto na imagem como no texto escrito.

A segunda fotografia, da Imagem I, é também apresentada privilegiando o ângulo frontal, e, tanto a fotografia de 2000 como a de 2005 contemplam a faixa que apresenta o movimento durante a marcha, registrando principalmente as datas de ambas. Sobre o ponto de vista em que foi realizada a foto, Burke (2004) escreve que o ponto de vista influencia a recepção da fotografia, mesmo que não a determine. No caso dessas duas fotografias, da primeira e da segunda edição da MMM, apresentadas na imagem I, o ângulo frontal foi utilizado para demonstrar a dimensão da Marcha, nesses eventos, fazendo-nos pensar sobre a quantidade de pessoas presentes, quando aconteceu, quem promoveu, e dessa forma identifica tanto o movimento, quanto o slogan, contemplam, em síntese as reivindicações da Marcha.

Na fotografia de 2005, observamos no canto direito da fotografia um cartaz-pirulito, no qual lemos: “Aborto público seguro, legal é direito de todas as mulheres”, abaixo vemos a logo da Marcha e, por fim escrito Marcha Mundial das Mulheres. O aborto é um tema polêmico, e tem sido colocado nas pautas dos movimentos de mulheres há décadas, porém suscita muitos debates, principalmente o religioso, e não avança, no sentido de conquistar políticas públicas que se preocupem de fato com essa questão.

A segunda fotografia, da imagem I, publicada no Jornal da Marcha é praticamente a mesma publicada no Jornal de São Paulo, em 2005, o que as diferencia é o zoom, a fotógrafa Juliana Bruce optou por contemplar a faixa de abertura da marcha, o que não fez a fotógrafa Marlene Bergamo, que preferiu fotografar mais de perto o cartaz-pirulito, as mulheres com pernas de pau e o restante dos manifestantes, dentre eles alguns portando materiais como estandartes, bandeiras, e outros. Supomos que, pelo fato da composição visual do movimento estar concentrada no começo da marcha, atraiu ambas fotógrafas.

A ação de 2010, não alcançou muita visibilidade nos periódicos pesquisados, sendo que alguns periódicos das cidades por onde a marcha passou publicaram notícias como, por exemplo, o Jornal de Vinhedo, que informou: “Marcha das Mulheres deixa

a cidade na manhã desta quinta”.⁵⁰ Para as lideranças e para as integrantes da MMM, entretanto, essa terceira edição foi a maior e demandou muita organização, visto que foram dez dias com aproximadamente 2000 mil mulheres marchando em média dez quilômetros por dia, e precisando de uma infra estrutura que englobava os recursos financeiros, humanos e locais disponíveis e adequados para tantas mulheres, que diariamente realizaram refeições, dormiam, faziam a rotina de higiene pessoal, e utilizavam caminhões para carregarem suas bagagens e contavam com atendimento médico, enfim, foi um desafio tanto para as lideranças como para as integrantes da Marcha.

No entanto, nada disso foi divulgado nesse jornal. Motivo pelo qual pensamos algumas questões: por quais motivos não é importante divulgar esse movimento que demonstrou um exemplo de auto-organização das mulheres? Porque as demandas mais amplas e ligadas aos interesses gerais da sociedade foram minimizadas ou silenciadas? Quais interesses em não dar visibilidade às articulações das mulheres em um ano de eleição presidencial, na qual um dos candidatos, apoiado pelo o governo Lula, é uma mulher? Tais questionamentos adquirem relevância ao observarmos que, na *Folha de S. Paulo*, o tema sucessão presidencial esteve em pauta muitas vezes, entre 07 e 20 de março de 2010.

Conhecer parte do que foi e do que não foi divulgado na mídia sobre as três edições da MMM, contribui para que possamos entender percepções diferentes, porém não neutras, sobre esses eventos. Dessa maneira, observamos que foram apresentados imagens e textos escritos que pretendiam reforçar discussões e questões que atendiam aos interesses de quem os produziu, minimizando ou deixando na invisibilidade aqueles que não eram considerados pertinentes ou vendáveis ao seu público ou à opinião pública em geral. No próximo capítulo trataremos da análise da construção visual da MMM.

⁵⁰ Disponível em < www.marchamundialdasmulheres.org.br> acesso em 09/06/2011.

CAPÍTULO 3

COMPOSIÇÃO VISUAL DA MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES

Nesse capítulo realizamos a análise interpretativa da composição visual da MMM, todavia, cabe salientar que está é uma das análises possíveis. Para realizá-la, nos valem dos estudos dos seguintes autores e obras: Ulpiano Bezerra de Meneses: “*Fontes Visuais, cultura visual, História Visual. Balanço Provisório, propostas cautelares*” (2003); Martine Joly: *Introdução da análise das imagens* (1996); Peter Burke: *Testemunha ocular* (2004); Bronislaw Baczko: *Imaginação social* (1985) e Michel Pastoureau: *Dicionário das cores do nosso tempo: simbólica e sociedade* (1997).

Segundo Meneses, precisamos fazer “um tratamento mais abrangente da visualidade como uma dimensão importante da vida social e dos processos sociais” (2003, p.11). Assim, nossa pretensão foi estudar e analisar uma parte dessa composição visual, e, para isso, escolhemos os artefatos, que em sua grande maioria foram propostos e produzidos pelo próprio movimento, como a colcha de retalhos da solidariedade global, os estandartes, as caminhantes, as faixas⁵¹ e os materiais que foram confeccionados para a terceira edição, em 2010.

Procuramos interrogar essas fontes tendo como base as seguintes questões: qual é o contexto de produção da composição visual da MMM, e quais são as funções dessa composição visual? Como essa composição visual vem se transformando ao longo das edições da MMM e quais são as leituras possíveis dessa transformação?

A partir da análise dessa composição visual, ampliamos os conhecimentos tanto acerca da MMM, como acerca dos imaginários femininos que foram construídos historicamente, percebendo assim, as mais variadas formas de apresentação pública das mulheres, bem como manifestações reivindicatórias e políticas. Conhecemos um pouco da historicidade do movimento de mulheres, no Brasil e observamos ainda que a MMM faz uso semelhante daquelas estratégias, na atualidade, como, por exemplo, nas formas de organização e reivindicação.

Para compreendermos parte do contexto da construção e utilização da composição visual da Marcha Mundial das Mulheres, e, realizarmos a análise de alguns de seus artefatos e materiais, partimos da conjuntura dinâmica e complexa que se apresenta no Brasil do século XXI, na qual foram ressaltadas algumas características do associativismo

⁵¹ Somente duas das faixas analisadas, não foram produzidas pelo movimento, mas sim por representantes dos Estados: Piauí e Amazonas. Nos anexos estão outras produções das participantes da Terceira Edição.

civil, no Segundo Capítulo, que nos proporcionou um maior entendimento desse contexto.

A análise do desenvolvimento e aperfeiçoamento de sistemas complexos de informação, que foram estimulados pelo desenvolvimento das tecnologias e a organização de ações políticas no formato de redes, foram determinantes, no sentido de estimular a reflexão sobre a organização e a realização do Fórum Social Mundial no Brasil, que aconteceu em 2001, na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, e que influenciou diretamente no desenvolvimento da MMM. Conforme Burke:

o significado das imagens dependem de seu ‘contexto social’. Estou utilizando esta expressão num sentido amplo, incluindo aí o ‘contexto’ geral, cultural e político, bem como as circunstâncias exatas nas quais a imagem foi encomendada e também seu contexto material, em outras palavras, o lugar físico onde se pretendia originalmente exibi-la. Nesta visão resumida de enfoques mais ou menos novos para a imagem, há um lugar para a história social e cultural. (2004, p. 225)

Nessa perspectiva, consideramos o FSM como um espaço internacional de debates, no qual participaram representantes de vários países e entidades e que alavancou a expansão e a construção visual da MMM. Sobretudo, a partir da proposta do Comitê organizador do FSM, em realizar uma passeata de abertura pelas avenidas de Porto Alegre, convocando os líderes das entidades para contribuírem na organização e na produção de materiais que ampliassem a visibilidade de suas entidades. Também devemos considerar o uso das tecnologias, que facilitaram o contato entre pessoas e entre instituições.⁵²

A MMM, como outros movimentos sociais e diversas entidades, espalhados pelo Brasil, se reorganizaram a partir do FSM. No caso da Marcha, foram potencializados seminários, cursos de formação política e encontros nacionais e internacionais, também foram organizados outros Fóruns⁵³, nos quais a MMM tem presença constante, como, por exemplo o Fórum Social das Américas⁵⁴.

Sobre os efeitos da realização dos Fóruns Sociais Mundiais nos espaços organizativos das mulheres, Nadia De Mond escreve:

⁵² Ver mais em: MACHADO, 2007.

⁵³ Ver mais no site do FSM: www.forumsocialmundial.org.br

⁵⁴ O Fórum Social das Américas (FSA) é um dos Fóruns que foi originado a partir do FSM. O FSA realizou sua IV edição, entre os dias 11 e 15 de agosto de 2010, em Assunção, no Paraguai. Dentre os eixos que compunham a programação desse evento estavam: As disputas hegemônicas: comunicação, culturas, conhecimentos e educação; Povos e nacionalidades indígenas originários e afrodescendentes: a direção da plurinacionalidade; Memória e justiça histórica e como eixos transversais: igualdade de gênero e diversidades.

A expansão do processo FSM em nível continental e regional permitiu a criação de espaços de encontro e de articulação internacional dificilmente realizáveis para o movimento de mulheres em outras circunstâncias. E esse espaço está em crescimento contínuo. (2003, p. 642)

Assim, a partir do primeiro FSM, a MMM iniciou a produção de alguns materiais comuns a esse tipo de manifestação, como faixas e bandeiras, e acrescentou também os estandartes, que foram primeiramente produzidos pela artista plástica paulista Biba Rigo⁵⁵. Com a intenção de ampliar a visibilidade das mulheres diante de um público tão diversificado, e também apresentar a Marcha para a sociedade, que assistia a passeata de abertura do FSM, foram desenvolvidos os primeiros materiais que fazem parte da composição visual desse movimento.

Segundo Joly (1996), algumas precauções devem ser salientadas, quando buscamos as funções de uma imagem, ou, em nosso caso, da produção e utilização desses materiais, pois podemos, na primeira impressão, observarmos somente a mensagem explícita, que nesse caso é ampliar a visibilidade das mulheres diante de um público diversificado. Entretanto, precisamos investigar mais profundamente para buscarmos compreender as mensagens implícitas, pois, a nosso ver, esse material desenvolve também uma função político-pedagógica, que aciona de certa forma os imaginários femininos e culturais das mulheres. Voltaremos à hipótese mais adiante.

Conhecer a dinâmica das manifestações da Marcha contribui para entendermos a utilização de sua composição visual. Nesse sentido, ressaltamos algumas características organizacionais observadas nas três edições da MMM, como, por exemplo: todas tiveram início no Brasil, no dia oito de março, por ser o dia internacional da mulher; todas iniciaram no Estado de São Paulo e todas contaram com um slogan: o de 2000, “2000 razões para marchar contra a pobreza e a violência sexista”; o de 2005, “mulheres em movimento mudam o mundo” e o de 2010, “seguiremos em marcha até que todas sejamos livres”. Quanto à essa estratégia de utilização de slogans, podemos pensar, em concordância com Bronislaw Baczko que,

⁵⁵ Membro fundadora do Ateliê Funilaria e Pintura- Espaço voltado à produção e estudo de arte e educação Dedicar-se à pintura, xilogravura, desenho, ilustração e afins . Procura imagens que representam condições e afetos da natureza e do homem. Participa de ações nas cidades, por vezes com propostas coletivas. <<http://bibarigo.blogspot.com/2010/04/fatura.html> > acesso em 20/02/2012.

Os slogans exaltavam somente as funções criadoras da imaginação e, ao investirem o termo com funções simbólicas, concentravam nele as aspirações a uma vida social diferente. [...] As ciências humanas punham em destaque o facto de qualquer poder, designadamente o poder político, se rodear de representações colectivas. Para tal poder, o domínio do imaginário e do simbólico é um importante lugar estratégico. (1985, p. 297)

A segunda edição da MMM ocorreu em 2005, no dia 8 de março, em São Paulo, capital. Naquele evento ocorreu uma grande manifestação pública que reuniu mulheres representantes de vários Estados Brasileiros e também de outros países, além de um grande número de entidades. Na Avenida Paulista essas mulheres fizeram a marcha, e, como mostramos na imagem I do *Jornal da Marcha Mundial das Mulheres*⁵⁶, utilizaram uma composição visual, que era composta de alguns materiais, como: a faixa de abertura⁵⁷; vários cartazes, que continham as reivindicações; os estandartes que foram produzidos na oficina da artista Biba Rigo, durante o FSM de 2003, em Porto Alegre. Algumas mulheres utilizaram pernas de pau e fantasias na comissão de frente da marcha. Como pudemos observar havia também, inúmeras bandeiras e faixas das entidades que compunham a Marcha. Observamos ainda a Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade⁵⁸, que foi ampliada para fazer parte da caminhada.

A visualidade dessa segunda edição da MMM foi organizada a partir de uma rica e colorida composição, na qual as técnicas de costura, bordado e aplique foram predominantes, principalmente na confecção dos artefatos: faixas e estandartes. Essas técnicas remetem a algumas das ocupações culturalmente aceitas como pertencentes ao cotidiano feminino, bem como, às primeiras inserções femininas no mundo do trabalho, como se pode observar em vários textos e imagens históricas. Portanto, pautar esse aspecto do feminino, envolve sua historicidade, tocando os imaginários das mulheres, principalmente das que participaram desse evento. Novamente em concordância com Baczko:

qualquer instituição social, designadamente as instituições políticas, participa assim de um universo simbólico que a envolve e constitui o seu quadro de funcionamento. [...] Os signos investidos pelo imaginário correspondem a outros tantos símbolos. E assim que os imaginários sociais assentam num simbolismo que é, simultaneamente, obra e instrumento. (1985, p. 310)

⁵⁶ Essa imagem encontra-se no Primeiro Capítulo, p. 25

⁵⁷ Para essa mesma edição foram confeccionadas outras faixas, apresentadas adiante, na série de número 4, p. 90-91.

⁵⁸ Essa imagem encontra-se no Segundo Capítulo, p. 62.

Dessa forma, refletindo sobre a função político-pedagógica da composição visual da Marcha, observamos que essa produção foi feita tanto para o público externo, como para o público interno, como uma maneira de gerar identificação entre o movimento e as mulheres que o compõe. Assim, percebe-se a preocupação das lideranças da MMM em construir uma composição visual que identificasse o movimento, buscando representar as mulheres e seu ideário perante a sociedade em geral.

A terceira edição, em 2010, foi organizada em um formato diferente das anteriores, pois, a MMM, por se tratar de um movimento em forma de rede, ampliou sua representatividade dentro dos movimentos sociais, tanto os de mulheres, como os mistos. E, diante de algumas possibilidades conjunturais, como a de eleger uma mulher para a presidência da República, no caso, Dilma Russeff, tornou-se estratégico promover a terceira ação enfatizando a formação política das mulheres, e estimular sua auto-organização. Além disso, as diversas sugestões e reivindicações expostas pelos movimentos e estados, durante esse evento, contribuíram para formar um diagnóstico acerca das necessidades mais emergenciais das mulheres.

A mobilização para a terceira edição iniciou com reuniões de planejamento com representantes dos estados e das entidades. A organização dessa ação ocorreu primeiramente nos estados, o que foi determinante para seu resultado, pois foi as entidades estaduais organizaram o maior número possível de mulheres dispostas a marchar; realizaram cursos e encontros de formação sobre a plataforma política e os cinco eixos⁵⁹ da MMM, para mulheres que advinham dos mais variados movimentos sociais. Além disso, cada estado arrecadou recursos financeiros para o transporte e a alimentação das caravanas até a cidade de Campinas, para isso contaram com doações das entidades, e o lucro obtido no bazar de roupas usadas e artesanatos, dentre outros.

Os Comitês Estaduais organizaram caravanas para participarem da marcha de onze dias, de Campinas a São Paulo, mas também houve grupos de pessoas que ficavam dois ou três dias, conforme a sua disponibilidade. Apresentamos abaixo a agenda dos onze dias, para conhecermos as atividades planejadas para esse evento:

⁵⁹ São eles: Trabalho das mulheres e sua autonomia econômica; paz e desmilitarização, contra a violência sexista, contra a privatização da natureza e serviços públicos e contra a tirania do patriarcado e do livre mercado.

Quadro 4 – Programação das atividades de formação

PROGRAMAÇÃO DAS ATIVIDADES DE FORMAÇÃO – das 16h às 19h		
8/mar	CAMPINAS	Ato público no Largo do Rosário (seguido de caminhada até o ginásio Rogé Ferreira), marcando o lançamento da 3ª ação internacional da <i>MIM</i> e os 100 anos do Dia Internacional de Luta das Mulheres.
9/mar	VALINHOS	Trabalho doméstico e de cuidados: um debate sobre a sustentabilidade da vida humana (em grupos), seguida de debate sobre a história da Marcha Mundial das Mulheres e suas lutas contra o machismo e o capitalismo.
10/mar	VINHEDO	Painéis temáticos sobre economia solidária e feminista; saúde da mulher e práticas populares de cuidado; sexualidade, autonomia e liberdade; educação não sexista e não racista; mulheres negras e a luta anti-racista; mulheres indígenas; a mídia contra-hegemônica e a luta feminista; a mercantilização do corpo e da vida das mulheres; prostituição; Mulheres, arte e cultura.
11/mar	LOUVEIRA	Trabalho das mulheres e autonomia econômica, com a presença da socióloga Helena Hirata.
12/mar	JUNDIAI	<i>Soberania Alimentar</i> , justiça ambiental e luta por território. Mesas de debate simultâneas sobre a resistência das mulheres contra o agronegócio, as transnacionais e a destituição ambiental, e as alternativas no campo da produção, comercialização e consumo.
13/mar	VARZEA PAULISTA	Ato público com lançamento do livro <i>As origens e a comemoração do Dia Internacional das Mulheres</i> , debate sobre o histórico do movimento feminista no Brasil e no mundo.
14/mar	CAJAMAR	A luta contra a violência sexista. Painéis de debate simultâneos sobre a violência doméstica e sexual e as políticas de erradicação dela; o tráfico de mulheres e a migração; os processos de luta dos movimentos sociais contra a violência sexista. Oficinas de <i>Wen-do</i> : práticas feministas de autodefesa.
15/mar	JORDANÉSIA	Maternidade como decisão e não como destino: debate sobre nossas experiências.
16/mar	PERUS	Paz e desmilitarização. Debate sobre o controle dos territórios, dos povos e das mulheres e a relação disto com a exploração dos bens naturais; criminalização dos movimentos sociais e da pobreza no Brasil. Painel sobre a luta pela transformação da sociedade com Aleida Guevara, lutadora cubana, filha de Che Guevara.
17/mar	OSASCO	Integração dos povos como alternativa e o papel Estado. Avaliação dos avanços, limites e desafios para as políticas no Brasil e em nível regional.
18/mar	SÃO PAULO	Ato público de encerramento às 16h na Praça Charles Miller – Pacarambu.

Fonte: Guia da Caminhante (2010, p. 16-17)

Para chegar a essa programação, conforme Nalu Farias, foram meses negociando com as prefeituras para concederem um local, com o mínimo de infra-estrutura, para três mil mulheres, também não foi fácil estabelecer datas com as palestrantes, bem como os preparativos para a segurança das mulheres durante o percurso. E ainda, conseguir patrocínio para a confecção das mochilas, camisetas e garrafinhas. Mas, quando chegou no

dia 08 de março, estava concluído boa parte desses preparativos, devido às equipes de organização que dividiram as tarefas.

Nas várias reuniões de planejamento, ficaram estabelecidas algumas coordenações: a coordenação geral, a coordenação das delegações e a coordenação das comissões, essas coordenações solicitaram às coordenações estaduais várias ações, tais como: credenciamento das mulheres para compor as oito comissões que fariam parte da organização do evento: segurança, água, comunicação, saúde, formação, creche, limpeza e cozinha. E ainda, que produzissem faixas e bandeiras para caracterizarem suas entidades, durante a Marcha.

À coordenação nacional e internacional coube organizar o percurso e a infra-estrutura (segurança, alojamentos, formação, alimentação,...), bem como buscar recursos financeiros para toda a logística do evento, além de encaminhar e custear a confecção industrial das camisetas e mochilas personalizadas⁶⁰ para as caminhantes e as bandeiras de uso coletivo.

Na rotina diária⁶¹ da terceira edição houveram muitos desentendimentos e discussões, o que era de se esperar, com tantas pessoas de idades, costumes e ritmos de vida diferentes. Entretanto, nessa diversidade de culturas, etnias e faixa-etária, também ocorreram momentos de muita troca e aprendizado. Escrevo isso, a partir da vivência, das conversas e depoimentos que ouvimos, ao participar dos três últimos dias dessa terceira ação da MMM.

Na seqüência, buscamos contemplar algumas discussões realizadas a partir da visualidade, bem como sua construção e função. Conforme Joly, devemos levar em conta: “o contexto e o objetivo da mensagem visual, assim como o horizonte de expectativa do espectador.” (2006, p. 113).

Assim, em relação à função político-pedagógica da composição visual da MMM, optamos pelo ponto de vista sugerido por Burke, de que:

⁶⁰ Que continham: 1 garrafa de água personalizada, 1 capa de chuva e 1 pulseira de identificação

⁶¹ Que era basicamente: acordar às quatro horas da manhã, tomar café, levar a bagagem para os caminhões e sair para a caminhada, foram percorrido em média 12 km. por dia, até a próxima cidade, geralmente o horário de chegada era o horário do almoço, então todas almoçavam, retiravam suas bagagens nos caminhões e descansavam até aproximadamente catorze horas, durante as tardes ocorriam momentos de formação, conforme apresentado no quadro 4. Em uma dessas tardes houve uma oficina para produção de bonecas gigantes, chamadas de “caminhantes”, a artista plástica Biba Rigo ministrou essa oficina, as participantes eram representantes de movimentos sociais de várias regiões do país. Após o jantar ocorriam reuniões diversas: das coordenações, das comissões, dos Estados e dos movimentos. Algumas vezes aconteceram atividades artísticas, tais como teatro, dança e exibição de filmes. Os alojamentos foram diversificados, eram ginásios, galpões de eventos, entre outros, nos quais foram instalados banheiros químicos e chuveiros. Assim, foi preciso muita paciência e perseverança por parte das caminhantes, que precisavam se organizar para tomar banho e realizar as necessidades fisiológicas.

as imagens não são nem um reflexo da realidade social, nem um sistema de signos sem relação com a realidade social, mas ocupam uma variedade de posições entre estes extremos. Elas são testemunhas dos estereótipos, mas também das mudanças graduais, pelas quais indivíduos ou grupos vêm o mundo social, incluindo o mundo de sua imaginação. (2004, p. 232)

Sobre a imaginação, o artigo de Baczko “Imaginação social” (1985), foi de grande proveito para nortear essa pesquisa, pois, para ele “os imaginários sociais operam ainda mais vigorosamente, talvez, na produção de visões futuras, designadamente na projecção das angústias, esperanças e sonhos colectivos sobre o futuro.” (1985, p. 312)

A produção cultural dentro dos movimentos sociais possui uma historicidade, dentre os autores que fazem menção, por exemplo, à Revolução Francesa, interessa-nos as considerações de Peter Burke, que escreve sobre as várias tentativas de traduzir:

em linguagem visual os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade. Liberdade, por exemplo, era simbolizada pelo boné vermelho [...] associado na época clássica com a libertação dos escravos. A Igualdade era mostrada em gravuras revolucionárias como uma mulher segurando duas balanças, como a imagem tradicional da justiça, porém sem a venda. (2004, p. 76)

No mesmo sentido, Burke (2004) aponta os murais de Diego Rivera e de outros artistas seus contemporâneos, encomendados pelo governo mexicano pós-revolucionário, a partir da década de 1920. Para Burke, esses murais foram considerados por esses artistas como “‘uma arte educativa, de luta’, uma arte para o povo que traz mensagens tais como a dignidade dos índios, os males do capitalismo e a importância do trabalho” (2004, p.81)

No Brasil, existe uma produção acadêmica considerável sobre a produção cultural dos movimentos sociais no período da ditadura cívico-militar, Marcelo Ridenti, quando se refere a esse período, escreve:

[...] rebeldia contra a ordem e revolução social por uma nova ordem mantinham diálogo tenso e criativo, interpenetrando-se em diferentes medidas na prática dos movimentos sociais, expressas também em manifestações artísticas. (2007, p.135)

Mesmo havendo experiências distintas entre os movimentos, em períodos e lugares diferentes, com finalidades e processos que são particulares, aos seus meios de atuação, considera-se, segundo André Luiz Mesquita, que, esse tipo de produção cultural

“privilegia situações artísticas que se encontram, se alinham e se fundem temporariamente em lutas sociais e nas fissuras da vida cotidiana” (2008, p. 48), propondo à História uma abordagem que desestrutura as noções de progresso linear e a autoria individual. Também concordamos com Maria Eliza L. Borges, pois a produção cultural dos movimentos pode ser considerada:

enquanto intervenção social e mobilização político-pedagógica, o conhecimento histórico [torna-se] uma operação teórico-metodológica que visa compreender e interpretar os sentidos que os atores sociais atribuem a seus atos materiais e simbólicos. (2005, p. 81)

Assim, pretendemos aqui realizar uma das análises possíveis da composição visual da MMM, classificando-a enquanto fonte, sem a pretensão de compará-la aos exemplos citados, mesmo por tratar-se de uma conjuntura diferente das apresentadas nos exemplos. Nosso intuito foi demonstrar que existem percursos, já trilhados, pelos movimentos sociais, que consideram os aspectos culturais como estratégicos para realização de seus ideários. Citamos apenas alguns exemplos, dentre muitos outros, inclusive em outras linguagens artísticas, como a música e o cinema.

3.1 BREVE ANÁLISE DOS ARTEFATOS E MATERIAIS DA COMPOSIÇÃO VISUAL DA MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES

A composição visual da MMM foi analisada a partir da escolha de várias imagens veiculadas nos meios virtuais de comunicação, a partir da abundância de fontes, optamos por organizar e apresentar as imagens escolhidas em séries, tendo em vista uma das sugestões de Burke: “uma série de imagens oferece testemunho mais confiável do que imagens individuais” (2004, p. 237). Meneses (2003) também escreve sobre a importância de se definir a unidade. Para ele, “é com séries que se deve procurar trabalhar, ainda que se possam ter imagens singulares que funcionem como um ponto de condensação das séries ideais” (2003, p. 27-28). Em nosso caso, a fotografia é o suporte dos materiais e artefatos que analisamos.

Assim, apresentamos as imagens em cinco séries, de quatro fotos cada, somente a primeira série é composta por 5 fotos, pois refere-se à “Colcha de retalhos da solidariedade global”, e optamos por primeiramente apresentá-la completa. Nas próximas séries são apresentadas fotografias dos estandartes, das caminhantes, das faixas e por fim de

alguns materiais⁶² confeccionados para a 3ª edição da Marcha e que foram distribuídos para todas as marchantes: bandeiras para uso coletivo, camisetas, mochilas e garrafinha da água para uso individual, juntamente com o Guia da Caminhante.

Todas essas imagens serviram como fontes para as nossas reflexões acerca da composição visual da MMM. A escolha desses materiais, como fontes relaciona-se à nossa formação em Artes Visuais e, sobretudo, do contato que tivemos com todo esse material, principalmente com os estandartes e com as faixas no processo de formação política, em âmbito sindical e dentro da MMM⁶³, em sua terceira edição, em 2010. Nesse sentido, conforme Martine Joly:

para analisar uma mensagem, em primeiro lugar devemos nos colocar deliberadamente do lado em que estamos, ou seja, do lado da recepção, o que, é claro, não nos livra da necessidade de estudar o histórico dessa mensagem (2006, p. 45)

As fontes que analisamos, foram fotografadas e divulgadas tanto nos sites da MMM como em outros sites⁶⁴. Para analisarmos a composição visual da MMM utilizaremos imagens fotográficas, enquanto suporte de apresentação dessas fontes. Optamos pelas fotografias que apresentam os artefatos sendo utilizados durante as duas edições, de 2005 e de 2010; todavia eles são levados em várias outras atividades nas quais a MMM participa. Tendo em mente a consideração de Joly de que:

Interpretar uma mensagem, analisá-la, não consiste certamente em tentar encontrar ao máximo uma mensagem preexistente, mas em compreender o que essa mensagem, nessas circunstâncias, provoca de significações aqui e agora, ao mesmo tempo em que se tenta separar o que é pessoal do que é coletivo. (1996, p. 44)

Sobre a metodologia utilizada para a análise das fontes, pretendemos realizá-la com base nas questões anteriormente apresentadas, pois, conforme Barthes (2004), as ferramentas para a análise são instaladas conforme os objetivos da pesquisa. Dessa forma, nosso olhar voltou-se para as características constitutivas das nossas fontes: materiais e técnicas utilizados, assim como os elementos formais que mais se destacam em cada série de figuras, lembrando que nosso interesse é no conteúdo fotografado, e não na análise da fotografia, que apenas nos serve de suporte.

⁶² Nominamos essa série como: materiais diversos.

⁶³ Já me referi a isso no início da Introdução, p.8-9.

⁶⁴ Esses outros sites estão nas referências, abaixo de cada figura.

Cabe aqui esclarecer que não pretendemos fazer uma análise exaustiva a respeito das cores utilizadas na composição visual da Marcha, nas três edições, considerando que as cores possuem uma historicidade, de acordo com cada tempo e espaço, e ainda, de acordo com cada situação, como por exemplo, a cor vermelha tem conotações diferentes no futebol, na política ou nas religiosidades. Uma investigação nesse sentido, se revelou como outro tema de pesquisa, devido às suas amplas possibilidades.

Por isso, a maneira como são apresentados os artefatos e materiais diversos, durante as Marchas e, o que foi representado, nos interessa, juntamente com a sua significação, nesse contexto. Nessa perspectiva, iniciamos nossa análise, primeiramente sobre a série número 1, que se refere à “colcha de retalhos da solidariedade global”:

A “colcha de retalhos da solidariedade global” foi produzida durante os meses de março a outubro de 2005. A partir dos princípios contidos na “Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade”: igualdade, liberdade, solidariedade, justiça e paz. Propôs-se que cada país elaborasse um retalho, com o formato quadrado, para a montagem de uma colcha de retalhos, ou seja, a carta serviu de inspiração e tema ao mesmo tempo. Dessa forma, participaram da confecção dessa colcha entidades de sessenta e quatro países e territórios, conforme o site do International Museum of woman.⁶⁵

Cada retalho tem um percurso e uma origem, alguns foram pensados e produzidos coletivamente, outros foram pensados coletivamente, mas produzidos por artistas ou artesãos. Mas, em todos percebemos a intenção de abordar a temática proposta pela carta e ao mesmo tempo, demonstrar a cultura de seu país. Para isso, foram utilizadas cores e formas, texturas e materiais típicos dos países. Ou seja, a “Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade” foi ilustrada pela Colcha de Retalhos da Solidariedade Global”. Assim, cada país utilizou uma técnica artística: uns utilizaram a pintura, colagem, aplique, bordado, desenho, assemblage, e em alguns casos foram utilizadas técnicas mistas.

Entretanto, não foi possível realizar uma abordagem das cores apresentadas nas composições dos retalhos de cada país, pois, segundo Michel Pastoureau seria preciso um imenso esforço, bem como a ampliação da pesquisa para tentar limitar e reconstruir aquilo que foi o universo da cor para cada uma das sociedades ali representadas, e ainda, seria preciso levar em conta os diversos componentes desse contexto. Desta maneira, fizemos outros tipos de análise e interpretação da “Colcha de retalhos da Solidariedade Global”, que consideramos pertinentes.

Conforme o mesmo site⁶⁶, a “Colcha de retalhos da solidariedade global” está cobrindo a parede da oficina que a MMM tem em Sudáfrica⁶⁷, mas em todos os Encontros Internacionais da Marcha a colcha é enviada, enquanto representação artística da visão coletiva das mulheres, por um mundo melhor.

Ao observarmos pelas primeiras vezes a colcha, logo nos indagamos, qual é o retalho do nosso país? Ou, como o Brasil foi representado e por quem? Essas questões existem, pela necessidade que temos, como receptores, de pertencermos a essa ação, que engloba sínteses diversas, em nome da solidariedade global, nos toca e mobiliza nosso imaginário feminino. Assim, temos em mente a proposição de Baczko de que:

⁶⁵ Disponível em < <http://www.imow.org/wpp/stories/viewstory?language=es&storyid=1867>> acesso em 10/02/2012.

⁶⁶ Disponível em < <http://www.imow.org/wpp/stories/viewstory?language=es&storyid=1867>> acesso em 10/02/2012.

⁶⁷ É um país Africano situado na ponta sul da África. Seu nome oficial é República da África.

O imaginário social elaborado e consolidado por uma colectividade é uma das respostas que esta dá aos seus conflitos, divisões e violências reais ou potenciais. Todas as colectividades têm os seus modos de funcionamento específicos a este tipo de representações. Nomeadamente, elaboram os meios da sua difusão e formam os seus guardiões e gestores, em suma, o seu “pessoal”. (1985, p.309)

O retalho maior, quase ao centro da colcha, com o fundo, cor de laranja e a logo da MMM, foi por onde a colcha começou a ser costurada, e o retalho ao lado direito superior, com o fundo basicamente nas cores laranja e azul, é o retalho do Brasil, que, possivelmente, foi o primeiro a ser costurado, tendo em vista que a Marcha começou nesse país.

Em vários retalhos observamos imagens e palavras, em alguns há só imagens e em outros há a predominância das palavras. No contorno da colcha vemos um tecido na cor azul que tem como figura a repetição das cinco mulheres coloridas, de mãos dadas, que fazem parte do centro do círculo da logo da Marcha. Há também, essa mesma faixa, antes da última camada de retalhos, acreditamos que para nivelar os retalhos que eram de tamanhos menores.

A colcha de retalhos da solidariedade global merece um estudo específico, enquanto produção artística coletiva, no sentido de investigar como foram pensados e produzidos esses retalhos, em cada país. Poder-se-ia, por exemplo, em um estudo posterior, pesquisar alguns países de cada região participante. Para o presente trabalho, embora tenhamos realizado buscas em livros e periódicos, ainda não encontramos nada sobre a colcha.

Por ora pode-se pensar que a idéia de juntar objetos que simbolizam várias culturas, já foi vista em muitos outros momentos, inclusive a colcha de retalhos teve a mesma intenção de uma produção coletiva no FSM, de 2001, no qual o artista, escultor Eric Théret propôs a composição de um mosaico de pedras, conforme o site⁶⁸

⁶⁸ Disponível em <<http://www.oedipe.org/index.php/language=po/actualites/alegre/mosaique>> acesso em 13/02/2012

[...] o Fórum Social Mundial será marcado também por expressões simbólicas e artísticas. O Mosaico da Cidadania é uma delas. Proposta pela Associação Livro das Pedras da Cidadania para o Século XXI, a partir de uma idéia do escultor Eric Théret, a iniciativa chama atenção por seu caráter de obra de arte coletiva e vai ficar gravada no coração de Porto Alegre, cidade-sede do encontro, e na memória de todos os participantes. Para sua realização, será necessária a colaboração de centenas de participantes do FSM-2001. Cada um deverá levar ao Fórum uma pedra, de preferência gravada em sua língua e na escrita correspondente. Com as centenas de pedras que espera receber, Théret planeja construir o mosaico.⁶⁹

Nessa mesma série, conseguimos encontrar fotografias da colcha em três tipos de referências diferentes: o site do International Museum of woman, o da SOF, que é o oficial da MMM, e o site de uma corrente ou tendência do Partido dos Trabalhadores – PT, chamada “Democracia Socialista”. Isso nos faz concluir que a visibilidade desse artefato foi acolhido e valorizado por outros movimentos e segmentos sociais e políticos, tanto no Brasil, quanto em outros países.

Na série número 1, observamos ainda mais quatro figuras, nas quais a colcha é mostrada de outros ângulos. Na Figura 1B vemos o processo de montagem da colcha, no qual duas mulheres, sentadas no chão, costuram um dos retalhos em um pedaço da colcha. Na Figura 1A, algumas pessoas seguram parte da colcha, pela forma como as pessoas estão posicionadas, nos parece pouco provável que estavam posando para a fotografia, somente o rapaz, ao centro da fotografia que aparenta ter consciência de estar sendo fotografado. Na figura 1C a colcha está sendo carregada por algumas pessoas, provavelmente durante uma das manifestações públicas da MMM. Conforme a matéria do site⁷⁰: “cada cuadrado tiene una historia para contar y um significado detrás”.

⁶⁹ Disponível em < <http://www.oedipe.org/index.php/language=po/actualites/alegre/mosaique>> acesso em 13/02/2012

⁷⁰ Disponível em <<http://www.imow.org/wpp/stories/viewstory?language=es&storyid=186>> acesso em 10/02/2012

FIGURA 1C



www.sof.org.br

FIGURA 1E



www.democraciasocialista.org.br

FIGURA 1B



www.sof.org.br

FIGURA 1D



www.sof.org.br

Na próxima série, número 2, são apresentadas quatro figuras, que

apresentam os estandartes. Eles foram encomendados pela coordenação nacional da MMM, para a passeata de abertura do FSM, em 2001. A artista Biba Rigo, confeccionou três deles, e, diante do sucesso que fizeram, ela foi convidada para ministrar uma oficina na Marcha, no FSM, em 2003, assim foram confeccionados vários deles, que aparecem na Figura 2B, durante a segunda edição da MMM, em 2005. Os estandartes aparecem em terceiro plano nessa imagem, no primeiro vemos a faixa de abertura, no segundo algumas mulheres durante a manifestação e logo em seguida os estandartes, juntos, praticamente um ao lado do outro.

Os estandartes foram confeccionados utilizando, como suporte, um tecido grosso, alguns na cor laranja e muitos na cor vermelha. Sobre as conotações das cores na política, Patoureau ressalta: “Tornou-se difícil, hoje em dia, falar desta ou daquela cor, sem que ela se carregue rapidamente de uma conotação política.” (1997, p. 132) Esse autor continua, escrevendo agora sobre a cor vermelha, que “atingiu um tal grau de conotação política e ideológica que a sua utilização sistemática ou simbólica noutros domínios passou a ser difícil.” (1997, p. 133). Provavelmente, conforme o autor, pela cor vermelha estar, historicamente, associada ao comunismo e à extrema-esquerda.

A técnica utilizada é a costura, a pintura e o aplique, que consiste em sobrepor outros tecidos e materiais diversos no suporte, no caso dos estandartes foram utilizados vários tipos de tecidos, com diversas texturas e cores, o tamanho médio é de aproximadamente 1,20 X 0,80 cm, a maioria segue o padrão da figura 2A, que tem abaixo uma faixa, na qual está escrito “Marcha Mundial das Mulheres”, mas não está presente em todos os estandartes. A figura apresentada em todos esses estandartes é a mulher, representando diferentes etnias, culturas e estilos. A representação das mulheres é estilizada e sua posição é frontal, com um semblante sério e na proporção de busto e acima, possivelmente para que a composição: figura e fundo, se tornar proporcional, e, também para que, pela amplitude da Marcha, ela possa ser vista e lida em distâncias consideráveis.

SÉRIE 2 - ESTANDARTES - 2005

FIGURA 2A



FIGURA 2B



FIGURA 2D



FIGURA 2C



Há também na composição dos estandartes, na parte superior, acima da mulher, uma palavra que, no início eram os princípios da MMM, como por exemplo: liberdade. Mas com o passar do tempo e conforme a pessoa que o confeccionava foram sendo utilizadas outras palavras, tais como as que podemos ler nas figuras 2A e 2B, respectivamente: fantasia e rebeldia, sempre escritas em letras maiúsculas, para confirmar a relação da palavra com a figura. Sobre esse tipo de procedimento Joly escreve: “as palavras e as imagens revezam-se, interagem, completam-se e esclarecem-se com uma energia revitalizante. Longe de se excluir, as palavras e as imagens nutrem-se e exaltam-se umas às outras.” (1996, p. 133). Nesse caso, tal observação parece ser totalmente pertinente.

A associação da palavra à imagem propõe uma combinação entre ambas, podemos entender, desse ângulo, a mulher como sinônimo, e também como protagonistas da fantasia, da rebeldia, da liberdade, da transformação, do respeito, do movimento, dentre muitas outras expressões que, exaltam valores. Na interpretação de Baczko tal atitude tenta “modelar os comportamentos individuais e colectivos e indicar as possibilidades de êxito dos seus empreendimentos.” (1985: 310). Conforme o mesmo autor:

É assim que, através dos seus imaginários sociais, uma colectividade signa a sua identidade; elabora uma certa representação de si [...] exprime e impõe crenças comuns; [delimitando] o seu “território” e as suas relações com o meio ambiente e, designadamente, com os “outros”; e corresponde ainda a formar as imagens dos inimigos e dos amigos, rivais e aliados, etc.(1995, p. 309)

As maneiras como os estandartes são apresentados, podem variar muito, conforme a ocasião, como, por exemplo, nas manifestações de rua, eles são carregados como “pirulitos”, conforme a figura 2B, para se destacarem, também podem ser usados no pescoço, como nas figuras 2C e 2D. Um aspecto interessante é que, nessas manifestações, geralmente, eles são apresentados juntos, para essa observação, das várias hipóteses que podem ser pensadas, a partir dessa visualização, supomos duas: a primeira é de que, mostrar os estandartes em série, contemplando as várias palavras e ao mesmo tempo a representação de mulheres de diversas etnias, culturas e estilos, demonstra parte do patrimônio cultural da MMM à sociedade e às próprias manifestantes, engrandecendo o movimento.

Esses estandartes foram reproduzidos nos Estados, no caso do Estado do Paraná, a reprodução foi feita por uma artesã, de Curitiba. E em todas as atividades, sejam das mulheres da Marcha ou de outros movimentos, nos quais a Marcha está presente, os estandartes são expostos. Conforme observamos na Figura 2A.

O uso do estandarte também possui uma historicidade, por certo não é nossa intenção dissertar, nesse momento, sobre isso, todavia, para acrescentar informações sobre esse objeto, citaremos um trecho de uma matéria on-line apresentada no site⁷¹, sobre estandartes:

O estandarte é um artigo bastante usado em eventos comemorativos, culturais e religiosos. Funciona como uma espécie de bandeira, pendurada por um mastro, a ser segurada pela comissão de frente do grupo que irá fazer a manifestação, esta podendo ser de temática diversa. Vemos os estandartes constantemente em carnavais, onde os blocos usam o espaço para colocar o nome do grupo ou seu símbolo oficial, ou frases motivadoras.

A importância de um estandarte, na cultura operária, conforme Isabel Bilhão (2008), pode ser medido, pelos estandartes utilizados durante as comemorações do Primeiro de Maio, no Brasil, ao longo da Primeira República, pois, ocorriam os festejos de Batismos de Estandarte das entidades. E, ainda, o estandarte, nas palavras de Bilhão:

É um símbolo privilegiado para a demonstração dos sentimentos da solidariedade, força, honorabilidade e aspirações futuras de uma associação operária, da mesma forma, em desfile de Primeiro de Maio, demonstra, ao mesmo tempo, o reconhecimento das peculiaridades de cada ofício e a necessidade do estabelecimento de solidariedades que reforçam a importância do operariado em sua totalidade, ação fundamental na construção de uma identidade coletiva. (2008, p. 230)

Feitas essas considerações, partimos para a análise das caminhantes, que compõe a série de número 3, apresentada a seguir.

⁷¹ Disponível em <<http://artesanato.culturamix.com/tecido/estandartes-e-artesanato>> acesso em 22/02/2012.

SÉRIE 3 - AS CAMINHANTES - 2010

FIGURA 3A



Foto: Dino Santos

http://www.google.com.br/imgres?imgurl=http://www.out.org.br/sistema/ck/images/desafios/marcha_mundial_de_mulheres.jpg

FIGURA 3B



Foto: Jessica Martins

www.sof.org.br

FIGURA 3C



Foto: Jessica Martins

<http://www.imov.org/wpp/stories/viewstory?language=es&storyid=1867>

FIGURA 3D



Foto: Alexandra Pingret

As caminhantes, que, a nosso ver, foram esboçadas na segunda edição da Marcha, em 2005, por meio de mulheres que utilizaram pernas de pau e fantasias⁷², se posicionando atrás da faixa de abertura dessa edição, tratando-se, possivelmente de uma primeira intenção de elevar, no sentido literal, e conferir visibilidade às mulheres em sua diversidade, considerando que foram representadas, contemplando a cor de sua pele: uma negra e a outra branca.

Assim como os estandartes, as caminhantes permitem colocar a mulher em evidência, tanto na aparência e dimensão como utilizando referenciais culturalmente atribuídos ao feminino, como por exemplo, no caso dos estandartes as técnicas de costura utilizadas e mesmo a própria composição das palavras e da mulher. No caso das caminhantes, bonecas, que são associadas, também ao universo feminino, mas bonecas/marionetes gigantes, que aparecem na terceira edição da Marcha, em 2010, em frente a faixa de abertura da Marcha, o e que poderiam estar “roubando a cena”.

As roupas das caminhantes foram confeccionadas em uma oficina ministrada ao longo de dois dias, durante a terceira ação, em 2010, pela artista Biba Rigo. Sobre a escolha das mulheres que iriam participar dessa oficina, provavelmente foi feita pela coordenação da ação, que escolheram vinte mulheres, vindas de movimentos sociais, do campo e da cidade, diferentes, conforme podemos observar na figura 3D; com variadas idades e de estados distintos. Essas oficinas foram planejadas e realizadas em vários países, como na Argentina, Bélgica, Filipinas, Galícia, Porto Rico Portugal, Suíça e Canadá, conforme informações encontradas no site da marcha⁷³. Nessa mesma fonte é mencionada a função das caminhantes, que se assemelha à função da batucada, que consiste em tornar a MMM mais visível durante as manifestações e ainda contribuir para animar ainda mais essas ações.

Sobre as duas formas de utilização das caminhantes, visualizadas pelas figuras da série 3, a principal é a de abrir caminho para a manifestação e, ao final compor o caminhão, no qual foram feitos os discursos das lideranças dos diversos movimentos e da MMM. O suporte das caminhantes é feito em madeira, e foi utilizada a pintura para fazer o rosto, o cabelo, o pescoço e as mãos. A roupa é de tecido, no qual são colocados símbolos e formas diversas, utilizando moldes, principalmente na saia, nas mangas e no barrado da blusa. Quanto à altura, estimamos, pela proporção observada na figura 3A, que medem, aproximadamente, três metros.

A representação das mulheres, através das caminhantes, foi feita utilizando

⁷² Observar em: série 4 – Figura 4E, p. 99.

⁷³ Disponível em < www.sof.org.br/acao2010 > acesso em 12/02/2012.

o estereótipo de mulheres vaidosas, bem maquiadas e com flores de tecido no cabelo. Uma delas tem também uma gargantilha no pescoço. Sobre os estereótipos, Burke escreve: “O estereótipo pode não ser completamente falso, mas frequentemente exagera alguns traços da realidade e omite outros. O estereótipo pode ser mais ou menos tosco, mais ou menos violento.” Nessa perspectiva, podemos questionar, essa representação de mulher, produzida no Brasil, corresponde ao nosso imaginário feminino? E se não fosse assim, como seria? O estereótipo das mulheres militantes em suas diversidades, estão contemplados nessas caminhantes?

Entretanto, podemos afirmar que as caminhantes fazem parte do patrimônio artístico da MMM, sendo apresentadas juntamente com a faixa, como podemos ver na figura 3A. Além do que aparece na figura 3A, nesse caminhão foram também expostas mais duas faixas, assim, a composição visual da Marcha preenche vários espaços, das pequenas reuniões e cursos de formação às grandes manifestações públicas. O que contribui para que sejam cumpridos seus objetivos, de promover a auto-organização das mulheres nos âmbitos: regional, nacional e internacional.

A série de número 4 é composta por faixas que foram utilizadas na segunda e na terceira edição, 2005 e 2010.

SÉRIE 4 - FAIXAS

FIGURA 4A - Terceira Edição 2010



Foto: Alexandra Pingret

FIGURA 4B - Terceira Edição 2010



Foto: João Zindlar

www.sof.org.br

FIGURA 4C - Terceira Edição 2010



Foto: João Zindlar

www.sof.org.br

FIGURA 4D - Terceira Edição 2010



Foto: Fafa Souza

www.sof.org.br

Nas diferentes edições nota-se que os grupos provenientes dos estados também vão criando, aos poucos, a sua composição visual, que é utilizada, geralmente em eventos estaduais no Dia 8 de março – Dia Internacional da Mulher. Ademais, em 2010, a coordenação da Marcha solicitou aos estados e segmentos que trouxessem também suas faixas e bandeiras.

Atendendo à solicitação, as mulheres do Estado do Piauí, Figura 4B, confeccionaram uma faixa para a terceira edição, em 2010, utilizando a proposta da segunda edição, usando a técnica da costura e aplique, dessa maneira observamos algumas mulheres ligadas por um cordão, há uma identificação através da frase: “Mulheres do Piauí em Marcha na MMM”, e vemos a faixa ser segurada por mulheres, aparentemente satisfeitas com sua produção. Na Figura 4D, vemos uma faixa que é não é feita de maneira artesanal, mas sim através da plotagem⁷⁴, portada pelas mulheres do Amazonas. E, a própria faixa de abertura da 3ª edição, em 2010, também utiliza essa técnica não artesanal.

Para nós, que participamos dessa Marcha, foi decepcionante ver tantos materiais industrializados. Todavia, conforme Nalu Farias, eram muitas coisas para pensar e preparar em 2010, e, a composição visual, segundo ela, foi feita através da própria Marcha, ou seja, pelo impacto da quantidade de mulheres participantes, vestindo suas camisetas e carregando suas mochilas, todas do mesmo tom da cor roxa.

Retomando duas imagens, do Primeiro Capítulo, a Imagem II⁷⁵ e a Imagem III⁷⁶, propomos uma comparação entre ambas, e nesse aspecto a Marcha foi a própria composição visual, de 2010, juntamente com todos os materiais e artefatos, dos anos anteriores e das participantes dos outros Estados. Na Imagem II, apresentamos o cartaz que não possui muitos adereços, mas poucos e simbólicos, como por exemplo: a batucada, representada pela primeira mulher tocando pandeiro; a segunda mulher com um galho contendo três flores e mais atrás outra carregando um cartaz-pirulito com a logo da MMM. Na Imagem II, observa-se a concretização da idéia do cartaz, principalmente na quantidade de mulheres e no formato do percurso.

O palco para a finalização da Marcha, nessa última edição, era um caminhão, próprio para esses eventos. Na Figura 4A, observamos que ele estava composto de faixas: ao centro a faixa desse ano, 2010; ao lado direito e ao lado esquerdo as duas faixas de 2005, e sem deixarmos de mencionar, as caminhantes, que desenvolvem um importante papel

⁷⁴ é uma maneira de produzir banners e faixas através de uma máquina que corta o adesivo, no formato e tamanho de letra, escolhido pelo cliente.

⁷⁵ Encontrada na p. 40.

⁷⁶ Encontrada na p. 41.

durante o percurso, anunciando a chegada da marcha, juntamente com a batucada.

Um aspecto que nos surpreendeu foi quando as representantes dos diversos Estados e movimentos abriram suas bandeiras e faixas⁷⁷, nesse momento de despedida, foram fotografadas tanto as pessoas como seus artefatos e materiais, podendo-se pensar que se tratava de um momento de confraternização entre iguais, mas ao mesmo tempo diferentes, na cultura, na origem, nas concepções.

Outro aspecto a ser observado, nas Figuras 4C e 4E, é a aparição das bandeiras do Movimento dos Trabalhadores sem Terra – MST, na primeira observamos que é como se fosse dividida a fotografia, do lado direito as bandeiras do MST e do lado esquerdo e ao fundo as bandeiras da MMM, mas há uma bandeira na diagonal que pende para o lado direito, que nos parece uma busca de equilíbrio de forças. Na figura 4E as bandeiras do MST aparecem ao fundo, do lado esquerdo superior da fotografia.

Essa presença se destaca, possivelmente pela cor da bandeira, vermelha. E também por se apresentarem juntas e em grande proporção, além do movimento ser facilmente reconhecido pela sua logo, devido a suas aparições nas redes de televisão. Há de se considerar, uma certa disputa pela hegemonia no movimento de mulheres, entre a Marcha das Margaridas e a MMM, e, como já mencionei houveram alguns conflitos durante a Marcha, em 2010, por causa do excesso de bandeiras vermelhas do MST, estariam, conforme a coordenação do movimento, “roubando a cena” das bandeiras roxas da MMM, e é interessante ainda observar na série 5, a Figura 5A, na qual aparecem pouquíssimas e espalhadas bandeiras do MST. Segundo nossas hipóteses, ou a maioria das mulheres desse segmento abandonou a MMM, durante o percurso ou foram convencidas pela coordenação da MMM, e algumas manifestantes guardaram suas bandeiras.

Sobre o uso das bandeiras, é importante salientar, conforme Pastoureau:

[...] como acontece com todos os signos, todos os emblemas, todas as cores, uma bandeira nunca está só. Encarada isoladamente, não tem qualquer significado; pelo contrário, não ganha o seu sentido pleno senão quando é associada ou oposta a outra bandeira. [...] Estas relações de associações, de oposição ou de posicionamento entre as diferentes bandeiras exprimem-se, no entanto, por escolhas que são da ordem cultural e do histórico, e já não apenas do estrutural. Necessitam de uma análise que se situe no espaço e no tempo, porque a emblemática não se reduz nunca a um puro sistema semiológico, separado da espessura histórica e antropológica. (1997, p. 32-33)

⁷⁷ Preferi não adentrar esse universo, todavia, coloquei algumas dessas imagens em anexo.

Em entrevista realizada com Nalu Farias, fomos informados de que, nos primeiros dias da Marcha de 2010, havia muitas bandeiras, que a organização da Marcha havia mandado confeccionar para esse evento, porém mais ou menos na metade do percurso, as bandeiras foram sumindo, e então perceberam que as mulheres que carregavam as bandeiras durante certo percurso de alguns quilômetros, se sentiam no direito de ficarem com a “sua” bandeira, e então a guardavam. Essa atitude demonstra, para nós, um apego simbólico a esse material, que, mesmo industrializado, teve um profundo significado na vida daquelas mulheres. E, como podemos observar na série 5, na Figura 5A, são poucas as bandeiras que restaram. Qual será o uso que essas pessoas estão fazendo dessas bandeiras? Sobre isso Pastoureau escreve:

A bandeira vive e morre, ressuscita, traz o luto, é ferida, é recosida, é ostentada, é saudada, é abraçada, há quem se cubra com ela, quem se deite sobre ela, quem morra por ela, e depois é dobrada, arrumada, aprisionada, santificada, esquecida. (1997, p. 39)

FIGURA 4E - Segunda Edição 2005



Foto: Juliana Bruce
www.sof.org.br

FIGURA 4F - Segunda Edição 2005



<http://rejanecapuva.blogspot.com/2011/02/01/ archive.html>

FIGURA 4G - Terceira Edição 2010



Foto: Jessika Martins
www.sof.org.br

FIGURA 4H - Segunda Edição 2005



Foto: Marcos Aragão
www.sof.org.br

As faixas utilizadas na Segunda Edição da Marcha, em 2005, foram confeccionadas com a preocupação de representar mulheres de várias idades, etnias e culturas, de mãos dadas, que pretendia, de acordo com a nossa interpretação, simbolizar ou propor a simbologia da união entre as mulheres, como critério para obter visibilidade e conquistas. Esses artefatos foram feitos em tecido, com uma base de cor única, na qual foram feitos apliques representando mulheres e também podemos observar, primeiramente na Figura 4E a sobreposição de outro tecido, que ao lado direito forma uma pequena onda; na parte inferior da faixa, de outra cor e estampa o número 8 é aplicado. Na faixa 4H, também nota-se a presença de outro tecido, que representa o chão, onde as mulheres estão. E, é novamente, um chão de flores.

Na Figura 4F, a composição é feita com mulheres, em um tamanho bem maior que a das faixas e nelas não foi feito o rosto, o que podemos supor que, não importa quem é, somos mulheres, ou que os rostos seriam os das mulheres que carregavam a faixa a cada momento. As vestimentas são diversas e contemplam vários estilos do feminino, e aqui podemos dizer que as mulheres que optam por vestimentas culturalmente masculinizadas, estão contempladas.

Nesse conjunto de faixas, repetimos a mesma, nas Figuras 4H e 4G, com a intenção de observar o que se pode ver por atrás da faixa: na primeira, utilizada em 2005, há três mulheres a segurando, de faixas-etárias diferentes. E há também, nessa fotografia quatro cartazes-pirulitos e uma faixa, que reivindicam a legalização do aborto, creches 24 horas e moradia. Na Figura 4G, observamos a mesma quantidade de mulheres nas diferentes idades, mas ao fundo a predominância de material são as bandeiras da MMM e apenas um dos cartazes, cuja reivindicação é o respeito às mulheres homossexuais.

Nota-se assim o fato das fotografias serem feitas em períodos diferentes, com ênfases distintas: em 2005 a questão do aborto estava na ordem do dia já, em 2010, a evidência maior foi a questão da homossexualidade. Todavia, essa afirmação possui um ruído, que a nosso ver, se dá pelo fato de que, como estamos observando a visualidade desses eventos, talvez tenhamos uma impressão da aparência, mas então fica a pergunta: há sintonia no que percebemos da composição visual da MMM com suas reivindicações? Quem são as mulheres que compõe a MMM e ainda os seus anseios estão representados na pauta de reivindicações da Marcha?

Por fim, a série de número 5, que apresenta os materiais diversos produzidos e utilizados na Terceira Edição.

SÉRIE 5 - MATERIAIS DIVERSOS - 2010

FIGURA 5A



Foto: Elaine Campos www.sof.org.br

FIGURA 5C



Foto: Alexandra Pingret

FIGURA 5B



Foto: Alexandra Pingret

FIGURA 5D



Foto: Alexandra Pingret

Na Figura 5A, o que predomina são as bandeiras e a cor roxa em várias tonalidades, pelo uso da mochila e da camiseta. Muitas pessoas questionam o porquê da predominância da cor roxa, na Marcha, em 2010. As outras edições têm particularidades, como por exemplo, na primeira edição em 2000, na Imagem V⁷⁸, vemos os balões na cor roxa; já em 2005, essa cor foi menos utilizada. Pastoureau escreve sobre uma distinção relativamente antiga da cultura ocidental, na qual “o azul é masculino o vermelho feminino. Com efeito, esta oposição dos sexos segundo o azul e o vermelho começa a ser utilizada no final da Idade Média [...] e desenvolve-se na época moderna.” (1997, p. 41) A cor roxa também é muito utilizada nos encontros dos grupos que discutem gênero, pois contempla o feminino e o masculino, nesta perspectiva.

As bandeiras de tons mais claros são, geralmente de outros movimentos, como por exemplo: a da figura 5D é do Movimento de mulheres camponesas – MMC, e na Figura 5A, vemos a do partido do Trabalhadores no canto esquerdo. Também é pertinente observarmos as figuras em anexo, para termos melhor dimensão das representatividades e também das reivindicações trazidas pelas caravanas dos Estados e dos vários segmentos da sociedade civil organizada.

Na Figura 5B, observamos a mochila, a garrafa, a camiseta e o Guia da Caminhante, todo esse material foi muito útil, durante essa edição, a mochila leve, de lona para carregarmos somente o necessário. Em todos os materiais nota-se o logo da MMM e na camiseta também foi colocado o desenho do cartaz da Terceira Edição.

Na capa do Guia da Caminhante foi reproduzido o desenho do cartaz, e no verso a logo da Marcha Mundial das Mulheres, como realizadora do evento, e como apoiadores, constam: o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome do Governo Federal, o CESE e o ACTIONAID. Não sabemos exatamente de que forma se deu esse apoio, questão que poderá motivar investigações posteriores.

Na imagem 5C, aparece a bandeira da MMM, que utiliza apenas a logo da MMM no centro. Entretanto, se levarmos em consideração a reflexão de Partoureau, observaremos que as bandeiras são:

objectos simbólicos, imagem emblemática, alegoria personificada, sinal e memória, ao mesmo tempo presente, passado e futuro, a bandeira sobre todas as manipulações rituais próprias dos signos demasiadamente fortes, dos que transcendem de maneira exponencial a sua mensagem e a sua função. (1997, p. 39)

⁷⁸ Encontrada no Segundo Capítulo, p. 66.

Assim, pesquisar e dissertar sobre a composição visual da MMM, a partir da abordagem do gênero feminino e na perspectiva dos movimentos sociais contemporâneos, procuramos demonstrar aspectos relevantes tanto da Marcha Mundial das Mulheres quanto da organização das mulheres em movimentos de redes, na contemporaneidade, destacando-se a importância e os usos de sua composição visual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a composição visual da Marcha Mundial das Mulheres apresentando os seguintes questionamentos às fontes: o que é a Marcha Mundial das Mulheres e como ela se situa dentro dos movimentos sociais? Qual é o contexto de construção da composição visual da MMM, e quais são as funções dessa composição visual? Como essa composição visual vem se transformando ao longo das edições da MMM e quais são as leituras possíveis dessa transformação?

Assim, os materiais que serviram de base empírica para a realização desse estudo foram: a entrevista com a coordenadora nacional da MMM: Nalu Farias e a Composição Visual, veiculadas nos meios de comunicação, principalmente no jornal comercial a *Folha de São Paulo*; e nos jornais, cadernos e o site da MMM. E, tendo como suporte as fotografias, foram analisados os artefatos (faixas, estandartes, caminhanças, etc.) produzidos pela MMM. Além da consulta às fontes, a leitura da bibliografia especializada possibilitou-nos conhecer e refletir sobre as teorias e metodologias da historiografia dos movimentos sociais, embasando a compreensão e o reconhecimento da Marcha Mundial das Mulheres como movimento social contemporâneo, que pode ser estudado a partir de vários enfoques e abordagens.

Nessa pesquisa optamos em dissertar sobre a Marcha Mundial das Mulheres na perspectiva dos movimentos sociais contemporâneos em formato de redes. Pois, a constituição desse movimento advém dos mais variados segmentos e regiões do Brasil, e também de outros países. É um movimento internacional, que obteve maior repercussão a partir de sua participação nas primeiras edições do Fórum Social Mundial e, sobretudo, devido a sua construção visual.

A construção visual da MMM contribuiu em vários aspectos para a identificação, expansão e organização desse movimento, mas, segundo Joly (1996), ao buscar a função da produção e da utilização das imagens ou objetos, é aconselhável considerar duas funções: a explícita e a implícita. Nessa perspectiva, entendemos enquanto função explícita da composição visual da MMM: ampliar a visibilidade do movimento, tanto para o um público da Marcha, quanto para o público da sociedade em geral. E como função implícita: essa composição visual visa acionar os imaginários femininos e culturais das mulheres, possibilitando a construção identitária e a coesão do movimento em suas características multifacetadas.

Para alcançar esses objetivos a MMM construiu uma composição visual

com características constitutivas que atraem variados públicos, em especial as mulheres, que, aparecem juntas e de mãos dadas, na maioria das vezes. A predominância das cores nos tons fortes, como, por exemplo: a cor laranja, o vermelho e o roxo, é outro aspecto marcante desse movimento, as cores fortes chamam o nosso olhar, e assim, proporcionam maior visibilidade às manifestações da Marcha nos espaços públicos.

As técnicas de costura utilizadas, em 2005, nos remeteram ao universo culturalmente reconhecido como feminino. Todavia, em 2010, a predominância da cor roxa, e os materiais industrializados, uniformizaram a composição visual da MMM. Entretanto, considerando que, em 2010, houve o diferencial no formato da Marcha, que fez um percurso de aproximadamente cento e vinte quilômetros, em onze dias. Nesse evento, as demandas de alimentação, saúde, alojamentos e formação política foram priorizadas, o que entendemos como necessário, nessas circunstâncias. Mas a transformação que observamos na concepção e na produção da composição visual da MMM, nas duas últimas edições, em 2005 e 2010, foi brusca, sobretudo na passagem da produção artesanal, que privilegiava o imaginário feminino, para a produção industrializada, útil e prática, porém sem a expressão e o envolvimento característicos da produção artesanal.

Sobretudo, constatamos que ainda há muito a ser estudado, muitas questões podem ser postas a essas fontes, bem como alguns aprofundamentos serão necessários diante da riqueza apresentada na composição visual e nos demais elementos da MMM, por exemplo, uma pesquisa que abordasse a inserção da juventude na MMM, a partir da análise da música da “batucada” e da proposta de alegrar e tornar irreverentes as ações da MMM. Enfim, acreditamos a partir desse trabalho abrem-se várias possibilidades de estudos e aprofundamentos nas questões tanto culturais como políticas da Marcha Mundial das Mulheres dentro da perspectiva de gênero.

Esperamos ter respondido, pelo menos em parte, as perguntas que moveram essa pesquisa. Diante do que nos propomos a fazer em cada capítulo.

No Primeiro Capítulo fizemos uma breve contextualização do movimento de mulheres no Brasil. A partir desse estudo pudemos observar as formas de organização das mulheres em diferentes períodos, o que reivindicavam e como faziam suas lutas. Conhecer essa história possibilitou-nos ampliar nossa compreensão sobre a construção da Marcha Mundial das Mulheres, entendendo, por exemplo, que as suas ações possuem uma historicidade. Sendo tributárias de várias décadas de enfrentamentos e ações em prol da emancipação e da igualdade de direitos das mulheres.

No segundo Capítulo tratamos de eleger alguns aspectos, tais como o uso

das tecnologias e o desenvolvimento de movimentos em rede, como por exemplo o Fórum Social Mundial, que fazem parte do contexto do século XXI, no Brasil, no qual se desenvolveu a produção da composição visual da MMM. Sobretudo, nesse Segundo Capítulo consideramos importantes duas publicações na mídia comercial, o jornal a *Folha de São Paulo*, que apresentou imagens da primeira e segunda edição da MMM, em 2000 e 2005, dessa forma ampliaram-se nossas possibilidades de análises. E, finalmente, no Terceiro Capítulo tratamos do contexto de construção visual da Marcha; também fizemos algumas ressalvas acerca da historicidade do uso de materiais simbólicos dentro dos movimentos sociais; e destacamos algumas das funções extrínsecas e intrínsecas da Composição visual da MMM, bem como a sua análise interpretativa.

Por fim, a leitura que fizemos da transformação ou ampliação da Composição Visual da MMM, devido ao seu formato, em 2010, ocorreu diante das possibilidades e dos contextos nos quais a MMM estava inserida, sendo necessária naquele momento, a adaptação de uma Composição Visual artesanal, que nos remete aos imaginários femininos, construídos historicamente, para a utilização das tecnologias disponíveis para a produção de materiais em grande escala.

REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, Sonia et al. (orgs.) **Cultura política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.
- BILHÃO, Isabel. **Identidade e trabalho: uma história do operariado porto-alegrense (1898 a 1920)**. Londrina: EDUEL, 2008.
- BACZKO, Bronislaw. **Imaginação social**. In: Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Oficial, Casa da Moeda, 1985, V. 5 Anthropos – homem. p. 296-332.
- BORGES, Maria Eliza Linhares. **História & Fotografia**. 2. ed. Belo horizonte: Autêntica, 2005.
- BURKE, Peter. **Testemunha ocular: história e imagem**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004.
- CAPELATO, Maria Helena R. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.
- CHAUVEAU, Agnès. **Questões para a história do tempo presente**. Bauru, Sp: EDUSC, 1999.
- COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record: Rosas dos Tempos, 1997.
- COSTA, Albertina de O.; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 93-126.
- DE MOND, Nadia. Construindo espaços transnacionais a partir dos feminismos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 11(2): 360, julho-dezembro/2003.
- DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das mulheres no ocidente**. São Paulo: Edições Afrontamento, 1991.
- FONSECA, Letícia Pedruce. 2008. **A Construção visual do Jornal do Brasil na primeira metade do século XX**. Dissertação (Mestrado em Design) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2002.
- GOHN, Maria da Glória (org) **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2009.
- GOHN, Maria da Glória. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. **Caderno CRH**, Salvador, 21(54): 439-455, set./dez. 2008.
- GOMES, Ângela Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas

reflexões. In: SOIHET, Rachel, et al (orgs.). **Culturas políticas: ensaios de História cultural, história política e ensino de História.** Rio de Janeiro: FAPERJ/MAUAD, 2005.

GONÇALVES, Andréia Lisly. **História & Gênero.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

HAHNER, J. E. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

JOLY, Martine, **Introdução à análise da imagem.** Campinas, São Paulo: Papyrus, 1996. (Coleção Ofício de Arte e Forma).

LUCA, Tania Regina de. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2008. p, 128.

MACHADO, Jorge Alberto S. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. **Sociologias,** Porto Alegre, 9(18):248-285 jul./dez. 2007.

MATTOS, Maria Izilda S. de. Estudo de gênero: percursos e possibilidades na Historiografia contemporânea. **Cadernos Pagu,** 11: pp.67-75. 1998. **Estudos Feministas,** Florianópolis:11(2): 360, julho-dezembro/2003.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual. balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História,** 23(45): 11-36, 2003.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MESQUITA, André Luiz. **Insurgências poéticas: arte ativista e ação coletiva (1900-2000).** Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

NASCIMENTO, Luis Marine José do. 2003. **O que diz e o que faz a Folha de S. Paulo com o seu dizer: as imagens do discurso nos editoriais sobre a compra de votos.** Dissertação (Mestrado) - PUC, São Paulo.

NOBRE, Mirian. FARIA, Nalu. Feminismo em movimento: temas e processos organizativos da marcha Mundial das Mulheres no Fórum Social Mundial. **Estudos Feministas,** Florianópolis, 11(2): 360, jul.dez., 2003.

PASTOUREAU, Michel. **Dicionário das cores do nosso tempo: simbólica e sociedade.** Lisboa: Fina Estampa, 1997.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História,** São Paulo,24(1): 77-98, 2005.

PEDRO, Joana Maria. Militância feminista e acadêmica: sobrevivência e trabalho voluntário. Florianópolis: **Estudos Feministas,** 16(01): 87-95, jan.-abr. 2008.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história.** Bauru: São Paulo: EDUSC, 2005. (Coleção História).

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção História do Povo Brasileiro).

RAGO, Margareth. Descobrimo historicamente o gênero. **Cadernos Pagu**, 11: p.89-98, 1998.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ/Ed. da FGV, 1996.

RIDENTI, Marcelo. Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O tempo da ditadura e movimentos sociais em fins do século XX**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, 15(30), 1995.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAMARA, Eni de Mesquita. **Gênero em debate**: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea. São Paulo: EDUC, 1997.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1993.

SCHERER-WERREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, 21(1): 109-130, jan./abr. 2006.

SCHERER-WERREN, Ilse. Redes de movimentos sociais na América Latina- caminhos para uma política emancipatória? **Cadernos CRH**, Salvador, 21(54):505-517, set/dez. 2008.

SCOTT, Joan. “História das mulheres”. In BURKE, Peter (org). **A escrita da história**. São Paulo: UNESP, 1991.

SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, 2, jul./dez. 1995.

SOIHET Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**, 27(54), 2007.

TILLY, Louise A. “Gênero, história das Mulheres e História Social”. **Cadernos Pagu**, 3: 1994.

Sites mais usados:

www.marchamundialdasmulheres.org

www.sof.org.br

www.democraciasocialista.org.br

Documentos:

Folha de São Paulo. Ed. 09 mar.2000, vale 3p.

Folha de São Paulo. Ed. 09 mar.2005, C9p.

Cadernos Marcha Mundial das Mulheres. n.1, São Paulo, junho, 2008.

Jornal da Ação Internacional de 2010. Publicação da Marcha Mundial das Mulheres.

Secretaria Executiva - SOF - Sempreviva Organização Feminista. Rua Ministro Costa e Silva, 36 - Pinheiros - São Paulo/SP CEP 05417-080 - Tel.: (55) (11) 3819-3876 - www.sof.org.br.

Projeto gráfico e diagramação: Caco Bisol e Márcia Helena Ramos. Tiragem: 30 mil exemplares. Impressão: RWC. São Paulo, agosto de 2009.

Jornal da Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres – Brasil, n.2. Publicação

da Marcha Mundial das Mulheres. Secretaria Executiva - SOF - Sempreviva Organização Feminista. Rua Ministro Costa e Silva, 36 - Pinheiros - São Paulo/SP CEP 05417-080 - Tel.: (55) (11) 3819-3876 - www.sof.org.br. Projeto gráfico e diagramação: Caco Bisol e Márcia Helena Ramos. São Paulo, março de 2010.

Entrevista: julho/2010 – São Paulo - Seminário Nacional da Marcha Mundial das Mulheres: com Nalu Farias – coordenadora da SOF e membro da executiva internacional da MMM.

Texto da Plataforma de Ação da MMM:http://www.sof.org.br/publica/plataforma_acao.pdf

Guia da Caminhante. 3ª Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres – Brasil.

Realização: Marcha Mundial das Mulheres, março, 2010.

ANEXOS

ANEXO 1 A - Fotos: Alexandra Pingret



ANEXO 1 - Fotos: Alexandra Pingret

